

Economia e Sociedade

Vicente Afonso Gasparini

Leonardo Aparecido Santos Silva

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

Vicente Afonso Gasparini

- Mestrado em Engenharia da Produção - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Graduação em Administração da Qualidade e Produtividades - Universidade Paranaense (UNIPAR).
- Graduação em Economia - Universidade Paranaense (UNIPAR).

Sobre o Autor

Mestre em Engenharia da Produção, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2000; Especialista em Administração da Qualidade e Produtividades, pela Universidade Paranaense (UNIPAR), em 1997; Graduado em Economia, pela Universidade Paranaense (UNIPAR), em 1990. Atualmente, é professor da Universidade Paranaense (UNIPAR), no Campus em Umuarama, e Coordenador do Curso de Especialização - MBA em Gestão Empresarial. Além do mais, tem experiência na área de gestão pública.

Leonardo Aparecido Santos Silva

- Mestrado em Teoria Econômica - Universidade Estadual de Maringá (UEM).
- Graduação em Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Sobre o Autor

Possui Graduação em Ciências Econômicas, em 2014, e Mestrado em Teoria Econômica, em 2017, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Instituições Monetárias e Financeiras, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Teoria Monetária, Liberalização e Desregulamentação Financeira e Política Macropudencial. Atualmente, trabalha como professor conteudista, produzindo materiais

didáticos para diversas Instituições de Ensino Superior. Nesta linha, também atua como parecerista e validador de materiais didáticos.

INTRODUÇÃO DO LIVRO

A análise econômica procura entender como os agentes econômicos (famílias, empresas e governo) de uma sociedade relacionam-se para a produção, utilizando recursos e fatores de produção escassos. Portanto, na alocação dos recursos escassos, a eficiência deve ser sempre perseguida, para que a sociedade alcance o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Desde o início das economias de mercado, diversos autores procuraram entender os princípios básicos que regem esse tipo de economia, tais como Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e John Maynard Keynes, autores clássicos da história do pensamento econômico. Nesse sentido, os primeiros autores focaram na análise econômica voltada para a microeconomia e interação dos agentes ao nível individual.

Por outro lado, com o passar das décadas (séculos), novas necessidades surgiram, principalmente após a crise financeira internacional de 1929, tornando necessário o avanço da análise econômica, considerando a atuação dos agentes de uma forma agregada: a macroeconomia. John Maynard Keynes foi o principal autor a desenvolver conceitos voltados para a macroeconomia moderna, modificando toda a análise econômica após 1929.

Ao longo desse período, a preocupação geral das pesquisas sobre o funcionamento das economias de mercado voltou-se para o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países, procurando entender as fontes que levam ao aumento da renda *per capita*. Já nas últimas décadas, com o avanço da globalização e o forte aumento da poluição, a sociedade passou a avançar, com suas preocupações ambientais, procurando desenvolvimento econômico sustentável.

UNIDADE I

O Surgimento e a Abrangência da Economia

Mestre Vicente Afonso Gasparini

Mestre Leonardo Aparecido Santos Silva

Introdução

Para estudar a economia, é preciso buscar e compreender as diferenças entre agentes econômicos e sociedades (famílias, empresas e governo), assim como identificar alternativas que melhor adaptam-se à sociedade, levando em consideração o ambiente, seja este físico, disponível na natureza, de comportamento e de formação cultural, bem como as possibilidades climáticas, ou seja, compreender tanto as interações entre as variáveis que compõem a construção da riqueza quanto os meios de sobrevivência para a humanidade.

Levando em consideração as suas necessidades, bem como cada sociedade, cada indivíduo enxerga as formas da busca dos meios para a sua sobrevivência e consequente criação dos excedentes para a garantia da sobrevivência das gerações futuras. Considerando as questões relacionadas, torna-se necessária uma viagem pelo tempo econômico, para identificar como as épocas, o pensamento, os autores e as práticas econômicas contribuíram para o bem-estar da humanidade, bem como se foram atendidas ou não as suas necessidades, para buscar um modelo ou forma que satisfaça as necessidades do presente e do futuro. Para tanto, torna-se necessária a formação da base teórica, com vistas à fundamentação econômica e suas variáveis, para a sua aplicação na busca dos melhores desempenhos econômicos e sociais, diante dos desafios e necessidades humanas.



Fonte: batsheba / 123RF.

A Economia como Ciência Social - O Conceito de Economia

A economia está presente em toda relação humana nos dias atuais, dado que toda relação social está presente no ambiente econômico, que tem, como base, o mercado (economia de mercado ou economia capitalista). Mas o que é economia? Quais os princípios e leis que a regem? Em que esta é fundamentada? De acordo com Vasconcellos e Garcia (2005), a palavra economia é derivada do grego *Oikonomía* (de *óikos*, casa, *nómos*, lei), que tem o seu significado como a administração de um estado ou casa.

A economia é a vista como uma ciência social, a qual estuda a forma que os agentes econômicos (famílias, empresas e governo) utilizam os fatores de produção (capital, trabalho e terra) e recursos (todos escassos) na produção de bens e serviços ao longo do tempo. Também é estudada a forma que ocorre a distribuição da produção entre os agentes econômicos envolvidos na produção das economias de mercado.

Assim, observe, a seguir, os conceitos de suma importância para compreender a análise econômica.

- Escolha.
- Escassez.
- Necessidade.
- Recursos.
- Produção.
- Distribuição.

A escassez tem um caráter central, na análise econômica, visto que a impossibilidade de utilizar os recursos de maneira ilimitada implica, necessariamente, na utilização “inteligente” destes, para não ocorrer desperdícios durante os processos produtivos. Estudante, por utilização “inteligente”, é importante compreender a sua ligação com a eficácia e a eficiência da atuação dos agentes econômicos no mercado.

Se não existisse limitação dos recursos, todas as pessoas que interagem na sociedade poderiam ter todo e qualquer tipo de produto na quantidade e no momento que

desejassem. Pense bem, com a possibilidade ilimitada de utilização de recursos, tudo seria facilitado, à medida que não seria necessário realizar escolhas entre alternativas pelas famílias, empresas e governo, ao longo do tempo. Por isso, na economia de mercado, existe a busca pela eficiência econômica, como aponta Samuelson e Nordhaus (2012).

A eficiência econômica exige que uma economia produza a mais elevada combinação de quantidade e qualidade de bens e serviços dados a sua tecnologia e seus recursos escassos. Uma economia produz de maneira eficiente quando o bem-estar econômico de nenhum indivíduo pode ser melhorado sem que o de outro indivíduo fique pior (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 3).

Assim, Samuelson e Nordhaus (2012) definem a economia como a atuação econômica dos agentes de uma sociedade que, na produção de bens e serviços, utilizam recursos escassos e, após a produção, devem distribuir o valor produzido entre os diferentes agentes da sociedade. O que pode ser incluída à análise é a utilização, de forma eficiente, dos recursos escassos.

Portanto, de forma complementar, Vasconcellos (2017, p. 3) aponta o problema da escassez na definição de economia, que é apresentada, em sua concepção, como “a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade”. Ainda, o autor ressalta a importância de essa produção satisfazer as necessidades das famílias que pertencem à economia de mercado.

Atenção, estudante, nesse contexto apresentado, existe um conflito: por um lado, os recursos são escassos e, por outro, existe a necessidade dos agentes econômicos em maior nível de consumo. Consequentemente, a economia precisa equilibrar as necessidades entre consumo limitado, recursos ilimitados ou escassos (VASCONCELLOS, 2017).

Nessa perspectiva, a análise econômica busca a eficiência por meio da combinação de fatores de produção, os quais levem à produção máxima (maximização da produção). Em outras palavras, por meio da combinação de fatores de produção, é preciso atingir o máximo de produção de bens e serviços para a disponibilização no mercado. Essa eficiência pode acontecer quando o bem-estar econômico de nenhum indivíduo pode ser

melhorado sem que o bem-estar de outro indivíduo fique pior (equilíbrio de Pareto), como apontam Samuelson e Nordhaus (2012, p. 3).

A Economia, hoje, está dividida em duas grandes subáreas: a microeconomia e a macroeconomia. Adam Smith é considerado o fundador da microeconomia, o ramo da economia que trata do comportamento de entidades individuais como os mercados, as empresas e as famílias [...] O outro ramo importante da nossa matéria é a macroeconomia, relacionada ao desempenho global da economia. A macroeconomia nem sequer existia na sua formulação moderna antes de 1936, quando John Maynard Keynes publicou a sua obra revolucionária Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Desse modo, é possível observar a evolução da economia para compreender a relação entre os agentes econômicos de maneira individual, bem como sua contribuição para o movimento geral (agregado) da economia ao longo do tempo. Enquanto a microeconomia está envolvida com aspectos de pesquisa ligados à atuação individual dos agentes econômicos no mercado, a macroeconomia procura entender o “movimento geral” da economia por meio da análise agregada dos agentes econômicos.

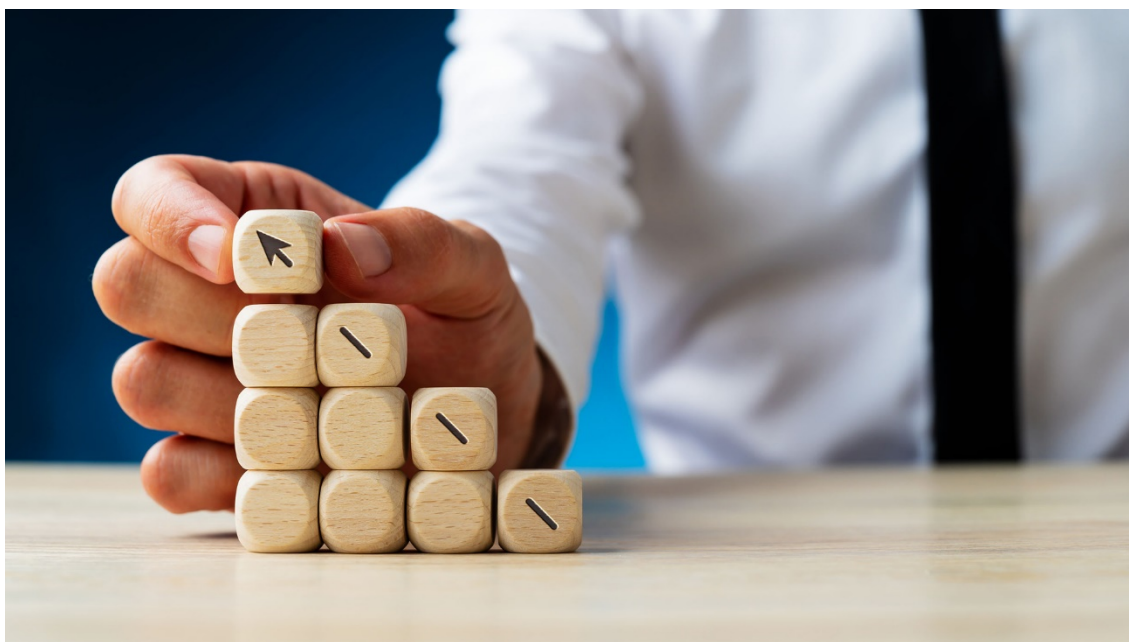


Figura 1.1 - Evolução da economia

Fonte: gajus / 123RF.

Em algumas situações, o foco de análise econômica está voltado para as variáveis econômicas agregadas, como é o caso de analisar os dados de um país como produto (Produto Interno Bruto - PIB), desemprego agregado, nível geral de preços (inflação), dentre outras relações que são mais importantes do que analisar cada indivíduo. No entanto, é de suma importância ressaltar que essa é uma análise equivocada.

Ambas as análises são importantes para entender a interação dos indivíduos na sociedade e como ocorre o crescimento econômico ao longo do tempo. Por esse motivo, nos dias atuais, existem amplas pesquisas que procuram fundamentar, microeconomicamente, os aspectos que envolvem a análise macroeconômica. Em vista disso, cada área do pensamento econômico tem sua contribuição para ampliar o bem-estar da sociedade, viabilizando estudos econômicos para o desenvolvimento do país.

Em relação à economia de mercado, Vasconcellos (2017, p. 9) explica que essas economias apresentam “maior eficiência alocativa, em virtude da menor interferência do governo nas decisões de produção e, portanto, na alocação de recursos, permitindo que

as forças de mercado estabeleçam as prioridades da sociedade”. Com isso, temos uma nova questão posta ao debate entre economia e sociedade: o papel do governo.

Ao longo da análise, o foco está dado para a economia de mercado, visto que a maioria dos países, nos últimos séculos, tem esse modelo de produção, como é o caso brasileiro. Contudo, também já existiram tentativas de outros modelos de produção, como é o caso do socialismo, em que as relações de produção são direcionadas pelo Estado (governo).

Basicamente, nesse sistema de produção, o Estado é o responsável por direcionar todas as diretrizes que a sociedade seguirá, no tocante à produção e distribuição de bens e serviços para os agentes econômicos. Assim, é um sistema centralizado, enquanto as economias de mercado (capitalismo) ocorrem de maneira pulverizada, ou seja, descentralizada.

Ademais, nos dias atuais, o desenvolvimento do pensamento econômico permitiu a existência de estratégias mistas de atuação entre Estado e agentes privados. De outro modo, o governo pode auxiliar os agentes nas economias de mercado, com o intuito de promover a maximização do bem-estar social, mas sem intervir diretamente em todas as relações privadas dos agentes econômicos.

Nesse sentido, o Estado busca atuar como regulador das atividades sociais e econômicas, bem como na própria produção de alguns bens e serviços. A questão, aqui, é o Estado não intervir em todas as atividades, somente naquelas que considera essenciais para o desenvolvimento da sociedade, de maneira geral, mantendo as questões da liberdade de escolha e alocação dos recursos pelas próprias negociações privadas. Você consegue notar a diferença?

ATIVIDADE - A economia como ciência social - o conceito de economia

O estudo da economia é bastante amplo, sendo ramificado em diferentes áreas para analisar os problemas específicos que afligem a sociedade, de maneira geral. Por isso, os cientistas econômicos procuram focalizar suas pesquisas em determinados temas, como é o caso dos macroeconomistas. Assim, considerando o conteúdo abordado no texto-base, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, quem foi o responsável pela sistematização da macroeconomia.

- a) Adam Smith.
- b) John Maynard Keynes.
- c) David Ricardo.
- d) Equilíbrio de Pareto.
- e) Karl Marx.

Os Problemas Econômicos Fundamentais

A economia tem, como objetivo central, fazer uso dos recursos escassos de forma eficiente, ao longo do tempo. Dessa forma, é possível equilibrar a relação entre o desejo de maior consumo pelos agentes econômicos com a limitação dos recursos existentes para a produção de bens e serviços (escassez). Assim, existe um problema econômico fundamental em equacionar essa relação. Segundo Samuelson e Nordhaus (2012) ressaltam, os três problemas fundamentais que devem ser levados em consideração são: I) o que produzir; II) como produzir; e III) para quem produzir. Na mesma direção, Vasconcellos (2017) explica que os problemas econômicos fundamentais envolvem a questão da escassez nas economias de mercado, tornando necessário realizar escolhas entre alternativas disponíveis. Ainda, acrescenta a questão do quanto produzir de determinados bens e serviços. Assim, observe o quadro a seguir.

O que e quanto produzir	“[...] a sociedade deve decidir se produz mais bens de consumo ou bens de capital, ou, como num exemplo clássico: quer produzir mais canhões ou mais manteiga? Em que quantidade? Os recursos devem ser dirigidos para a produção de mais bens de consumo, ou bens de capital?”
Como produzir	“[...] trata-se de uma questão de eficiência produtiva: serão utilizados métodos de produção capital-intensivos? ou mão de obra-intensivos? ou terra-intensivos? Essa decisão depende da disponibilidade de recursos de cada país”.
Para quem produzir	[...] a sociedade deve decidir quais os setores que serão beneficiados na distribuição do produto: trabalhadores, capitalista ou proprietários da terra? Agricultura ou indústria? Mercado interno ou mercado externo? Região Sul ou Norte? Ou seja, trata-se de decidir como será distribuída a renda gerada pela atividade econômica”.

Quadro 1.1 - Problemas econômicos fundamentais

Fonte: Vasconcellos (2017, p. 4).

Como é possível observar por meio do Quadro 1.1, o sistema econômico, com base em uma economia de mercado, como é o caso brasileiro, deve possuir uma estratégia de atuação consistente, ao longo do tempo, para utilizar os recursos escassos de maneira eficiente e eficaz. Dessa maneira, o país consegue avançar na sinergia entre economia e a sociedade, permitindo a melhoria do bem-estar social da população. Portanto, ao longo do tempo, é necessário fazer escolhas na alocação dos recursos. Por meio desses problemas fundamentais, a economia de mercado refere-se aos agentes econômicos (famílias e empresas), que são os responsáveis por decidirem a maior parte das questões sobre a produção e consumo, considerando as três perguntas fundamentais. Consequentemente, por meio dos tipos de mercados, sistemas de preços e possibilidades

de lucros ou prejuízos, existem incentivos para a determinação do que, como e para quem a produção será realizada (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

As empresas produzem as mercadorias que geram os maiores lucros (o quê), com as técnicas de produção que são as menos dispendiosas (o como). O consumo é determinado pelas decisões individuais sobre como aplicar as rendas provenientes de salários e de propriedades geradas pelo trabalho e pela posse de patrimônios (o para quem) (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 6).

Agora, podemos observar que, apesar de serem “apenas” três problemas fundamentais, existe uma elevada complexidade para enfrentar as decisões que devem ser tomadas, no tocante à produção e consumo em uma sociedade como a nossa. Além dessas questões, será possível pautar a atuação dos agentes econômicos seguindo alguns princípios elementares na existência de uma economia de mercado? Para entender melhor a relação entre atuação dos agentes e princípios, vamos avançar para a próxima seção.

Princípios Econômicos na Sociedade

De uma maneira geral, existe a relação entre necessidades ilimitadas pela sociedade e recursos escassos para a produção, correto? Ainda assim, a escassez torna necessária a realização de escolhas na sociedade. Nessa linha, como ressaltam Samuelson e Nordhaus (2012) e Vasconcellos (2017), a sociedade deve fazer essas escolhas com base nos três problemas econômicos fundamentais, o que, quanto, como e para quem produzir nas economias de mercado.

Essas perguntas são muito importantes, pois, com estas, podemos entender a relação entre as economias de mercado e a sociedade. Com base nessas questões, é possível delinear princípios de atuação dos agentes econômicos (famílias, empresas e governo). O governo não deve ser visto em um ambiente hostil pela sociedade, visto que pode auxiliar os agentes privados (famílias e empresas) a maximizarem a sua atuação no mercado, promovendo a ampliação do bem-estar social. Em seu livro “Princípios de Microeconomia”, de 2017, Nicholas Gregory Mankiw apresenta dez princípios que norteiam as relações econômicas em uma economia de mercado, dividindo-os em:

Como os agentes econômicos tomam decisões ao longo do tempo
A interação entre esses agentes na economia
O funcionamento da economia

Quadro 1.2 - Relações econômicas em uma economia de mercado

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante sua vida, os agentes tomam decisões em um ambiente de escassez de recursos, existindo um conceito chamado *trade-off* (princípio um). Basicamente, esse conceito aponta para escolhas que devem ser feitas em que, ao optar por um, não é possível obter a satisfação de outro produto. Por exemplo, uma pessoa deve escolher entre consumir ou poupar determinada quantidade de sua renda. Nesse ponto, o valor poupado não pode ser consumido no mesmo instante.

Nesse sentido, o princípio dois têm relação próxima ou primeira à medida que o **custo de consumirem certo produto é diretamente relacionado à desistência de consumo de outro produto**. Por meio desse princípio, é possível identificar o conceito de custo de oportunidade à medida que se escolhe por algo, implicando em abrir mão de algum outro item (MANKIW, 2017). Por exemplo, ao escolher consumir mais, o agente deixa de poupar dinheiro para o futuro. Segundo Mankiw (2017), o princípio 3 busca explicar que **as pessoas racionais pensam na margem**. A racionalidade aponta para os agentes econômicos que utilizam toda a informação disponível para a sua tomada de decisão (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012). Já a margem tem relação com modificações marginais, ou seja, pequenos ajustes modificam totalmente a atuação do agente econômico.

Por fim, em relação aos princípios voltados para a decisão, Mankiw (2017) explica que **as pessoas reagem a incentivos** (princípio 4), sendo o incentivo algo que torne atrativo para a pessoa caminhar em determinada direção. No capitalismo, a produção é feita normalmente, descentralizada por meio de diferentes agentes econômicos em diferentes

locais, correto? Nesse contexto, também devem ser levados em consideração os princípios econômicos que envolvem a interação entre os agentes econômicos na sociedade.

Como a produção é descentralizada ou pulverizada no capitalismo, **o comércio pode ser bom para todos** (princípio 5). Assim, cada agente dedica seu tempo na produção mais eficiente para posterior negociação no mercado e, com o capital adquirido, pode comprar outros bens e serviços necessários, não necessitando produzir todos os seus bens de consumo de maneira individual. Portanto, os agentes acabam especializando-se naquilo que têm maior eficiência produtiva (MANKIW, 2017).

Esses produtos devem ser negociados no mercado (comércio). Por isso, **os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica** (princípio 6), como aponta Mankiw (2017). No mercado, ocorre a interação de compra e venda para a satisfação e melhoria do bem-estar dos agentes econômicos (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

Estudante, até aqui, apontamos para o papel dos agentes de maneira pulverizada, interagindo por meio do mercado, mas, como já destacado, o governo também pode ter um papel importante na sociedade, com base na economia de mercado. Esse é justamente o princípio 7: **às vezes, os governos podem melhorar os resultados dos mercados**. Isso acontece porque o governo tem o poder de regular a atividade econômica, bem como atuar na garantia do consumo e produção de bens e serviços da propriedade privada (MANKIW, 2017).



Figura 1.2 - Sociedade e Governo

Fonte: Leo Wolfert / 123RF.

Após entender as decisões e interação dos agentes econômicos na economia, portanto, na própria sociedade, é necessário avançar na compreensão sobre aspectos elementares que norteiam o funcionamento da economia. Assim, o princípio 8 explica que **o padrão de vida de um país depende de sua capacidade de produzir bens e serviços** (MANKIW, 2017). Atenção, estudante, esse princípio já é autoexplicativo, em decorrência de que a economia tem o intuito de produzir produtos para serem negociados. Consequentemente, se o nível de produção é baixo, o padrão de vida da sociedade também será baixo. Em relação ao governo, já foi ressaltada a sua importância para o crescimento econômico e bem-estar da sociedade. Por outro lado, se o governo utiliza de seu poder de impressão monetária de maneira descontrolada, os preços podem subir rapidamente, o que acaba atrapalhando a tomada de decisões por parte dos agentes econômicos. Com isso, o princípio 9 define que **os preços sobem quando o governo emite moedas demais** (MANKIW, 2017). Por fim, existem duas questões importantes no ambiente econômico:

I) desemprego;

II) inflação.

O desemprego piora a vida das pessoas, em decorrência da queda de suas rendas, impedindo o consumo.



Figura 1.3 - Desemprego

Fonte: Vadim Guzhva / 123RF.

A inflação impacta na sociedade, diminuindo a renda, visto que é um conceito relacionado ao aumento no nível geral dos preços, como foi o caso brasileiro na década de 1980. Portanto, **a sociedade enfrenta um *trade-off* de curto prazo entre inflação e desemprego** (princípio 10), ou seja, pode escolher menor desemprego às custas de uma maior inflação, como aponta Mankiw (2017).



Figura 1.4 - Inflação

Fonte: Oktay Sonmez / 123RF.

Estudante, é importante compreender, nesta seção, que existe uma sinergia entre os problemas fundamentais existentes nas economias de mercado, bem como os princípios que regem a atuação dos diferentes agentes econômicos, como as famílias, empresas e governo em sua atuação no mercado para negociações comerciais.

ATIVIDADE - Os problemas econômicos fundamentais

Na economia, existem problemas que são fundamentais resolver para melhorar o bem-estar social. Para isso ser possível, é necessário entender os princípios que pautam a relação econômica entre os diferentes agentes econômicos. Assim, considerando o conteúdo abordado no texto-base, o que significa fazer escolhas entre alternativas?

- a) As pessoas enfrentam o *trade-off*.
- b) Os preços sobem com impressão monetária.
- c) O comércio é bom para a indústria.
- d) As pessoas negam incentivos.
- e) O governo pode auxiliar a atividade econômica.

A Inter-relação com outras Ciências

A economia, de forma precisa, refere-se ao estudo da ciência econômica, que envolve temas diversos presentes em nossa sociedade moderna, levando em conta a condição escassa dos recursos e sua utilização de maneira eficiente e eficaz. Por isso, o estudo econômico é uma análise ampla, que pode ter ligação com diversos setores da sociedade. Você consegue visualizar essa amplitude?

Basicamente, a economia tem, como intuito, analisar o comportamento dos agentes econômicos (famílias, empresas e governo) na sociedade, bem como a disponibilização de fatores de produção (terra, capital e trabalho) relacionados à produção de bens e serviços que serão negociados no mercado para a satisfação do bem-estar dos agentes envolvidos nas transações. Dessa forma, existe uma questão de interação social entre agentes diferentes ao longo do processo produtivo (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

Nessa perspectiva, existe a aproximação entre a antropologia e a economia, à medida que ferramentas ligadas à compreensão do comportamento humano e evolução de sistemas econômicos podem ser utilizadas para melhorar o desenvolvimento das economias de mercado. Assim, também é possível analisar aspectos culturais ligados ao comportamento

humano existente antes mesmo do atual sistema econômico. Ainda, é possível analisar o papel das trocas, utilizando moedas desde civilizações antigas, dentre outras análises possíveis.

Como existem várias negociações para a realização da produção, são necessários diversos cálculos econômicos para a formação do preço dos produtos negociados e pagamento da remuneração aos fatores de produção. De forma mais ampla, os cálculos econômicos permitem compreender os custos, receitas e lucros e, consequentemente, a viabilidade econômica e financeira de um empreendimento, seja o investimento em uma nova empresa ou o desenvolvimento de políticas públicas.

Segundo Vasconcellos (2017), a economia tem sua proximidade com a estatística e matemática, para que os cálculos sejam realizados de maneira correta. Como na economia os recursos são escassos, o cálculo matemático e estatístico permite utilizar esses recursos de maneira eficiente e eficaz, evitando desperdícios que possam prejudicar a sociedade. Portanto, de um lado, os estudos econômicos procuram entender a interação das pessoas na sociedade (social) e, por outro lado, é necessário quantificar a interação (cálculo), sendo as duas abordagens não conflitantes.

Nesse contexto trabalhado, o estudo da economia é bastante amplo, à medida que pode possuir sinergia com diferentes áreas do pensamento humano. Como ressalta Mankiw (2017, p. 36), o economista deve ser “matemático, historiador, estadista, filósofo - em certa medida. Deve compreender símbolos e falar por meio de palavras [...]. Deve estudar o presente à luz do passado, com a intenção de compreender o futuro”.

Como exposto por Mankiw (2017), o economista deve ter uma aproximação com diferentes áreas do pensamento humano, para que tenha uma formação completa, conseguindo atuar na sociedade por meio de uma visão ampla. Um exemplo seria por meio do conhecimento histórico; os agentes envolvidos com a economia podem buscar por similaridades existentes em acontecimentos presentes e passados, permitindo que pontos negativos sejam evitados ou que pontos positivos sejam replicados.

Dessa forma, quais medidas tomadas com sucesso, em uma crise econômica passada, podem ser utilizadas atualmente? Quais medidas levaram países para a instabilidade política e econômica? Como certos países conseguiram alcançar o desenvolvimento

econômico? Ao conhecer a história, erros são evitados e acertos ressaltados, possibilitando a contínua aprendizagem de todos os agentes econômicos da sociedade.

Vasconcellos (2017) enfatiza o papel da história no desenvolvimento da teoria econômica, visto que a análise histórica facilita a compreensão do presente e permite projetar cenários para o futuro. Para exemplificar, temos a Revolução Industrial, a crise financeira de 1929 e, mais recentemente, a crise financeira de 2008, sendo fatos históricos que modificaram a compreensão econômica da sociedade, impactando em modificações na economia. Ainda em relação à história e economia, Ferguson (2017) apresenta o papel do dinheiro em diferentes sistemas econômicos ao longo da história, mostrando a “ascensão” e a formação do dinheiro nas economias de mercado e seu papel para a formação e disseminação do risco na economia, o que pode resultar em crises econômicas.

De forma semelhante, no plano filosófico, são delineados pensamentos sobre a sociedade e a interação entre os agentes, além de questionamentos, por exemplo: quais as políticas que podem ou devem ser desenvolvidas? Qual o objetivo final da economia e um economista em uma economia de mercado? Foco no lucro ou no bem-estar social? Mais liberdade e igualdade? Mais Estado ou mercado? Observe que existem muitas questões que saem do plano filosófico para serem postas em prática na sociedade. Nessa linha, Vasconcellos (2017, p. 15) explica a relação entre economia e filosofia, moral e ética como fortemente correlacionada até a Revolução Industrial, no século XVIII, sendo o período anterior com a economia guiada por princípios morais e éticos.

Por outro lado, após a Revolução, questões relacionadas à biologia e à física passaram a ser inseridas na análise econômica, para a sistematização do comportamento dos agentes econômicos na sociedade (VASCONCELLOS, 2017). Desse modo, após o século XVIII, a economia passou a incorporar outras ciências para a compreensão do sistema econômico, comportamento dos agentes, cálculos econômicos, dentre outras características.

A construção do núcleo científico inicial da Economia foi desenvolvida com base nas chamadas concepções organicistas (biológicas) e mecanicistas (físicas). Segundo o **Grupo Organicista**, a Economia se comportaria como um órgão vivo,

daí se utilizarem termos como funções, circulação, fluxos, na Teoria Econômica. Segundo o **Grupo Mecanicista**, as leis da Economia se comportariam como determinadas leis da Física. Daí advêm os termos estática, dinâmica, aceleração, velocidade, etc. (BAROSSO, *on-line*).

Nessa perspectiva, existem grupos de análise econômica que visam uma análise mais sistemática da economia (mecanicista) e um grupo que busca entender o sistema econômico por meio de uma perspectiva de maior interação, por vezes, subjetiva (organicista). Contudo, nos dias atuais, os cientistas econômicos procuram interagir as duas visões, tornando a análise econômica de maior complexidade.

Esse é um processo bastante interessante, porque a própria sociedade é complexa. Assim, analisar apenas por meio do cálculo ou com pura subjetividade não é suficiente para abarcar todos os problemas e/ou soluções existentes na sociedade. Por essa razão, atualmente, a economia possui proximidade com diversas áreas, como é o caso da psicologia, que tem ganhado cada vez mais espaço em debates econômicos desde o século XX, principalmente após 1950.

REFLITA

A psicologia tem, como foco, entender o comportamento humano e sua relação com parcela da sociedade e os fenômenos psíquicos. Nesse sentido, prezado(a) estudante, você consegue visualizar a possível relação entre a economia e psicologia?

Basicamente, a aproximação entre a área econômica e comportamental ligada à psicologia ocorreu para avançar na compreensão do comportamento humano nas economias de mercado. Por meio da sinergia entre essas diferentes áreas do pensamento humano, tem-se avançado no entendimento de como ocorrem as escolhas das famílias, empresas e o próprio governo na economia. Nesse sentido, a união de ambas as áreas permitiu o surgimento da economia comportamental. Essa união conseguiu render pesquisas que

acabaram ganhando o Prêmio Nobel de Economia, como Herbert Simon, Daniel Kahneman e Robert Shiller.

A economia comportamental se juntou à corrente principal em 2001 e 2002, quando o prêmio Nobel foi atribuído à pesquisa econômica nessa área. George Akerlof (Universidade da Califórnia em Berkeley) foi citado pelo desenvolvimento de um melhor conhecimento do papel da informação assimétrica e do mercado de “gato por lebre”. Daniel Kahneman (Universidade Princeton) e Vernon L. Smith (Universidade de George Mason) receberam o prêmio pela análise da avaliação e tomada de decisão humanas [...] e o teste empírico das previsões da teoria econômica pelos economistas experimentais (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 77).

Por essa lógica apresentada, Samuelson e Nordhaus (2012) explicam como é dado o comportamento dos agentes em relação à aposentadoria, formação de bolhas financeiras, dentre outras. Especificamente sobre a questão de bolhas que desembocam em crises financeiras, Kindleberger e Aliber (2013) apresentam um estudo que envolve economia, história e psicologia, por meio de uma análise de séculos de história econômica, além de como o comportamento das famílias, empresas e governos (psicologia) acabam proporcionando um aumento no preço dos ativos financeiros (bolhas especulativas) e levando a crises nos mercados financeiros e na economia de maneira geral, como as crises de 1929 e 2008 (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013).

Uma interação ainda não trabalhada, mas que é importante para a garantia do próprio sistema, acontece à medida que normas e leis possibilitam o funcionamento mais eficiente da economia. Nesse contexto, a economia e o direito podem trabalhar na mesma direção para melhorar o bem-estar social. Imagine uma situação na qual não existam garantias sobre a propriedade privada. Questões econômicas garantidas por lei? Provavelmente, não existiria a economia de mercado capitalista, conforme conhecemos. O quadro a seguir apresenta algumas leis que envolvem a relação entre economia e direito, expostas por Vasconcellos (2017).

Leis de defesa da concorrência, leis antitruste, que atuam sobre as estruturas de mercado, assim como sobre o comportamento das empresas;

A ação das agências reguladoras, que dão os parâmetros de atuação em áreas de infraestrutura básica, petróleo, telefonia, gás, etc.;

A importância da Constituição Federal, em que se determina a competência para a execução de políticas econômicas e estabelecem-se os direitos e deveres dos agentes econômicos.

Quadro 1.3 - Relação entre Economia e Direito

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas últimas décadas, as diferentes economias passaram por um forte processo de integração, também chamado de globalização comercial e financeira. Com as relações econômicas que ocorrem tanto no mercado externo quanto no mercado interno, é necessário que existam legislações específicas, para que os contratos sejam garantidos e, quando não honrados, tenham instituições capazes de cobrar que esses contratos sejam honrados. Portanto, a figura a seguir apresenta a economia e as áreas que possuem relação.

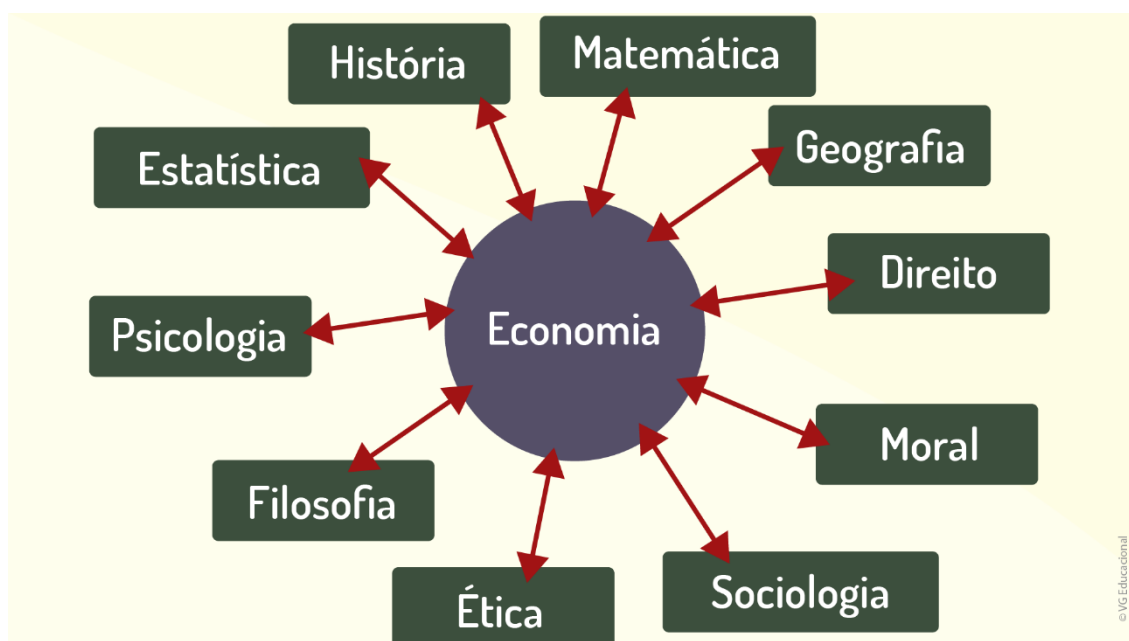


Figura 1.5 - Inter-relação entre economia e ciências

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ainda nessa temática ligada à globalização, existe outra área do pensamento humano que lida com essas questões: a geografia. A aproximação dessas duas áreas ocorre pelas análises geoeconômica e espacial da relação entre os agentes econômicos (VASCONCELLOS, 2017). Especificamente no caso brasileiro, muitos dados econômicos são coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FIQUE POR DENTRO

Conheça mais sobre os dados brasileiros e informações sobre a economia do país no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual proporciona diversos dados socioeconômicos para o país. Fique por dentro acessando o *link* disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

Isso posto, é possível observar que a economia possui relação com diferentes outras áreas do pensamento humano, desde a matemática até a psicologia e filosofia. Nesse contexto, um bom economista voltado para melhorar o bem-estar da sociedade deve considerar essas inter-relações no momento de desenvolver seus modelos de análise sobre a realidade dos agentes econômicos das economias de mercado.

ATIVIDADE - Inter-relação com outras ciências

Em decorrência de a economia lidar com diversas questões que envolvem o comportamento humano na sociedade, existe uma forte relação entre os estudos econômicos e outras diferentes áreas do pensamento humano. Essa interação entre as áreas busca tornar mais complexos e eficientes os estudos econômicos. Assim, o que é a economia comportamental?

- a) Interação entre economia e direito.
- b) Análise conjunta de economia e psicologia.
- c) Inclusão da história e geografia na economia.
- d) Aproximação entre economia e filosofia.
- e) Interação entre economia e matemática.

A Evolução do Pensamento Econômico

A economia possui relação com diversas áreas que foram sendo agregadas de acordo com o pensamento econômico que evoluiu nos últimos séculos. Apesar de sabermos os problemas fundamentais e os princípios que regem a economia de mercado, esse processo levou séculos de aprendizagem contínua e um intenso debate econômico. Assim, é importante compreender os principais autores da história do pensamento econômico, o que resultou em avanços significativos para o entendimento de nossa economia.

Por meio do conhecimento histórico, é possível identificar questões válidas até os dias de hoje, descobrindo quem foi o autor responsável por desenvolver determinado conceito de

forma científica, agregando conhecimentos para a história da humanidade. Todas as áreas da ciência possuem autores essenciais para a evolução dos conhecimentos, os quais deixaram seus nomes marcados na história, não sendo diferente com a economia.

Autores como Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e John Maynard Keynes são lembrados até os dias atuais, devido às suas contribuições elementares para com o pensamento econômico. Além desses autores, também existiram outros de suma importância para a economia. Thomas Malthus (população e alimentos), Alfred Marshall (lei da oferta e demanda) e Joseph Schumpeter (inovação e ciclo econômico) tiveram importância singular para a economia.

Século XIII	São Tomás de Aquino
Século XVIII	Adam Smith
Século XIX	David Ricardo
Século XIX	Karl Marx
Século XX	John Maynard Keynes

Quadro 1.4 - Evolução do pensamento econômico

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio do Quadro 1.4, é possível observar alguns dos principais economistas de nosso atual sistema econômico, com exceção de São Tomás de Aquino, que tem sua importância devido à defesa da propriedade privada, comércio e juros em uma época bastante conturbada nesses quesitos (Idade Média).

São Tomás de Aquino

Tomás de Aquino (1225-1274) tem sua principal obra a Suma Teológica, trabalhando questões relacionadas a sociologia, economia e também a política. Em sua obra, trata questões ligadas à propriedade privada, comércio e da cobrança de juros, escrevendo

sobre a moralidade, limitando-se ao “justo preço”, condena o enriquecimento por meio dos mecanismos acima, procurando alcançar o bem comum.



Figura 1.6 - São Tomás de Aquino

Fonte: File Upload Bot / Wikimedia Commons.

Para se saber mais sobre economia, religião e mercado, São Tomás de Aquino, a influência teológica na construção do pensamento econômico, sugere-se a leitura do Capítulo I - Ciência Econômica e a Economia de Mercado, do livro “A Era do Economista - Fusfeld - Daniel R. 2001”.

Após esse relato do século XIII, vamos direto ao século XVIII, o qual é considerado o período das revoluções, mais especificamente a francesa, a intelectual, o iluminismo, bem como a que mais tem relação com a economia: Revolução Industrial. Ao final do século, acontecia um conjunto de transformações tecnológicas, nascia o sistema manufatura com trabalho assalariado, ou seja, a partir daí começou-se a pensar nos processos produtivos com inovações tecnológicas.

No final do século XVIII, houve novas descobertas, estruturação das formas de pensamento, novas formas para uma organização social, e a economia começa a tomar um novo rumo, e o pensador.

Adam Smith

Adam Smith (1723 - 1790) era escocês, filósofo e professor universitário. Suas obras são intituladas: Teoria dos Sentimentos Morais (1759); A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas (1776), as quais foram escritas bem próximas ao período da Revolução Industrial. Cabe destacar que a Riqueza das Nações influenciou o pensamento econômico até os dias atuais, criando meios e diretrizes para aprofundar a relação social.

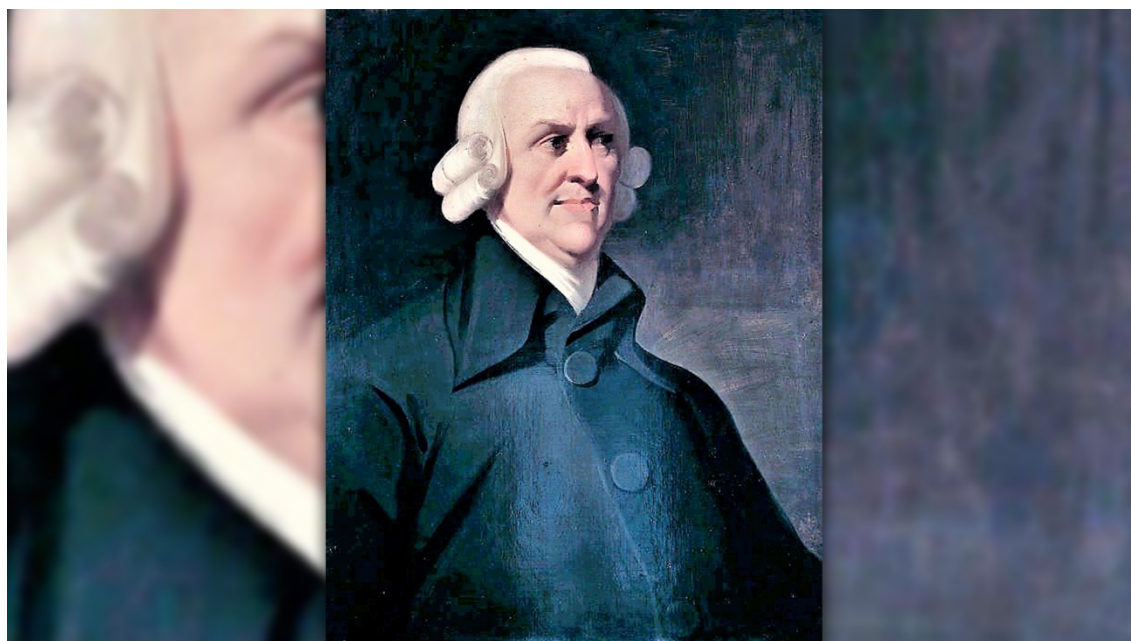


Figura 1.7 - Adam Smith

Fonte: Gaeanauts / Wikimedia Commons.

Considerado como o pai da economia moderna, Smith desenvolveu uma ideia da riqueza das nações no auge da Revolução Industrial (1776) ou o progresso de diversos elementos de produção, uso de máquinas, controle da energia e extração mineral. A escola de Adam

Smith deixou a herança do “*Laissez-Faire, Laissez-Passer*”, que significa “Deixa fazer, Deixa passar”, uma espécie de proclamação à liberdade mercadológica.

Portanto, Adam Smith foi um economista clássico e liberal que influenciou toda essa linha de pensamento econômico pelos séculos seguintes. Curiosamente, enquanto vivo, foi mais conhecido por seus estudos na área da Filosofia do que no ramo da Economia, assim exercia pouca influência na política econômica da época. As sementes de Ciência Econômica que ele plantou em vida só seriam colhidas bem mais tarde.

Vasconcellos e Garcia (2005) destacam que Adam Smith conseguiu desenvolver uma teoria única para o momento, apontando o funcionamento da economia de mercado por meio das leis de mercado. Ademais, conseguiu trazer importantes contribuições ao campo político e para a atuação do governo, apontando apenas para a regulação econômica, e não para a intervenção na produção de bens e serviços.

Smith acreditava que a relação entre os diferentes agentes econômicos com liberdade poderia proporcionar uma melhoria no bem-estar social dos agentes que interagem no mercado. De outro modo, por meio da livre concorrência, os agentes econômicos atuam no mercado de maneira eficiente, a fim de satisfazer as suas necessidades (bem-estar).

Uma outra forma de observar essa questão levantada é por meio da “mão invisível”. Segundo Gennari e Oliveira (2009), esse conceito significa não ser necessário existir um agente centralizador, como é o Estado, para direcionar as relações de produção na economia. Nesse contexto, a atuação pulverizada dos agentes econômicos livres é o suficiente para a eficiência do sistema.

Portanto, a mão invisível aponta para as forças de oferta e demanda que existem em uma economia de mercado, quando os agentes econômicos estão disponibilizando bens e serviços por meio da livre iniciativa. Assim, a atuação apenas como reguladora é uma ideia interessante para o papel do Estado, nessa concepção desenvolvida por Adam Smith (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

David Ricardo

David Ricardo foi um economista clássico, o qual influenciou o pensamento econômico de maneira fundamental, com sua principal obra “*Princípios de Economia Política e*

Tributação” (1817-1821). Nessa obra, Ricardo avança no desenvolvimento da teoria do valor-trabalho e busca explicar o funcionamento da sociedade, com base na economia capitalista.

Gennari e Oliveira (2009) explicam que, na teoria do valor trabalho, as mercadorias possuem uma utilidade exposta por seu valor de troca, dada a escassez e a quantidade de trabalho existente para a produção dessa mercadoria. Portanto, o trabalho empregado na produção é fundamental para compreender a dinâmica de preços das mercadorias negociadas no mercado pelos agentes econômicos.



Figura 1.8 - Davi Ricardo

Fonte: P. S. Burton / Wikimedia Commons.

Dessa lógica desenvolvida por Ricardo, uma polêmica pode ser exposta: se o valor da mercadoria é dado pelo trabalho empregado e se o preço dos salários for alto, consequentemente, os preços das mercadorias também serão elevados? Essa confusão pode ocorrer algumas vezes, mas o importante, aqui, na teoria de Ricardo, é compreender que a quantidade de trabalho empregada determina o valor do produto, bem como que as

modificações de salários não afetam o valor de troca, modificando apenas o lucro (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

Atenção, prezado(a) estudante, nos dias de hoje, o comércio é visto com naturalidade e é um instrumento cotidiano para a aquisição de bens e serviços, correto? Nem sempre foi assim. Apenas com a economia de mercado que o comércio avançou exponencialmente. Um dos grandes responsáveis por teorizar essas vantagens foi David Ricardo, você sabe por quê? Para responder a esta pergunta, é necessário um outro conceito fundamental, desenvolvido por esse importante autor da história do pensamento econômico.

Por meio do conceito de **vantagens comparativas**, David Ricardo demonstrou a importância do comércio para o crescimento e a melhoria do bem-estar dos agentes econômicos, inclusive países, por meio do comércio internacional. Basicamente, a teoria das vantagens comparativas explicava que o país precisa especializar-se na produção de mercadorias para que tenha uma maior vantagem, em comparação aos outros países.

Após a produção das mercadorias em que possui vantagens comparativas, a negociação no mercado concede que a soma final agregada de mercadorias produzidas acaba sendo maior do que se cada país produzisse tudo o que fosse necessário, impulsionando o bem-estar social (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

Por exemplo, se o país é especialista na produção de soja, com relação aos demais, este deve especializar-se para produzir soja, como é o caso brasileiro. Por outro lado, se outro país é especialista em capital humano (tecnologia), este deve especializar-se na produção de conhecimentos (tecnologia), no caso de países como Alemanha, Estados Unidos, China e Japão.

Em suma, David Ricardo foi um importante economista clássico, o qual avançou nas teorias de pensamento econômico, por meio da teoria do valor do trabalho e da teoria das vantagens comparativas. Por meio desses desenvolvimentos teóricos, as bases para compreender a relação entre os agentes econômicos e o preço das mercadorias avançou e, principalmente, a teoria das vantagens comparativas sistematizou a importância da especialização e negociação no mercado dos bens e serviços produzidos, ampliando a importância do comércio internacional (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

Karl Marx

Karl Marx (1818-1883) foi um economista e filósofo alemão, considerado o mais eminente teórico do socialismo e comunismo. Publicou obras nas quais criticava o capitalismo, por exemplo, o livro *O Capital*. Ao longo de sua vida, produziu obras diversas, as quais são utilizadas até os dias atuais. Nessas obras, Marx desenvolveu o conceito de “mais-valia”, uma crítica à exploração do trabalho, referente às formas de pagamento ao trabalhador com o trabalho que era realizado.

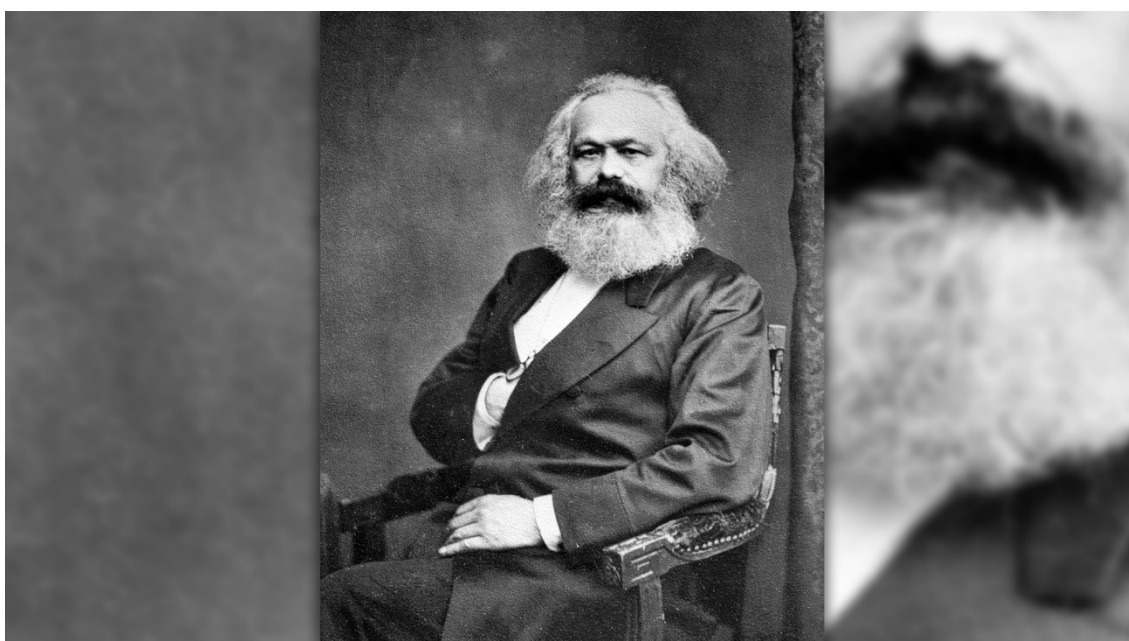


Figura 1.9 - Karl Marx

Fonte: Jacek Halicki / Wikimedia Commons.

Gennari e Oliveira (2009) explicam que a mais-valia é o excedente econômico que o capitalista retira do trabalhador durante o processo produtivo, pois o valor do trabalho pago para o trabalhador produzir bens e serviços para a sociedade não é o mesmo que o trabalhador cria durante o período em que está dedicado ao trabalhador, em consequência da venda de sua mão de obra (força de trabalho).

No volume 1 de *O Capital*, Marx assumiu que todas as mercadorias são vendidas a seus respectivos valores. De que forma, então, o

capitalista obtém lucro? De acordo com Marx, a resposta comprando aquela mercadoria que possa criar um valor maior do que o seu próprio valor. Essa mercadoria é a força de trabalho (BRUE, 2006, p. 179).

Por meio do pagamento aos trabalhadores de uma remuneração menor do que o seu valor criado, o capitalista consegue extrair a mais-valia e obter lucros em seu empreendimento. Consequentemente, os capitalistas enriqueciam, enquanto os trabalhadores continuavam pobres, dada a exploração inerente às relações trabalhistas em uma economia capitalista. Em decorrência da dedicação de Marx para compreender o funcionamento das economias de mercado e a possível resolução de suas contradições, Marx desenvolveu os conceitos para uma economia socialista como resposta à exploração dos trabalhadores à época da Revolução Industrial (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

Apesar da Revolução Industrial ampliar as possibilidades de consumo e avanço tecnológico, para os socialistas, o industrialismo tinha outra face. Os operários recebiam salários baixos e, mesmo que a remuneração nas fábricas fosse alta o suficiente para atrair trabalhadores do campo, o desemprego em áreas rurais fazia com que aceitassem salários baixos, jornadas de trabalho muito extensas e condições precárias.

Essas deficiências mostravam-se mais evidentes na primeira metade do século XIX, em que a Revolução Industrial teve início na Inglaterra. Após analisarmos obras do século XIX, marxismo, socialismo e comunismo, avançaremos para o século XX, e o pensador sugerido é John Maynard Keynes, com a Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda.

John Maynard Keynes

John Maynard Keynes (1883-1946), o mais célebre economista da primeira metade do século XX, publicou a obra denominada *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Segundo Gennari e Oliveira (2009), a importância da obra de Keynes, no século XX, só encontrou paralelos em comparação aos trabalhos de Smith e Marx.



Figura 1.10 - John Maynard Keynes

Fonte: Чръный человек / Wikimedia Commons.

Vale destacar que Keynes cresceu e estudou em um ambiente econômico onde predominava a ideia de liberalismo, e não a participação do governo na economia. Contudo, a Grande Depressão de 1929 (crise financeira internacional) colocou as economias em uma tendência forte de queda, com Keynes desenvolvendo estudos voltados para a importância da participação do Estado na economia, para promover o aumento do produto agregado (Produto Interno Bruto - PIB), aumento do emprego (queda no desemprego) e a renda.

Desse modo, Keynes procura compreender o emprego como dependente da demanda efetiva da economia, que pode variar ao longo do tempo. Em momentos de queda nessa demanda, ocorre o aumento do desemprego e a diminuição da renda da população, por exemplo. Por isso, é importante que os agentes privados ou estatais atuem para manter um nível suficiente de investimento na economia, o qual permita o crescimento econômico (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

Nesse contexto, o estado busca criar condições para o desenvolvimento, com controle macroeconômico e realização das tarefas de infraestruturas. Note que Keynes, ao focar seus estudos no conjunto agregado na economia, acabou desenvolvendo a análise macroeconômica, porque, antes de Keynes, o foco dos estudiosos e cientistas era dado para a microeconomia, e a relação individual entre os agentes econômicos.

Outra grande modificação na obra de Keynes foi a contestação da “Teoria Quantitativa da Moeda” (TQM), que aponta para uma relação direta e proporcional entre a oferta de moeda e a inflação. Em outras palavras, o aumento na oferta da moeda na economia pelo Estado não tinha efeitos reais sobre a economia (produto e emprego), mas conseguia apenas aumentar os preços na mesma proporção. Portanto, na visão clássica, a inflação é apenas um fenômeno monetário.

Desse modo, Keynes também proporcionou um importante papel para a moeda nas economias de mercado, indo totalmente em direção oposta à teoria clássica, que dominava o pensamento econômico mundial desde a época de Adam Smith. Consequentemente, modificações no lado monetário da economia poderiam afetar as expectativas dos agentes econômicos e, por consequência, o emprego e a renda. Logo, a política monetária tem papel ativo na economia Keynesiana (BRUE, 2006).

Nessa perspectiva analisada, Keynes abalou a fé cega no mecanismo de mercado como garantia do pleno emprego. Na Teoria Clássica, o mecanismo de preços de mercado tem duplo papel, em um sistema de decisões descentralizadas. Primeiro, os preços de mercado resumem toda a informação necessária para a coordenação das atividades econômicas; segundo, os preços fornecem os incentivos suficientes para gerar os ajustes necessários nas quantidades.

Finalmente, a Teoria Geral pode ser interpretada como uma mensagem contundente aos economistas, para que estes abandonem o papel puramente contemplativo e assumam uma postura mais ativa, perante os problemas macroeconômicos. Nesse aspecto, parece que Keynes conseguiu o seu intento.

Em uma época em que os economistas preferiam o refúgio seguro do diletantismo acadêmico ao exame dos problemas reais, Keynes notabilizou-se pela defesa de uma

teoria econômica revolucionária, pela inabalável confiança em seu modelo e como incansável pregador de um novo programa político.

Keynes teve participação deveras na criação dos organismos internacionais, os quais procuram regular as economias e sugerir regras aos países em desenvolvimento, como o F.M.I. (Fundo Monetário Internacional), organização financeira internacional criada em 1944, e o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), conhecido, também, como banco mundial.

É de Keynes algumas saídas clássicas para as conhecidas perguntas difíceis de serem respondidas. No período em questão, foi-lhe perguntado: se houver uma expansão econômica, uma utilização em massa dos recursos naturais, como ficará o planeta no ano 2000? A resposta do teórico foi “até lá, estaremos todos mortos”.

REFLITA

O pensamento econômico possui uma longa história de pesquisa, com diferentes linhas de visualização da economia de mercado e das possíveis saídas para o crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse sentido, procure compreender como é dado o papel do Estado para correntes econômicas diferentes ao longo da história.

Essa breve conceituação histórica, bem como as pesquisas sugeridas, procura indicar que a formação do pensamento econômico segue uma espécie de lógica, ou seja, observa-se o ambiente e produz a obra. Na sequência, verifica-se o ambiente e é estabelecida uma crítica à obra, possibilitando, então, a produção de uma nova obra. Caso existam dúvidas, sugere-se, aos alunos, consultarem também:

- *Novíssimo Dicionário de Economia*, organizado por Paulo Sandroni, no qual você poderá estudar os vários termos econômicos, bem como relacionar uma coisa com outra, pois o próprio dicionário preparado para possibilitar um entendimento sequencial dos termos econômicos;

- *Introdução à Economia*, de José Paschoal Rossetti, Parte I - A Compreensão da Economia; Capítulo I - A Abrangência e as Limitações da Economia.

A valia desta unidade é considerar uma primeira visão da conceituação da economia. É preciso que você, caro(a) aluno(a), tenha a compreensão de que o profissional das ciências sociais aplicadas às pessoas e à gestão empreendedora precisa “dos meios produtivos” para descobrir quais caminhos atenderão às expectativas e às necessidades humanas. Portanto, uma consideração prévia da economia pode ajudá-lo a compreender, interpretar as várias ocorrências econômicas e sociais, bem como construir modelos com base nos fundamentos.

Isso posto, compreender as relações elementares que envolvem uma economia de mercado (capitalista) é essencial para entender a sociedade moderna. Desse modo, na atuação cotidiana na economia, entender os problemas fundamentais existentes na sociedade e determinados princípios econômicos auxilia o agente a interagir com os demais, de maneira mais eficiente, ao longo do tempo, maximizando o bem-estar individual e, conseqüentemente, o social.

ATIVIDADE - A Evolução do Pensamento Econômico

Nos dias atuais, as economias de mercado (capitalistas) são o modelo de produção padrão para a grande maioria dos países que compõem o planeta, apesar de existirem diferenças na atuação de cada país. O desenvolvimento desse modelo de produção foi possível pela evolução do pensamento econômico. Assim, assinale a alternativa de quem desenvolveu a teoria das vantagens comparativas.

- a) Adam Smith.
- b) John Maynard Keynes.
- c) David Ricardo.
- d) Karl Marx.
- e) São Tomás de Aquino.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Nome do livro: A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo

Editora: Planeta

Autor: Niall Ferguson

ISBN: 978-85-422-1046-0

Comentário: O livro é bastante interessante para conhecer um dos mecanismos centrais de nossas economias: o dinheiro. Todas as transações na economia envolvem o dinheiro, seja em espécie ou por meio de outros sistemas. Nesse sentido, o livro traz a história do dinheiro em diferentes sistemas econômicos, com destaque para o sistema capitalista.

INDICAÇÃO DE FILME

Nome do filme: Tempos modernos

Gênero: Comédia

Ano: 1936

Elenco principal: Charlie Chaplin, Paulette Goddard e Henry Bergman

Comentário: O filme apresenta uma crítica ao processo produtivo promovido pela Revolução Industrial e aprimorado pelos grandes industriais entre o século XIX e XX. Por meio do filme, é possível entender as condições de trabalho no início do século XX, sendo bastante interessante para melhorar a compreensão social do(a) estudante.

UNIDADE II

Análise Microeconômica

Mestre Vicente Afonso Gasparini

Mestre Leonardo Aparecido Santos Silva

Introdução

A economia possui diferentes frentes de atuação com os pesquisadores desenvolvendo diversos estudos para entender a atuação das firmas, famílias e Governo. Uma das divisões fundamentais existente na economia é entre microeconomia e macroeconomia. Em relação à microeconomia, o foco é dado para interação entre a firma e o agente econômico por meio das forças de oferta e demanda para posterior equilíbrio via mecanismo de preço.

Nesse contexto, existem diversos conceitos que são importantes para que a análise microeconômica seja bem fundamentada, dadas as diferentes estruturas de mercado existentes nas sociedades e os impactos decorrentes do processo produtivo de diferentes organizações ao longo do tempo.



Fonte: Daniil Peshkov / 123RF.

As Leis de Mercado: A Procura, a Oferta e o Preço de Equilíbrio

Em uma economia de mercado existem diversos agentes econômicos, famílias, empresas e Governo que interagem entre si para a compra e venda de bens e serviços. De um lado, as famílias ofertam fatores de produção (terra, capital e trabalho) para serem utilizados na produção de bens e serviços que serão negociados posteriormente no mercado. De outro lado, os agentes econômicos demandam os bens e serviços para a satisfação de suas necessidades ao longo do tempo.

Nesse sentido, dois conceitos são fundamentais para a análise econômica e compreensão do funcionamento da sociedade que tem como base economias de mercado: as curvas de oferta e demanda. Nessa linha, Pindyck e Rubinfeld (2013) abordam a curva de oferta e demanda como um dos fatores elementares para a compreensão da economia. Basicamente, no equilíbrio, a oferta e a demanda ditarão a quantidade de bens e serviços negociados no mercado e o preço com que os produtos foram negociados rumo ao equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Portanto, a interação entre os agentes econômicos no livre mercado permite a definição da quantidade e preço de equilíbrio, sendo resultado da oferta e demanda por bens e serviços. Como ressaltam Samuelson e Nordhaus (2012), as preferências dos agentes econômicos consumidores é a responsável por determinar a demanda de bens e serviços; já os custos das empresas, responsáveis pela produção de bens e serviços, são a base da oferta nas economias de mercado.

Prezado(a) estudante, como estamos focados em analisar mercados de forma separada e/ou a interação entre poucos agentes no mercado, como é o escopo da teoria microeconômica, faz-se necessário compreender o papel da expressão *Coeteris Paribus*. Essa é uma expressão em latim que significa “tudo o mais constante”, ou seja, quando vamos analisar o papel da oferta e demanda, dadas modificações no preço e/ou quantidade, estamos considerando que as demais variáveis da economia não foram modificadas (VASCONCELLOS, 2017).

A Oferta de Bens e Serviços na Economia de Mercado

A oferta de bens e serviços nas economias de mercado são proporcionadas pelas empresas (organizações) que visam produzir diferentes produtos para negociação no mercado de modo a obter lucros. Assim, Samuelson e Nordhaus (2012, p. 44) explicam a curva de oferta da seguinte forma: “A função oferta (ou curva de oferta) de um bem mostra a relação entre o seu preço de mercado e a quantidade desse bem que os produtores estão dispostos a produzir e a vender, mantendo-se tudo o mais constante”.

Como as organizações produzem bens e serviços para a sociedade com o intuito de obter lucro, os custos de produção têm um elemento central para que a empresa tenha viabilidade econômica de se manter no mercado ao longo do tempo. Nesse contexto, em momentos em que o custo de produção é baixo em relação ao preço praticado no mercado, é bastante lucrativo para os produtores manter ou aumentar a quantidade produzida. Por outro lado, em momentos em que os custos de produção são elevados em relação ao preço, as empresas produzem uma quantidade inferior de bens e serviços para posterior oferta no mercado (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

Prezado(a) estudante, esta é uma questão crucial: os custos de produção dos diferentes produtos negociados no mercado têm um caráter central na dinâmica da economia, não é mesmo? Imagine como é difícil para uma organização se manter no mercado se os custos produtivos são elevados em relação ao preço praticado no mercado. Poucas empresas teriam incentivos para entrar no mercado, correto?

Por isso, os custos de produção são fundamentais para compreender a inserção das empresas no mercado. Mas quais são esses custos? Samuelson e Nordhaus (2012) explicam que os custos são basicamente determinados pelos preços dos fatores de produção (capital, trabalho e terra, também chamados de recursos naturais). Logo, os custos da organização acabam sendo determinados a partir dos preços pagos por esses fatores de produção e pelos avanços tecnológicos.

Por essa perspectiva analisada, observe a Figura 2.1, a seguir, para melhor compreensão sobre o funcionamento da curva de oferta em uma economia de mercado, com as empresas que atuam para ofertar bens e serviços para o consumo dos demais agentes econômicos envolvidos no mercado (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

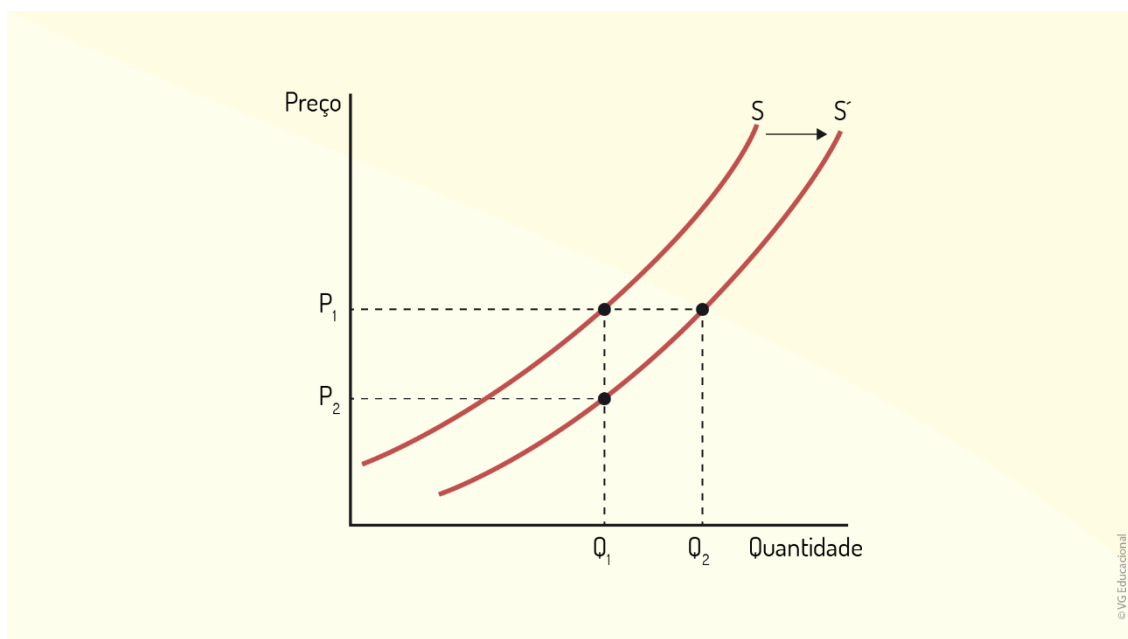


Figura 2.1 - A curva de oferta

Fonte: Adaptada de Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 22).

Na Figura 2.1, é possível observar que, quanto maior o preço, maior será a vontade dos produtores de ofertar bens e serviços para a sociedade, consequentemente, a curva de oferta tem a sua inclinação voltada para cima. Desse modo, o objetivo da análise gráfica da curva de oferta é demonstrar que a quantidade ofertada de uma mercadoria é modificada de acordo com as alterações no preço da mercadoria (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Outro ponto importante a ser ressaltado é sobre os possíveis deslocamentos que a curva de oferta pode sofrer (mudanças da curva S para a curva S' na Figura 2.1). Esses deslocamentos podem ocorrer a partir de mudanças tecnológicas que ampliem a produtividade da organização, ou seja, podem produzir mais com o mesmo preço de mercado ou produzir a mesma quantidade com um preço menor. Assim, a curva de oferta se desloca para a direita (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

A Demanda de Bens e Serviços na Economia de Mercado

A análise pelo lado da firma está relacionada à oferta de produtos nas economias, quanto maior o preço do produto, mais atrativo é para as organizações ofertarem produtos, correto? E, em relação aos consumidores, como ocorre sua interação no mercado para o consumo de produtos (bens e serviços)? Como se dá a relação com o preço praticado no mercado?

Para responder a essas perguntas, podemos utilizar Samuelson e Nordhaus (2012), que explicam a relação entre preço e quantidade comprados no mercado pelos consumidores como a função demanda. Ao contrário dos produtores que estão no mercado em busca do maior preço possível para seu produto, os consumidores estão no mercado em busca de pagar o menor valor possível pelos bens e serviços que desejam consumir ao longo do tempo.

Desse modo, a própria curva de demanda é bem diferente da curva de oferta. Isso porque a quantidade demandada de bens e serviços pelos consumidores aumenta conforme o preço diminui (negativamente relacionada), enquanto, para a empresa, quanto maior o preço, maior a oferta de bens e serviços. Dessa própria relação, também podemos começar a pensar sobre como ocorre o equilíbrio de mercado na sociedade com base nas economias de mercado. Por enquanto, vamos observar uma definição mais científica sobre a lei da demanda.

Lei da demanda negativamente inclinada: quando o preço de um bem sobe (mantendo-se o tudo o mais constante), os compradores tendem a consumir menos desse bem. De forma similar, quando o preço baixa, mantendo-se o tudo o mais constante, aumenta a quantidade demandada (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 41).

Além do preço de mercado, existem outros diferentes fatores que podem influenciar a demanda na sociedade, como: I) renda do consumidor; II) tamanho do mercado; III) existência de bens próximos; e IV) conjuntura (como guarda-chuva em um dia chuvoso); como apontam Samuelson e Nordhaus (2012). Enquanto modificações no preço fazem com que ocorra um movimento ao longo da curva de demanda, outros fatores que não o

preço, como os apresentados, acabam por resultar em um deslocamento da curva de demanda, como pode ser observado na Figura 2.2, a seguir.

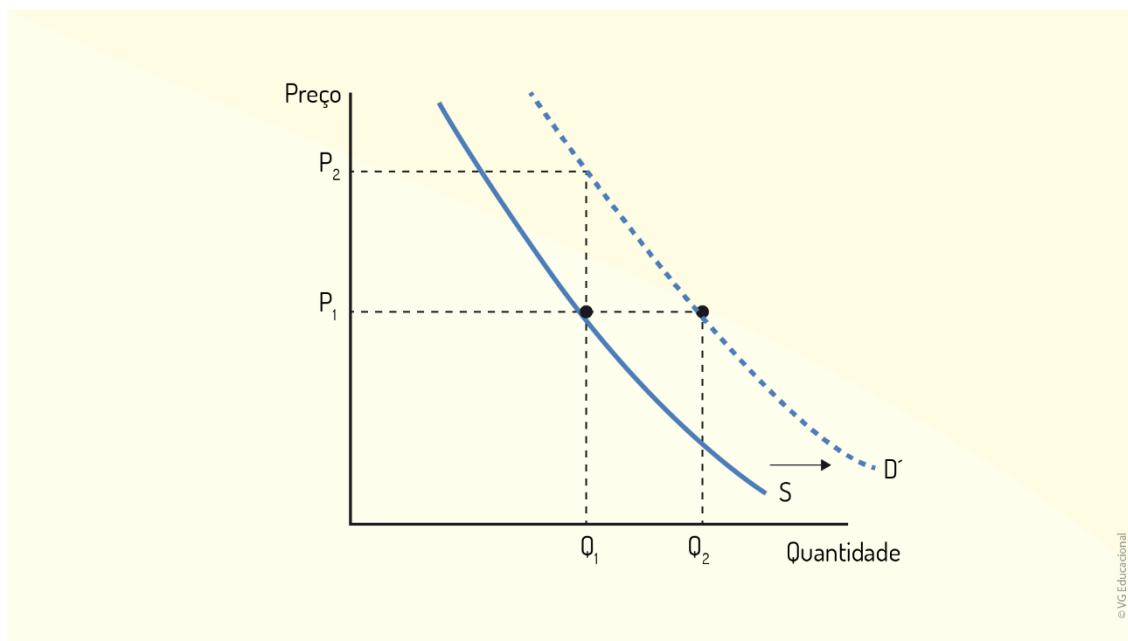


Figura 2.2 - A curva de demanda

Fonte: Adaptada de Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 24).

Prezado(a) estudante, a Figura 2.2 apresenta a curva de demanda negativamente inclinada ou descendente (D). Fica claro que, quanto menor o preço, maior a quantidade demandada pelos consumidores *Coeteris Paribus*. Portanto, os consumidores sempre buscam preços mais baixos para ampliar o seu consumo. Outro ponto importante é que demonstra o possível deslocamento na curva da demanda (D'), como apontam Pindyck e Rubinfeld (2013).

Esse processo ocorre quando existem modificações em variáveis como a renda, ou seja, o aumento da renda tem o poder de deslocar a curva de demanda para direita, podendo ocorrer duas formas de modificações: I) o preço ser mantido e aumentar a quantidade demandada; II) manter a quantidade ofertada e a maior renda permitir que os consumidores paguem mais pelo produto (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

REFLITA

Os consumidores vão até o mercado para a aquisição de bens e serviços que desejam consumir e, assim, maximizar o seu bem-estar social. Nessa ida ao mercado, o preço dos produtos influencia a tomada de decisão, contudo alguns outros fatores podem influenciar. Você já ouviu falar sobre bens substitutos e complementares? Por exemplo, os bens são substitutos se o aumento no preço de um bem aumenta o consumo de outro. Já os bens complementares são aqueles em que o aumento no preço de um bem reduz o consumo de outro. Você consegue imaginar produtos assim na economia?

O Equilíbrio Entre Oferta e Demanda na Economia de Mercado

Por meio da interação entre ofertantes (empresas) e demandantes (consumidores), é possível chegar ao equilíbrio de mercado, seja para um bem ou para toda a economia. Assim, em uma economia de livre mercado, existe um mecanismo de interação entre os agentes que resulta em modificações no preço até atingir o equilíbrio (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Um equilíbrio de mercado ocorre com o preço no qual a quantidade demandada é igual à quantidade ofertada. Nesse equilíbrio, não há tendência para o preço subir ou descer. Diz-se também que o preço de equilíbrio é o preço de ajuste de mercado. Isso significa que todas as ordens de compra e de venda foram satisfeitas, as carteiras de encomendas foram zeradas e os consumidores e os fornecedores estão satisfeitos (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 47).

Nessa perspectiva, agora vamos analisar o equilíbrio entre a oferta e a demanda a partir da Figura 2.3, a seguir, que apresenta ambas as curvas: I) curva de oferta positivamente inclinada; e II) curva de demanda negativamente inclinada.

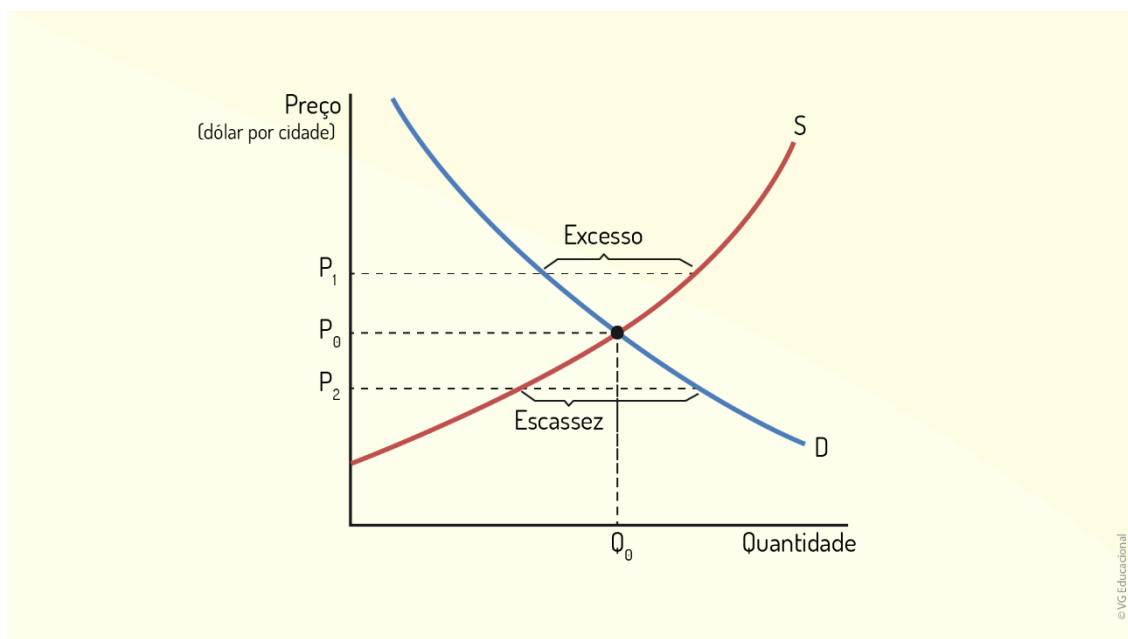


Figura 2.3 - Oferta e demanda

Fonte: Adaptada de Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 25).

Na Figura 2.3, o ponto de encontro (intersecção) entre oferta e demanda fornece o preço e quantidade de equilíbrio, nesse local não existem forças que modifiquem o preço ou a quantidade. Dadas as condições de mercado, todos os agentes econômicos participantes estão satisfeitos. Como bem apontam Pindyck e Rubinfeld (2013), se existe um preço maior (P_1), há um excesso de oferta e o preço tende a diminuir, mantido tudo o mais constante. Por outro lado, se existe um preço mais baixo (P_2), há escassez de oferta e o preço tende a subir, mantido tudo o mais constante.

ATIVIDADE - As Leis de Mercado: a procura, a oferta e o preço de equilíbrio

A microeconomia é uma importante ferramenta na análise econômica para compreender o funcionamento de nossa sociedade por meio da interação dos agentes econômicos no mercado, a oferta e a demanda de bens e serviços ao longo do tempo. Desse modo, no ponto de encontro entre oferta e demanda, o que é definido?

- a) Expansão da produção para a melhoria do bem-estar das organizações produtoras.
- b) A partir das forças de mercado são definidos os preços e a quantidade de equilíbrio.
- c) Expansão do consumo para maior nível de compra de bens e serviços pelos produtores.
- d) No encontro entre as curvas e os preços, a quantidade ofertada tende a diminuir.
- e) O modelo de oferta e demanda aponta para o papel do governo em controlar a produção.

A Elasticidade da Oferta e da Demanda

A oferta e a demanda por bens acabam por determinar o preço e a quantidade de equilíbrio no mercado. Para avançar no modelo, deixando-o mais próximo da realidade, também se faz necessário conhecer o papel da elasticidade para a dinâmica do mercado. Por exemplo, quando o preço aumenta em determinado valor, quanto vai variar a quantidade vendida no mercado? Essa é uma questão que a elasticidade responde.

Nessa perspectiva, Vasconcellos (2017) define a elasticidade como a alteração percentual em uma variável, dada uma variação percentual em outra, mantido tudo o mais constante. De forma semelhante, Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 33) definem a elasticidade da seguinte forma:

A elasticidade mede quanto uma variável pode ser afetada por outra. Mais especificamente, é um número que nos informa a variação percentual que ocorrerá em uma variável como reação a um aumento de um ponto percentual em outra variável. Por exemplo, a elasticidade preço da demanda mede quanto a quantidade demandada pode ser afetada por modificações no

preço. Ela nos informa qual será a variação percentual na quantidade demandada de uma mercadoria após um aumento de 1% no preço de tal mercadoria.

Desse modo, a primeira análise de elasticidade já está posta: elasticidade-preço da demanda. Essa elasticidade procura compreender a variação da quantidade dada a variação no preço. Em notação matemática, fica da seguinte forma (o símbolo Δ significa variação):

$$E_{pd} = (\% \Delta Q) / (\% \Delta P) \quad (1)$$

Sendo que:

E_p = elasticidade preço da demanda.

Q = quantidade

P = preço

Prezado(a) estudante, note que, a partir dessa divisão, a elasticidade-preço da demanda pode ser: I) igual a zero; II) menor que zero; ou III) maior que zero. Apesar de normalmente o resultado final ser um número negativo em decorrência do aumento dos preços, em geral, reduz a quantidade demandada (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Cada uma dessas possibilidades de elasticidade possui nomenclaturas específicas. Quando o resultado da elasticidade é maior que 1, o resultado aponta para a demanda é elástica ao preço (elástica). Isso porque o percentual da queda da quantidade demandada é maior que o percentual de aumento no preço (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

No extremo oposto, quando a elasticidade preço for menor que 1, o resultado aponta para a demanda é inelástica ao preço (inelástica). Ou seja, o aumento do preço resulta em uma queda percentual menor na quantidade demandada. Por fim, quando a elasticidade é igual a um, a nomenclatura dada é da elasticidade unitária (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

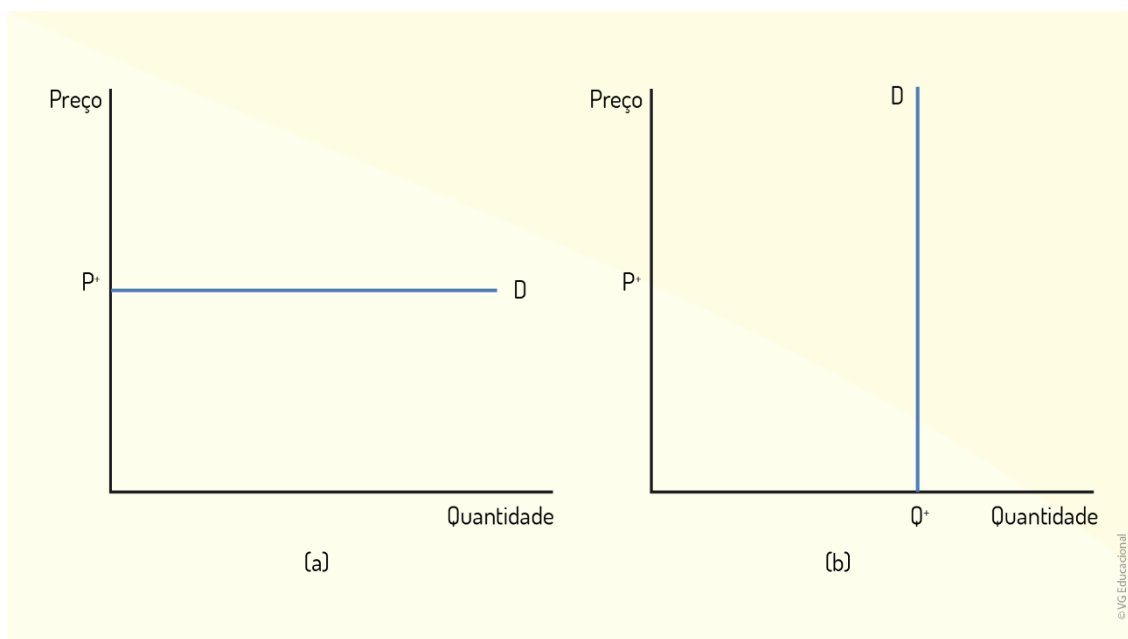


Figura 2.4 - (a) Demanda infinitamente elástica e (b) Demanda completamente inelástica

Fonte: Adaptada de Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 35).

Para facilitar a compreensão do papel da elasticidade nas curvas de demanda, a Figura 2.4 apresenta os dois casos extremos de elasticidade. Na Figura 2.4(a), é apontado o caso da demanda infinitamente elástica; nesse mercado, o produtor não consegue modificar o preço praticado, dado que pequenas variações no preço resultariam em queda total da quantidade demandada.

Já na Figura 2.4(b), a demanda é completamente inelástica. A demanda continua igual, mesmo quando ocorrem modificações nos preços pelo produtor. Prezado(a) estudante, mas o que ajuda a definir a elasticidade? Existem fatores no mercado que tornam as modificações nos preços e quantidades diferentes? A resposta é sim.

Samuelson e Nordhaus (2012) explicam que a existência de bens substitutos torna a elasticidade desses produtos no mercado mais elástica em relação aos produtos sem substitutos próximos. De forma mais específica, Pindyck e Rubinfeld (2013) apontam os produtos substitutos próximos como aqueles em que o aumento no preço desloca a compra do consumidor para o outro produto. Assim, após compreender a relação da

elasticidade-preço da demanda, também é importante avançar na compreensão de outras elasticidades, como as expostas no Quadro 2.1, a seguir.

Elasticidade-renda da demanda	Tem relação com a variação percentual na quantidade demandada, dada uma variação percentual na renda.
Elasticidade-preço cruzada da demanda	Apresenta a relação entre a variação percentual na quantidade demandada, dada a variação percentual no preço de outro bem ou serviço.
Elasticidade-preço da oferta	Aponta para a variação percentual na quantidade ofertada, dada a variação percentual no preço do bem.

Quadro 2.1 - Elasticidade

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2017, p. 65).

No Quadro 2.1, a primeira linha apresenta a definição da elasticidade-renda da demanda, apontando para o impacto de modificações no nível da renda do consumidor sobre a demanda de determinado bem na economia. Na mesma direção, Mankiw (2017, p. 95) define a elasticidade-renda da demanda da seguinte forma: “mede o quanto a quantidade demandada varia conforme a renda do consumidor varia”. A fórmula a seguir apresenta a relação da elasticidade-renda da demanda.

$$E_{pd} = (\% \Delta Q) / (\% \Delta R) \quad (2)$$

A fórmula (2) apresenta características próximas à primeira, visto que sempre que se lida com elasticidade estamos falando em variações percentuais. O destaque aqui é que a relação envolve a quantidade (Q) e a renda do consumidor (R).

Nessa análise, é possível compreender como funciona o impacto da renda sobre dois tipos de produtos: I) bens normais; e II) bens inferiores. Os bens normais são aqueles em que o aumento no nível de renda faz com que também aumente a quantidade demandada. Os bens inferiores são aqueles que, quando ocorre o aumento na renda do consumidor, este acaba diminuindo seu consumo (MANKIW, 2017).

Ainda no Quadro 2.1, a elasticidade-preço cruzada da demanda proporciona a relação entre dois produtos distintos, medindo a mudança na quantidade demandada de um bem ou serviço quando existem modificações no preço de um segundo bem ou serviço. Como estamos lidando com elasticidade, o cálculo busca também encontrar a variação percentual entre os bens ou serviços (MANKIW, 2017).

$$E_{pd} = (\% \Delta Q_1) / (\% \Delta P_2) \quad (3)$$

A fórmula (3) é bem parecida com a primeira, a modificação se dá apenas entre a relação o preço que tem como foco o segundo bem. Mankiw (2017) ressalta que o valor pode ser positivo ou negativo a depender de os bens serem substitutos ou complementares. Quando são substitutos, o valor é positivo porque o aumento no preço do bem 2 aumenta a quantidade demandada do bem 1. Já quando os bens são complementares, o resultado é negativo, dado que o aumento no preço do bem 2 reduz a quantidade demandada do bem 1.

Independente do modelo de elasticidade analisado, existe a possibilidade de serem elástica, inelástica ou unitária, seguindo os conceitos apresentados na elasticidade-preço da demanda. Agora, vamos para o último tipo de elasticidade que tem relação direta com o produtor na economia: a elasticidade-preço da oferta.

As elasticidades de oferta são definidas de modo semelhante. A elasticidade preço da oferta corresponde à variação percentual da quantidade ofertada em consequência do aumento de um ponto percentual no preço. Essa elasticidade normalmente é positiva, pois um preço mais alto incentiva os produtores a aumentar a produção (PINDYCK; RUBINFELD, 2013, p. 36).

Uma diferença básica, mas central, entre a elasticidade da demanda e da oferta é que a primeira é negativa, enquanto a segunda é positiva. Isso ocorre porque os consumidores desejam consumir por um menor preço, enquanto os produtores desejam vender por um preço maior. Consequentemente, o equilíbrio de mercado ocorre quando os dois tipos de agentes estão satisfeitos, apontando para um preço e uma quantidade de equilíbrio na sociedade.

$$E_{p_0} = (\% \Delta Q) / (\% \Delta P) \quad (4)$$

Assim como a fórmula de oferta é igual à da demanda, a análise gráfica também é a mesma quando se analisa os dois extremos: I) oferta infinitamente elástica; e II) oferta completamente inelástica. A modificação principal entre ambas as análises é decorrente dos valores intermediários da elasticidade.

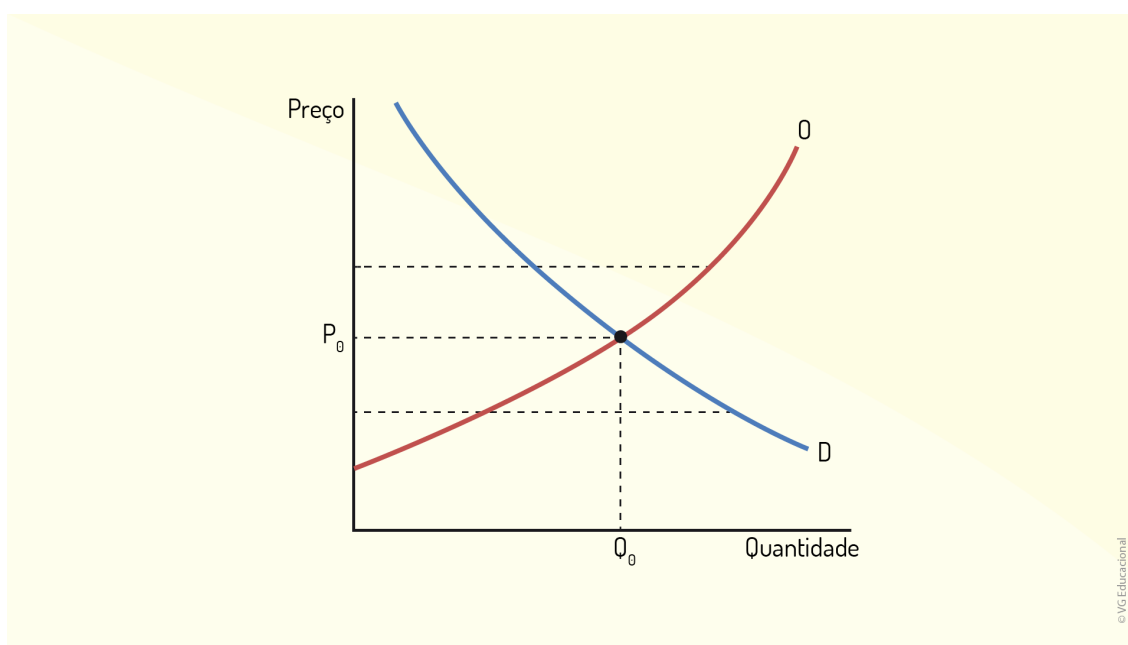


Figura 2.5 - Equilíbrio entre oferta e demanda considerando a elasticidade

Fonte: Adaptada de Pindyck e Rubinfeld (2013).

Nesse sentido, como aponta a Figura 2.5, a curva de demanda tem uma relação negativa entre preço e quantidade, ou seja, é voltada para baixo. A curva de oferta tem relação positiva entre preço e quantidade, sendo voltada para cima. Prezado(a) estudante, agora vamos fazer um exercício reflexivo. Observe a inclinação das curvas da Figura 2.5 em relação aos extremos expostos na Figura 2.4, agora imagine modificações na inclinação em uma curva de cada vez e depois em ambas as curvas. Você consegue notar como pode ocorrer as modificações entre preço e quantidade, considerando a elasticidade? Ainda, pode notar que, dependendo da inclinação, a curva aponta para modificações inelásticas ou elásticas?

ATIVIDADE - Elasticidade da Oferta e da Demanda

A partir da análise da oferta e da demanda, é possível compreender o papel dos produtores e consumidores no mercado. De forma a compreender os possíveis impactos da modificação dos preços, a elasticidade proporciona maior precisão nos cálculos econômicos. Assim, o que significa a elasticidade-preço da demanda em uma situação elástica?

- a) Alterações no preço impactam alterações sobre a quantidade em proporção menor.
- b) Modificações no preço diminuem proporcionalmente mais a quantidade demandada.
- c) O aumento no preço do produto faz com que os agentes desloquem o consumidor para outro similar.
- d) O aumento no preço do produto faz com que a renda do consumidor seja maior, maximizando seu bem-estar.
- e) Procura compreender as modificações no preço que acabam por aumentar a produção pelos produtores.

As Diferentes Estruturas de Mercado: A Concorrência Perfeita, o Monopólio, a Concorrência Monopolística e os Oligopólios

A análise microeconômica envolve diferentes pontos sobre o comportamento do consumidor e do produtor e, também, da interação de cada agente no mercado. O papel das empresas é a produção de bens e serviços para serem transacionados com os demandantes de seu produto, definindo o preço e a quantidade de equilíbrio.

Contudo, em uma análise mais ampla sobre a microeconomia, não deveriam ser consideradas diferentes estruturas de empresas? Nas economias modernas existe uma única estrutura de mercado para todas as empresas? Questionamentos nessa direção apontam para a necessidade de compreensão sobre as organizações e sua interação no mercado.

Ainda nessa perspectiva, dependendo da empresa e da estrutura em que está inserida, pode existir maior ou menor poder de influenciar os demais agentes que compõem o mercado? É justamente para responder a esses tipos de questionamentos que a análise microeconômica de estrutura de mercado existe. Basicamente, existem dois tipos de estruturas de mercado extremas: I) mercado competitivo; e II) monopólio. Além desses, também são importantes as estruturas de oligopólio e concorrência monopolista.

Contudo, antes de avançar no entendimento sobre as diferentes estruturas de mercado, uma questão central para as empresas em qualquer estrutura de mercado é sua maximização dos lucros. Assim, o objetivo das organizações é impulsionar ao máximo seus benefícios econômicos de atuação no mercado, sendo esse processo decorrente da maximização do lucro (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012). Note que não basta um lucro qualquer, a empresa que visa seu bem-estar máximo deve maximizar o lucro em qualquer tipo de estrutura de mercado.

Concorrência Perfeita

A concorrência perfeita é um mercado clássico para a análise microeconômica, referindo-se à estrutura em que existem diversos consumidores (compradores) e produtores (vendedores) atuando no mercado (mercado atomizado), de modo que nenhum consiga influenciar o preço de mercado (sem poder de mercado).

Os agentes econômicos em uma estrutura de mercado de concorrência perfeita devem tomar o preço como dado a partir das forças de oferta e demanda, ou seja, a interação entre diversos compradores e vendedores é o que acaba definindo o preço de mercado. Atenção, estudante: é importante destacar a inexistência do poder de mercado nessa estrutura que acaba sendo justificada em decorrência de algumas características do mercado, são elas: I) empresas tomadoras de preço; II) homogeneidade de preços; e III) livre entrada e saída (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

- **Homogeneidade dos produtos:** não existem firmas que oferecem produtos diferentes nesse tipo de mercado, a semelhança entre os produtos é a regra. Portanto, o tipo, qualidade, embalagem... em resumo, as características dos produtos são iguais (VASCONCELLOS, 2017).

- **Empresas tomadoras de preço:** a empresa não detém grande parcela do mercado, não conseguindo influenciar o preço que é dado pela oferta e demanda, consequentemente, as empresas “aceitam” o preço praticado no mercado (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).
- **Livre entrada e saída:** não existem custos que impeçam a entrada ou saída do mercado, para produtores ou consumidores. Portanto, o consumo pode ser deslocado facilmente de um vendedor para outro, impedindo a diferenciação no preço do produto (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Por meio dessas características, as empresas atuam no mercado para maximizar os seus lucros a partir da oferta de seus produtos.

Regra para a oferta de uma empresa em concorrência perfeita: uma empresa maximizará o lucro quando a produção estiver no nível em que o custo marginal é igual ao preço [...] Uma empresa que queira maximizar o lucro fixará a sua produção no nível em que o custo marginal é igual ao preço (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 134).

Assim, para a maximização do lucro, a empresa deve notar seu custo marginal, ou seja, quanto aumenta o custo decorrente do aumento em uma unidade extra de produto. A empresa aumentará sua produção até que esse aumento no custo seja igual ao preço (que a organização não consegue influenciar). Nesse ponto, existe a maximização do lucro da organização, com os produtos e consumidores ampliando seu bem-estar social.

Monopólio

Se por um lado existe a concorrência perfeita, sem qualquer agente conseguir influenciar a estrutura do mercado, no extremo oposto existe o mercado de monopólio (concorrência imperfeita) com uma única empresa que domina todo o mercado. Essa empresa consegue influenciar o mercado em decorrência da inexistência de outros agentes que possam impor concorrência no mercado.

Em um mercado monopolista, a oferta de produtos é dada pela única empresa produzindo o bem ou serviço nesse setor de atividade. Um destaque importante é que não pode existir

outro setor que produza um substituto próximo (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012). Mas por que não pode existir produtos substitutos próximos? Na existência de substitutos, o poder de mercado é reduzido para o monopolista na medida em que o aumento no preço de seu produto desloca parcela do consumo para o bem que é substituto próximo.

Nesse contexto, é preciso compreender quais características estão relacionadas aos mercados monopolistas para compreender o porquê da existência de um setor em que uma única empresa pode dominar toda a oferta de bem ou serviço, são elas: I) existência de barreiras à entrada de novas empresas; II) não existem produtos substitutos próximos; e III) uma empresa produz para todo o mercado (VASCONCELLOS, 2017).

Essas barreiras à entrada podem ocorrer por diferentes motivos. Por exemplo, o caso clássico são os monopólios naturais em que os elevados custos e necessidade de alta escala de produção exige uma única empresa, como é o caso de energia elétrica, água e esgoto. Outra forma de criar barreiras é a existência de patentes que protegem o mercado para a empresa que descobriu certo produto. Também podem existir mecanismos de controle ao fornecimento de insumos ou mesmo a questão da tradição da empresa no mercado (VASCONCELLOS, 2017).

FIQUE POR DENTRO

No caso brasileiro, a Petrobrás é uma empresa de capital aberto nos dias atuais, com participação do Estado. Contudo, já foi uma empresa totalmente estatal com exclusividade em toda a cadeia de petróleo no país, sendo um monopólio estatal (barreira à entrada). A história dessa gigante monopolista brasileira é bastante interessante. Fique por dentro acessando o *link* disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/>. Acesso em: 08/06/2020.

De forma semelhante aos demais mercados, o monopolista tem como objetivo maximizar a sua atuação no mercado por meio do lucro, chegando ao seu bem-estar máximo. Apesar de existir poder de mercado no mercado monopolista, não significa que a organização possa cobrar qualquer preço. Como ressaltam Samuelson e Nordhaus (2012), no mercado

monopolista o lucro máximo ocorre quando a receita marginal é igual ao custo marginal, ou seja, quando a receita extra de uma unidade de produto a mais é igual ao custo de produção dessa unidade.

Um detalhe é importante nesse processo: essa relação está abaixo do preço praticado no mercado, por isso existem lucros extraordinários nesse mercado. Logo, as empresas possuem um excedente extra (excedente do produtor), enquanto os consumidores perdem parte de seu excedente (bem-estar social) devido aos preços mais elevados do que na concorrência perfeita, por exemplo.

Oligopólio e Concorrência Monopolista

Os dois extremos de estrutura de mercado são a concorrência perfeita e o monopólio. Contudo, na sociedade moderna, as estruturas mais comuns nas economias de mercado são as intermediárias, como é o caso dos oligopólios. Essa estrutura aponta para poucos produtos no mercado, conseguindo influenciar o preço praticado no mercado (existe poder de mercado), como apontam Samuelson e Nordhaus (2012). De forma complementar, Pindyck e Rubinfeld (2013) destacam que um caráter essencial no oligopólio é que existem barreiras à entrada de novas organizações no mercado.

Na análise da estrutura de mercado oligopolista, podem existir diferentes tipos de empresas, como as que produzem produtos homogêneos, como pode ser o caso do alumínio e cimento ou as empresas que produzem produtos diferenciados, sendo o exemplo da indústria automobilística (VASCONCELLOS, 2017). Estudante, pode observar: existem poucas empresas de automóveis no planeta, assim como existem poucas empresas que trabalham com minério de ferro e produção de alumínio.

Desse modo, o que garante o poder de mercado nessa estrutura é a existência de barreiras à entrada que impedem o aumento da concorrência, o que, por sua vez, poderia reduzir o preço de mercado e caminhar para uma estrutura competitiva. Isso porque um dos critérios para o mercado competitivo existe no oligopólio: possibilidade de produtos homogêneos.

A estrutura de mercado em concorrência monopolista possui um número elevado de produtores que fabricam bens e/ou serviços diferenciados. Por um lado, há uma parcela

da estrutura de concorrência perfeita, dado o número de produtores; por outro lado, a diferenciação dos produtos tem diferença com a concorrência perfeita, dado que não existe outro produtor com o mesmo produto (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

De forma complementar, Vasconcellos (2017) define o mercado em concorrência monopolística da seguinte forma: I) muitas empresas no mercado; II) produtos diferenciados, mas com substitutos próximos; e III) cada organização possui algum controle sobre os preços. Nessa linha, Pindyck e Rubinfeld (2013) ressaltam que, diferentemente do mercado oligopolista, na concorrência monopolista não existem barreiras à entrada de novas empresas.

Em muitos setores, os produtos são diferenciados entre si. Por uma razão ou outra, os consumidores veem a marca de cada empresa como algo diferente, distinguindo-se das outras marcas. Nota-se que o creme dental Crest, por exemplo, é considerado diferente do creme dental Colgate, do Aim e de vários outros. A diferença está parcialmente no aroma, na consistência e na reputação — por exemplo, a imagem que o consumidor tem (correta ou não) da relativa eficácia do creme dental Crest na prevenção de cáries. Em consequência, alguns consumidores (mas não todos) estão dispostos a pagar mais por ele (PINDYCK; RUBINFELD, 2013, p. 448).

Uma diferença elementar entre o oligopólio e a concorrência monopolista é o fato de existirem barreiras à entrada. Como no oligopólio novas empresas têm dificuldade de entrar no mercado, o preço praticado está acima do ponto de encontro entre o custo e a receita marginal, permitindo lucros extraordinários no longo prazo.

Já no mercado de concorrência monopolística, o fato de existir diferenciação do produto com substitutos próximos, mas não barreiras à entrada, impede que o preço praticado pelas empresas seja elevado no longo prazo, considerando que essa questão permite que novas empresas achem atraente entrar no mercado, aumentando a concorrência e diminuindo os lucros (lucros normais iguais ao da concorrência perfeita).

Estrutura	Objetivo da empresa	Número de empresas	Tipo de produto	Novas entrantes	Lucros em longo prazo
Concorrência perfeita	Maximização dos lucros	Infinitas	Homogêneo	Não existem barreiras	Lucros normais
Monopólio	Maximização dos lucros	Uma	Único	Existem barreiras	Lucros extraordinários
Concorrência monopolística	Maximização dos lucros	Muitas	Diferenciado	Não existem barreiras	Lucros normais
Oligopólio	Maximização dos lucros	Poucas	Homogêneo ou diferenciado	Existem barreiras	Lucros extraordinários

Quadro 2.2 - Síntese das estruturas de mercado

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2017, p. 187).

A partir do Quadro 2.2 é possível observar as similaridades e diferenças entre as diferentes estruturas de mercado, no tocante ao objetivo e número de empresas atuantes no mercado, os tipos de produtos que são fabricados por essas organizações para oferta no mercado e a possibilidade ou não de novas entrantes no mercado para ampliação da concorrência. Com base nessas características é possível identificar a possibilidade de lucros em cada estrutura de mercado existente.

ATIVIDADE - As Diferentes Estruturas de Mercado: a concorrência perfeita, o monopólio, a concorrência monopolística e os oligopólios

Nas economias modernas existem diferentes estruturas de mercado que acabam por impactar o modo como os agentes econômicos atuam ao longo do tempo. Desse modo, pode-se dizer que cada estrutura possui características próprias para os produtores e consumidores. Assim, qual é o tipo de estrutura em que o agente econômico tem a possibilidade de maior poder de mercado?

- a) Concorrência perfeita.
- b) Monopólio.
- c) Oligopólio.
- d) Concorrência monopolística.
- e) Estruturas competitivas.

Externalidades Positivas e Negativas Decorrentes de Atividades Produtivas

Nas economias de mercado as famílias demandam produtos enquanto as empresas ofertam, correto? Até o momento, a ideia básica é a produção de bens e serviços para negociação no mercado, não é mesmo? Não existiu um debate sobre os efeitos da atuação dos agentes econômicos, principalmente as organizações fora seu ramo principal de oferta de bens e serviços. Esse é um importante ponto para ser destacado, recebendo o nome de externalidades.

Segundo Mankiw (2017), as externalidades existem quando a atuação de um agente econômico impacta o bem-estar de outro agente que não faz parte daquela ação ou negociação. Em outras palavras, as externalidades existem quando, em sua atuação principal, os agentes econômicos acabam causando outros efeitos para a sociedade. Por exemplo, na produção de agrotóxicos ou em sua própria utilização, pessoas podem ser contaminadas no processo e acabar desenvolvendo doenças.

Outro tipo de externalidade pode ser relacionado à educação, agentes com maior grau de instrução normalmente receberão salários elevados (benefício principal). Contudo, outros benefícios podem ser provenientes da educação, como é o caso de um eleitor e cidadão mais consciente. Consequente, pode-se dizer que existem externalidades negativas e positivas na atuação dos agentes econômicos no mercado.

Se o impacto sobre o terceiro é adverso, é denominado externalidade negativa. Se é benéfico, é chamado externalidade positiva. Quando há externalidades, o interesse da sociedade em um resultado de mercado vai além do bem-estar dos compradores e dos vendedores que participam do mercado; passa a incluir também o bem-estar de terceiros que são indiretamente afetados (MANKIW, 2017, p. 184).

De forma semelhante, Vasconcellos (2017) aponta as externalidades como “efeitos colaterais” positivos ou negativos ligados ao consumo ou produção de bens ou serviços na sociedade. Em decorrência desse efeito, o sistema de mercado com os agentes tomando suas decisões de forma descentralizada não consegue, sozinho, alocar os recursos escassos de maneira eficiente e eficaz ao longo do tempo.

Em um mercado em que existem externalidades, a oferta e demanda não define o preço de maneira correta, dadas as diferenças entre benefícios e custos privados e sociais (VASCONCELLOS, 2017). Prezado(a) estudante, observe bem a diferença entre custos privados e sociais que acabam sendo divergentes em um mercado com externalidades. Isso ocorre porque as externalidades estabelecem custos ou benefícios de maneira involuntária (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

REFLITA

Em um ambiente de externalidade, o sistema de preços não funciona da maneira adequada nas economias de mercado. Nesse contexto, pense em possibilidades de intervenções na economia que possa reduzir externalidades negativas da atuação dos agentes econômicos.

Por exemplo, os carros emitem fumaça (poluição), como evitar? A indústria química também pode emitir poluição ou dejetos em sua atividade, é possível evitar?

Como a livre iniciativa não consegue regular o mercado por meio da força de oferta e demanda de maneira eficiente, na presença de externalidades, faz-se necessário que exista um terceiro poder que consiga regular o mercado de modo a amenizar os efeitos negativos das externalidades na sociedade ou amplificar os efeitos positivos. Nesse contexto, o Estado, no papel do setor público, pode garantir o funcionamento mais eficiente do sistema.

Como ponto positivo, o governo pode atuar de modo a amplificar o bem-estar social por meio da regulação ou da oferta de bens e serviços que os agentes econômicos privados não têm interesse em produzir, dada a dificuldade de cobrança pelo bem. Esses produtos são conhecidos como bens públicos, ou seja, não é possível cobrar individualmente pela quantidade utilizada desses bens. Por exemplo, como cobrar tarifa individualizada de uma praça? Como cobrar exatamente igual pelo tanto que utiliza da energia elétrica dos postes? Quanto utilizou pela rua ou calçada da cidade?

Um caso extremo de externalidade é um bem público, que é um bem final que pode ser proporcionado a todos de uma forma tão fácil quanto é proporcionado a cada um [...] Bens públicos são aqueles cujos benefícios são indivisivelmente distribuídos a toda a comunidade, quer as pessoas queiram, quer não, consumi-los (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 240).

Nessa mesma direção, Vasconcellos (2017) explica os bens públicos como o seu consumo sendo não excludente e não rival. Em outras palavras, o consumo do bem público por um agente não impede que outro também usufrua os seus benefícios, diferentemente de um bem privado que o consumo por um agente impede o consumo do mesmo produto por outro.

Agora, vamos ao foco das externalidades negativas, dado o prejuízo que causam a grande parcela da sociedade que não tem relação com a negociação do mercado em que o produto

está localizado. Para evitar que os agentes econômicos do mercado prejudiquem o restante da sociedade, o Estado tem papel crucial na regulação das atividades, de modo a evitar prejuízos crescentes à sociedade.

Samuelson e Nordhaus (2012) explicam que o Estado pode utilizar programas governamentais voltados para controles diretos sobre as atividades produtivas que causam externalidades negativas por meio de uma legislação específica que torna obrigatório o cumprimento de determinadas diretrizes. Desse modo, o controle direto envolve regulações do tipo “comando-e-controle, o regulador ordinária simplesmente à empresa cumprir, dando instruções detalhadas sobre qual tecnologia de controle da poluição aplicar e onde” (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 244).

Esse modelo é um tipo de intervenção direta do Estado nas decisões dos agentes econômicos, o que, por sua vez, pode ocasionar alguns ruídos entre o setor público e privado dos países, inclusive gerando problemas em escala internacional. Por exemplo, um país fortemente regulamentado com controles contra a poluição pode ver a indústria sair do país e ir para algum outro com menor nível de regulação.

Outra forma de o Estado intervir na economia para diminuir os efeitos negativos das externalidades é por meio de mecanismos de mercado que desestimulem o avanço das organizações na produção de bens ou serviços que causem externalidades negativas. Por mecanismos de mercado entende-se cobranças de taxas ou tarifas que incidem sobre o nível de produção ao longo do tempo. Esse mecanismo é capaz de desincentivar o aumento da produção, como exemplo pode-se dizer as cobranças por emissões de poluição (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

Vasconcellos (2017) explica que essa solução de mercado recebe o nome de tributo “pigouviano”, sendo um imposto (externalidade negativa) ou subsídio (externalidade positiva) que procura internalizar a externalidade na tomada de decisão dos agentes econômicos. Agora que já existe uma consistência sobre o impacto das externalidades sobre a sociedade e o papel do governo para auxiliar os agentes econômicos a internalizar essas externalidades, vamos avançar na análise gráfica.

Análise Gráfica do Mercado na Presença de Externalidades

As externalidades não são computadas nos cálculos dos agentes econômicos de maneira natural, portanto, é necessário que exista um terceiro agente, normalmente o Estado, para que seja possível internalizar essas externalidades na tomada de decisão dos agentes econômicos. De acordo com Vasconcellos (2017), na presença de externalidades, os custos (benefícios) privados são diferentes dos custos (benefícios) sociais.

Nesse contexto, o setor público tem um grande papel em mercados que possuem externalidades, seja positiva ou negativa, atuando a partir de políticas de controle via regulamentação ou tributos para corrigir as falhas (como o tributo pigouviano) e os subsídios para incentivar determinadas áreas (MANKIW, 2017). Com esse contexto geral em mente, vamos analisar dois tipos de externalidades (positiva e negativa) nas figuras a seguir, com o intuito de facilitar a assimilação desse importante conceito econômico.

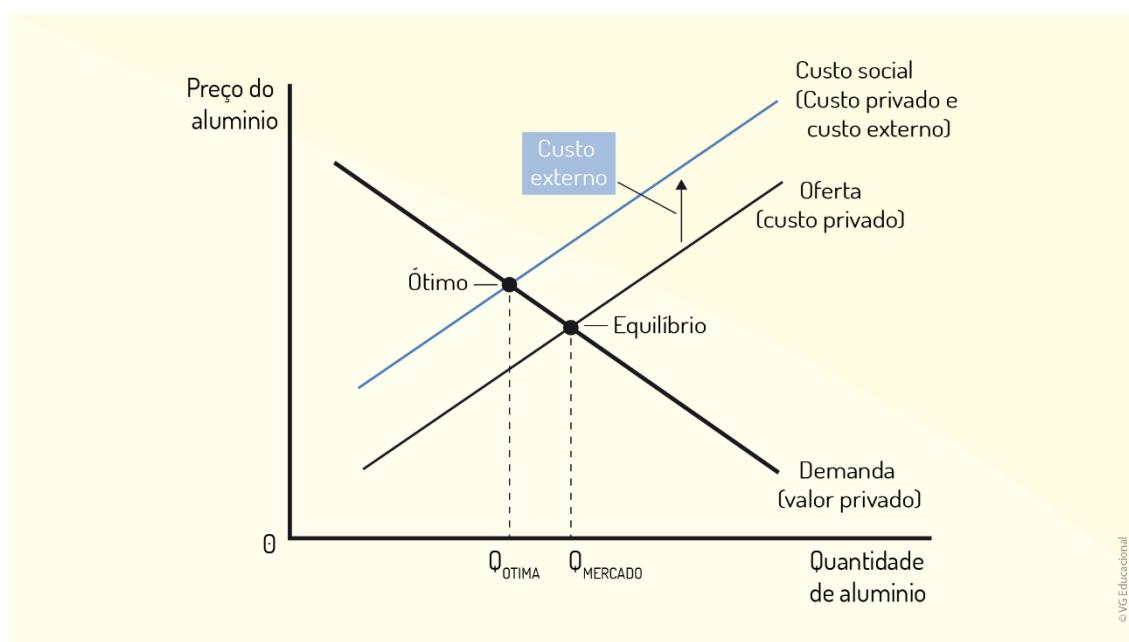


Figura 2.6 - Poluição e ótimo social

Fonte: Adaptada de Mankiw (2017, p. 186).

A Figura 2.6 apresenta o mercado de alumínio e o funcionamento do equilíbrio de mercado. Durante a produção desse importante item para a sociedade moderna, surge a

poluição decorrente do processo produtivo (fumaça tóxica que acaba prejudicando o meio ambiente), portanto, a produção de alumínio acaba por gerar uma externalidade negativa para os demais agentes econômicos da sociedade.

Prezado(a) estudante, lembre-se de que, na presença de uma externalidade negativa, o custo privado é menor do que o custo social, resultando em uma produção acima do ótimo social. Isso ocorre porque o custo social considera tanto o custo privado quanto o custo dos demais agentes afetados pela poluição do processo produtivo (MANKIW, 2017).

Na Figura 2.6, esse processo fica bem claro pelos diferentes pontos de equilíbrio existentes entre o ponto de “equilíbrio” e o “ótimo” social. Estudante, lembre-se de que o objetivo da empresa é maximizar seu lucro e, para tal, o custo privado de atuação é considerado, por isso o ponto de “equilíbrio” de encontro entre a oferta e a demanda (privada) é o que ocorre quando o mercado é guiado apenas pela iniciativa privada (MANKIW, 2017).

Contudo, o equilíbrio do mercado privado produz a externalidade negativa ligada à poluição, sendo necessária a intervenção do governo para deslocar para a esquerda a curva de oferta (redução da produção), para que o custo social seja considerado. O resultado desse processo é uma menor quantidade produzida e um preço praticado no mercado superior, contudo, a externalidade acaba sendo internalizada. Agora, vamos compreender o papel das externalidades positivas em uma economia de mercado e seu impacto sobre a oferta e a demanda socialmente ótimas.

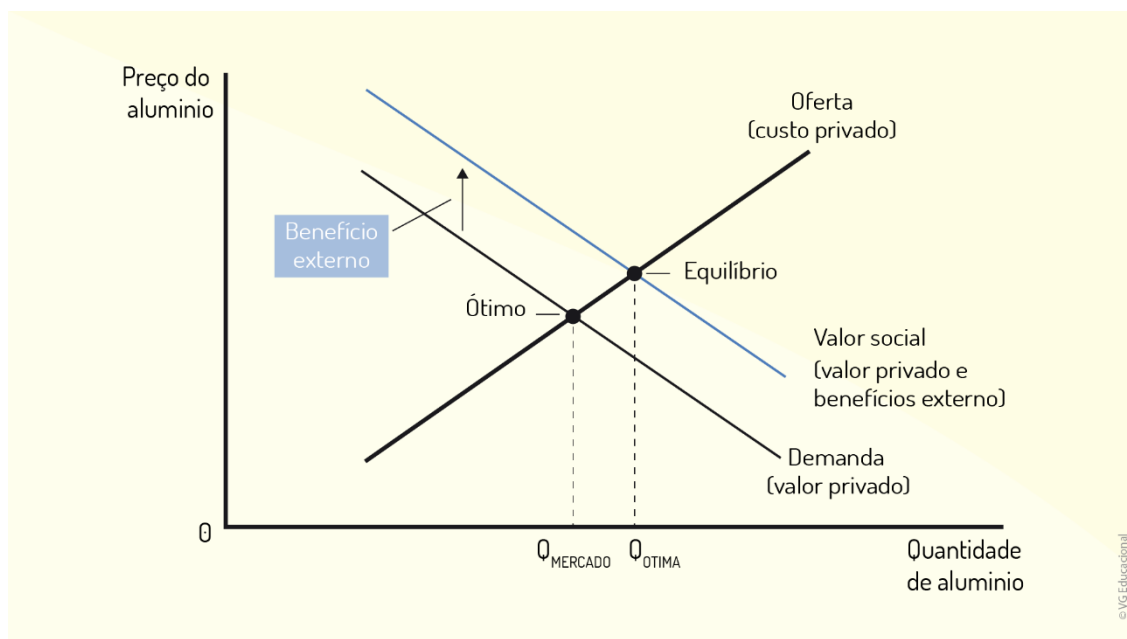


Figura 2.7 - A educação e o ótimo social

Fonte: Adaptada de Mankiw (2017, p. 187).

Atualmente, é praticamente unânime o papel da educação para qualificar a mão de obra da sociedade e permitir maior desenvolvimento econômico e social, correto? Por isso a educação é considerada um mercado em que existem externalidades positivas, podendo ser incentivadas com subsídios do governo para que uma maior parcela da sociedade tenha acesso a um maior nível educacional.

Na Figura 2.7 é possível observar que os agentes privados no mercado de educação, por meio da oferta e da demanda, possuem um ponto de equilíbrio inferior ao ótimo social. As vantagens do maior acesso à educação é uma população mais consciente, com menor criminalidade, melhor sistema eleitoral, maior produção tecnológica, dentre outras (MANKIW, 2017).

Nesse contexto, para internalizar a externalidade, o setor público pode atuar com subsídios para que a maior parcela da população tenha acesso ao sistema educacional, proporcionando um deslocamento da curva da demanda para a direita e resultando em maior quantidade e preço de mercado, mas com um ponto de equilíbrio considerado

socialmente ótimo (MANKIW, 2017).

As externalidades negativas levam os mercados a produzir uma quantidade maior do que a socialmente desejável. Por sua vez, as externalidades positivas permitem que os mercados produzam uma quantidade menor que a socialmente desejável. Para solucionar esse problema, o governo pode internalizar a externalidade tributando bens que carregam externalidades negativas e subsidiando os bens que trazem externalidades positivas (MANKIW, 2017, p. 187).

Isso posto, o pensamento econômico voltado à microeconomia é de suma importância para compreender como ocorre a relação entre os agentes econômicos na sociedade. O mecanismo básico para entender as possibilidades de consumo e produção é dado pela lei elementar do mercado: a partir da oferta e da demanda, os agentes econômicos interagem na economia até que sejam encontrados um preço e uma quantidade de equilíbrio.

Esse preço e essa quantidade dependem da estrutura do mercado em que os agentes econômicos estão inseridos, sendo os dois extremos a concorrência perfeita e o monopólio (poder de mercado pela organização). Além disso, também deve ser considerada a possibilidade de externalidades positivas (devem ser incentivadas) e negativas (devem ser retirados incentivos) na atuação dos agentes econômicos ao longo do tempo, com a presença do governo auxiliando a tomada de decisão dos agentes econômicos.

ATIVIDADE - Externalidades Positivas e Negativas Decorrentes de Atividades Produtivas

A atuação dos agentes econômicos pode gerar “efeitos colaterais” além da relação entre oferta e demanda por bens e serviços, ou seja, na interação entre os agentes podem surgir efeitos secundários à atividade econômica principal. Desse modo, como é definida a situação em que os benefícios sociais são maiores do que os benefícios privados na economia?

- a) Externalidades ao consumidor.
- b) Externalidade positiva.
- c) Externalidades negativas.
- d) Externalidades.
- e) Externalidade ao produtor.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Nome do livro: Princípios de microeconomia

Editora: Cengage Learning

Autor: Nicholas Gregory Mankiw

ISBN: 978-85-221-1189-3

Comentário: O livro apresenta as principais questões econômicas que estão voltadas ao escopo microeconômico com bastante didática e exemplos que facilitam a compreensão dessa importante vertente da economia. Assim, é um livro que mesmo não economistas conseguem ler e entender o funcionamento da microeconomia em uma economia de mercado.

INDICAÇÃO DE FILME

Nome do filme: Freakonomics

Gênero: Documentário

Ano: 2010

Elenco principal: Stephen J. Dubner, Steven Levitt e Morgan Spurlock.

Comentário: O filme/documentário foi baseado em um livro do mesmo nome que apresenta diversas facetas da economia, como são os lados ocultos e inesperados que normalmente não são analisados à luz de questões econômicas em um primeiro momento. Assim, este documentário é bastante interessante para avançar na compreensão da relação entre a economia e a sociedade com base no mercado e mecanismo de preço.

UNIDADE III

Análise Macroeconômica

Mestre Vicente Afonso Gasparini

Mestre Leonardo Aparecido Santos Silva

Introdução

A análise macroeconômica tem, como objetivo principal, compreender a análise agregada do sistema de produção, com base nas economias de mercado, inclusive o papel do próprio governo, por meio de suas políticas econômicas. Assim, na macroanálise, é possível entender os mecanismos básicos para o crescimento econômico da nação, durante determinado período de tempo, e como esse crescimento pode levar, também, ao desenvolvimento econômico.

Um dos elementos básicos para entender o funcionamento da sociedade moderna é por meio do conhecimento sobre o papel da moeda na sociedade, além de como o governo atua a partir das políticas fiscal, monetária e cambial nas economias, seja fechada ou aberta, para o comércio e fluxo de capital externo.



Fonte: normaals / 123RF.

A Moeda: A Evolução de Sistema de Trocas e a Inflação

A moeda é um mecanismo essencial nas economias de mercado, porém a utilização desta para a realização de trocas entre diferentes agentes existe desde muito antes de nosso sistema econômico moderno, correto? Pense bem, ao estudar a história desde tempos antigos, como em Roma e Grécia, passando pela idade média, existiram moedas utilizadas para a realização de trocas, seja no mercado interno ou para com outros países. Samuelson e Nordhaus (2012) explicam que a moeda pode ser qualquer item aceito, de maneira geral, como um meio de troca pela sociedade.



Figura 3.1 - Moeda

Fonte: rawpixel / 123RF.

Apesar de, em um primeiro momento, ocorrer, de forma natural, a relação entre moeda e dinheiro (papel ou moeda metálica), como conhecemos atualmente, também existiram períodos em que outros produtos foram utilizados como “moeda”, como é o caso do sal, cevada, dentre outras especiarias, ao longo da história. Nesse sentido, Ferguson (2017) ressalta que a moeda, enquanto dinheiro, teve diferentes nomes, com o passar dos tempos, como tutu, everário, dindin, grana, dentre outros.

A questão principal da moeda como dinheiro é a confiança, que deve existir sobre o sistema monetário, para que as relações de troca possam ocorrer sem grandes transtornos, ao longo do tempo, pois, sem a confiança, as relações de troca seriam gravemente abaladas (FERGUSON, 2017). Por isso, instituições eficientes que garantem a normalidade nas transações econômicas, como as autoridades monetárias para a moeda, são importantes para a economia moderna.

Imagine a situação na qual você não tenha confiança na pessoa que está te pagando; o dinheiro seria realmente confiável? Ou, ainda, com relação a algo mais moderno, o que ocorreria se você não tivesse confiança na instituição responsável pela emissão monetária no Brasil?

[...] o dinheiro é uma questão de confiança, talvez de fé: confiança na pessoa que está nos pagando, confiança na pessoa que emite o dinheiro que ele usa, ou na instituição que honra os seus cheques ou as suas transferências. O dinheiro não é metal. É a confiança registrada. E não parece importar muito onde é registrada: sobre a prata, sobre a argila, sobre uma tela de cristal líquido (FERGUSON, 2017, p. 32-33).

De modo semelhante, Carvalho *et al.* (2015) explicam que a moeda existe na economia de mercado (capitalista), em decorrência da necessidade proveniente da divisão do trabalho, portanto, existe devido à necessidade social. Como existe interdependência entre a produção dos diferentes bens e serviços, a moeda serve como um “facilitador” para as trocas entre os diferentes agentes econômicos.

Estudante, imagine a sociedade moderna sem a moeda, com todas as trocas sendo realizadas de maneira direta? O esforço seria extremamente grande, dificultando as transações e aumentando, exponencialmente, os custos de operação entre os agentes econômicos, bem como diminuindo a produtividade da economia, de maneira geral. Portanto, um sistema de trocas diretas só funcionou em sistemas econômicos primitivos, sem grande complexidade econômica e social entre os agentes econômicos.

Em uma economia monetária, os agentes recebem suas remunerações em moeda e podem, portanto, fazer planos mais

flexíveis. Adquirem liberdade para comprar o que desejarem e quando desejarem, em geral, sem qualquer perda de tempo ou o desgaste físico e mental com as dificuldades em realizar transações que requerem coincidências muito específicas (CARVALHO *et al.*, 2015, p. 2).

A moeda tem características próprias, as quais permitem a sua utilização nas trocas realizadas pela sociedade (CARVALHO *et al.*, 2015). Especificamente sobre a moeda como conhecemos nos dias atuais, duas características são fundamentais para compreender o seu papel: I) físicas; II) econômicas.

Segundo Carvalho *et al.* (2015), as características físicas são relacionadas à capacidade de a moeda ser:

1. divisível;
2. durável;
3. difícil de falsificar;
4. manuseável;
5. transportável.

Reflita o quanto é importante que um “produto”, o qual queira ser considerado moeda, realmente necessite dessas características para ser usado por todos os agentes econômicos. Sem a divisão, fica impossível fazer compras em diferentes locais. Se a “moeda” não for durável, não existe incentivos para guardar e aceitar a moeda. A facilidade para manusear e transportar é essencial, para evitar a elevação dos custos e, por fim, algo facilmente falsificável não teria chances como moeda.

No tocante às características econômicas, Carvalho *et al.* (2015) destaca os seguintes atributos:

1. custo de estocagem negligenciável;
2. custo de transação negligenciável.

Do ponto de vista econômico, essas duas características apresentadas devem existir para que as transações de compra e venda possam ser realizadas de maneira eficaz, minimizando os custos das negociações. Imagine se a moeda tivesse um custo extremamente alto para ser estocada, precisando de galpões e segurança especializados para guardar? Nessa mesma direção, imagine se, para cada compra e venda, ao levar moeda ao mercado para negociação, os custos subissem exponencialmente? Provavelmente, as transações seriam muito menores do que nos dias atuais.

Em suma, quando a moeda possui essas características físicas e econômicas, esta pode cumprir suas funções nas economias modernas com eficiência: I) meio de troca; II) unidade de conta; e III) reserva de valor (CARVALHO *et al.*, 2015). A forma mais clara das funções da moeda é o meio de troca, dada a sua utilização para a compra e venda de produtos nas economias de mercado. Portanto, “ao permitir que venda e compras sejam feitas em datas diferentes, a moeda exerce a função de meio de pagamento” (CARVALHO *et al.*, 2015, p. 2).

Em relação à unidade de conta, Samuelson e Nordhaus (2012) explicam que a moeda serve como um objeto único para medir o valor dos produtos na economia, facilitando as atividades da sociedade, com relação à economia. De forma complementar, Carvalho *et al.* (2015) argumentam que a moeda facilita o estabelecimento de contrato nas diversas transações existentes, o qual deve ser quitado nas datas combinadas, mesmo com as transações à vista.

Por fim, a função de reserva de valor tem ligação com o poder de manter o seu valor ao longo do tempo, proporcionando segurança aos agentes econômicos (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012). Nas economias modernas, com o mercado financeiro bem desenvolvido (mercado futuro e à vista), é permitido que a moeda seja alocada em investimentos ou retida pelo agente, sem que se tenha perdas ao longo do tempo (CARVALHO *et al.*, 2015).



Figura 3.2 - Investimentos

Fonte: Pop Nukoonrat / 123RF.

Um destaque interessante é proporcionado por Samuelson e Nordhaus (2012), apesar de a moeda proporcionar maior segurança, já que pode ser trocada rapidamente por qualquer outro item, sem incorrer em elevados custos, existe um “custo” em reter a moeda, à medida que o agente deixa de receber juros, caso a moeda estivesse alocada em algum outro ativo.

Desse modo, a moeda é de grande importância para compreender a dinâmica das economias de mercado moderno, principalmente com o rápido avanço da integração financeira entre os diferentes países do planeta, processo também conhecido de globalização financeira.

ATIVIDADE - A moeda: a evolução de sistema de trocas e a inflação

A moeda está presente nas transações dos agentes econômicos das economias de mercado, independente de ser utilizada em sua forma física (tradicional) ou de outras maneiras, como é o caso do dinheiro eletrônico (cheque ou cartão de crédito, por exemplo). Desse modo, quais as funções das moedas modernas? Assinale a alternativa correta.

- a) Transferência de capital, trocas metálicas e unidade de medida.
- b) Unidade de conta, reserva de valor e meio de troca.
- c) Divisível, durável e dificuldade para falsificação.
- d) Custo de estocagem e negociação negligenciável.
- e) Manuseável, transportável e divisível.

Sistema Financeiro Nacional e Inflação

O sistema financeiro tem relação com o lado monetário das economias de mercado, com a moeda sendo o elo comum das transações existentes nos diferentes segmentos de mercado. Consequentemente, o sistema financeiro é “um dos setores mais importantes e inovadores da economia moderna. Ele forma o sistema circulatório vital que canaliza recursos dos poupadores para os investidores” (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 400).

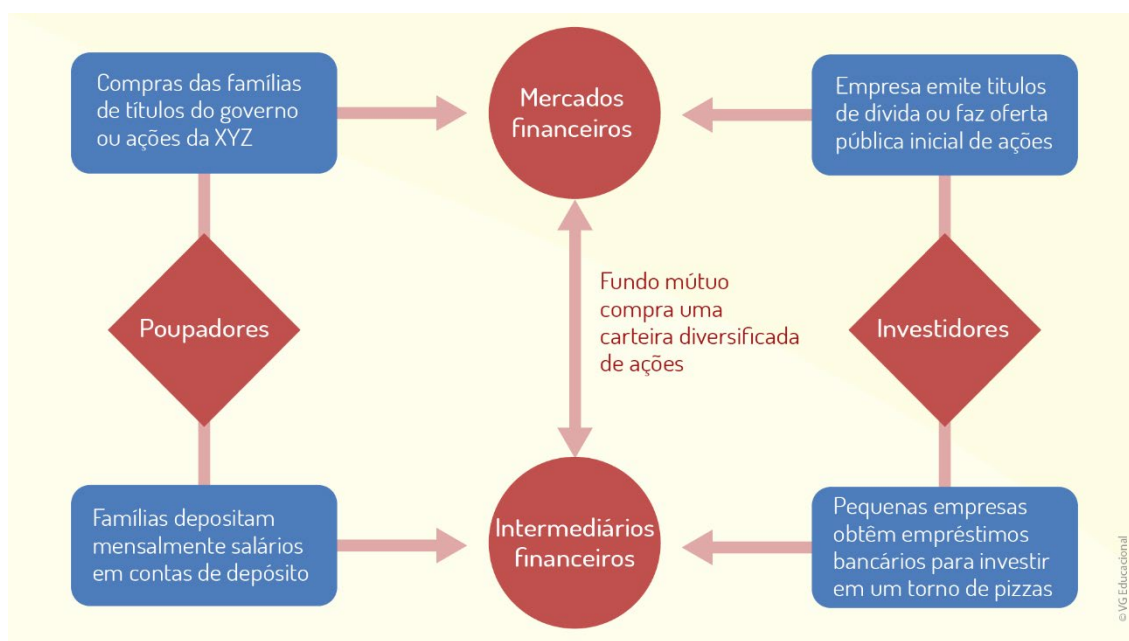


Figura 3.3 - O fluxo de fundos segue o fluxo financeiro na economia

Fonte: Samuelson e Nordhaus (2012, p. 403).

Como aponta a figura anterior, o sistema tem uma importante função na sociedade, permitindo que grandes investimentos sejam realizados por meio do mecanismo do crédito. Quando o sistema funciona de maneira ideal, a economia consegue crescer de forma consistente, com o aumento dos investimentos em novas plantas produtivas, aquisições de máquinas e equipamentos, e as famílias podem ampliar o consumo por meio do crédito para a compra de bens e serviços de maior valor agregado.

Por outro lado, quando os intermediários financeiros (bancos e demais instituições financeiras) avançam rapidamente com o crédito, tomando posições cada vez mais alavancadas, os agentes acabam fragilizando suas posições e uma crise financeira pode ocorrer, como foi o caso da crise financeira internacional de 2008. Assim, é necessário que exista uma regulação eficiente sobre os agentes financeiros, para que posições muito arriscadas (alavancadas) sejam tomadas de maneira sistêmica (por muitos agentes).

Em suma, o sistema financeiro tem algumas funções, as quais devem ser destacadas, como é o caso da função de compensação (pagamentos e recebimentos), unir ou dividir

fundos para investimentos, gestão de riscos e transferências de recursos no tempo por meio dos empréstimos, dado que transfere recursos dos poupadores para os devedores (função clássica dos intermediários financeiros), como apontam Samuelson e Nordhaus (2012).

No tocante à economia brasileira, existe muita similaridade entre o mercado financeiro nacional e internacional, dado o nível de desenvolvimento do país. Como aponta o Banco Central do Brasil (BCB, *on-line*), existem diversos operadores financeiros no país, como bancos, cooperativas de crédito e caixas econômicas. Também existe a bolsa de valores e a bolsa de mercadorias e futuros, além de instituições ligadas aos seguros privados e previdências fechadas.

FIQUE POR DENTRO

O Banco Central do Brasil (BCB) é um dos responsáveis pela supervisão do sistema financeiro brasileiro, regulando as atividades financeiras do país, além de controlar a política monetária. Por meio do site do BCB, é possível conseguir uma infinidade de informações e dados sobre bancos, créditos, mercado externo (balanço de pagamentos), nível de reservas internacionais do país, dentre diversas outras informações.

Fique por dentro acessando o *link* disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Em relação às instituições ligadas à parte de regulação do sistema financeiro nacional, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo relacionado ao setor público brasileiro para a regulação do setor financeiro, introduzindo regras que envolvam todo o sistema financeiro do país, com o intuito de manejar a resiliência do sistema ao longo do tempo (BCB, *on-line*).

No tocante aos supervisores do sistema financeiro, o que possui maior destaque é o Banco Central do país. Você já deve ter observado, em programas televisivos, internet e rádio, jornalistas e convidados apontando o papel do Banco Central como regulador, correto?

Segundo o site da própria instituição, o objetivo de supervisor do BCB é garantir que as regras existentes sobre o sistema financeiro sejam seguidas pelos intermediários financeiros (operadores) e demais agentes econômicos (BCB, *on-line*).

Ainda na temática de regulação financeira, no Brasil, existe a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), responsável pela regulação (fiscalização e desenvolvimento de normas e disciplina) no mercado de valores mobiliários no país, ou seja, é responsável pela regulação do mercado de capital (bolsa de valores) do país.

Inflação

A moeda tem diferentes funções na economia, facilitando as trocas de bens e serviços entre os agentes econômicos, correto? Ao falar em trocas, muitas vezes, pode transparecer certa subjetividade. Portanto, uma outra maneira mais clara de apresentar as relações de troca e a moeda é por meio do preço das mercadorias. Imagine a seguinte situação: sempre que o agente econômico vai até o mercado para comprar bens e serviços, leva a moeda consigo para pagar pelas mercadorias que possuem determinado preço.



Figura 3.4 - Inflação

Fonte: Artem Oleshko / 123RF.

Nesse contexto, compreender a dinâmica dos preços e como funcionam as possíveis elevações e quedas ao longo do tempo permite compreender, de maneira mais clara, o funcionamento do mercado monetário moderno. Um dos mais importantes conceitos econômicos, principalmente voltados para a análise macroeconômica, é a dinâmica de funcionamento da inflação.

Vasconcellos (2017) aponta a importância da inflação estável para o crescimento econômico sustentável da economia, melhorando o bem-estar da sociedade.

A inflação ocorre quando o nível geral de preços está aumentando. Atualmente, calculamos a inflação recorrendo a índices de preços – médias ponderadas dos preços de milhares de produtos individuais [...] A taxa de inflação é a variação percentual do nível de preços [...] (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 538).

Desse modo, a inflação tem relação com o aumento no **nível geral de preços**, podendo ser influenciada pelas forças de oferta e demanda. Contudo, apenas a oferta e demanda não pode explicar toda a dinâmica de mudança de preços. Outros fatores podem influenciar, como o forte aumento do emprego, pressionando o valor dos salários pagos para cima e aumentando o poder de compra dos consumidores que acabam afetando nível de preços (KRUGMAN; WELLS, 2015).

Nessa perspectiva, a inflação pode existir, devido a pressões decorrentes da parte da demanda, como é o caso do aumento do nível do emprego e a pressão decorrente de não existir capacidade ociosa na economia. Logo, o forte aumento da demanda, não acompanhado pelo aumento da oferta, resulta em inflação de demanda na economia (VASCONCELLOS, 2017).

Outra forma de inflação menos comum do que a demanda é a inflação de oferta (custos). Quando a demanda é mantida no mesmo patamar, mas existem elevações nos custos de certos insumos utilizados em diversos segmentos do mercado, acaba por resultar em inflação (VASCONCELLOS, 2017). Um exemplo clássico desse tipo de inflação diz respeito aos choques do petróleo na década de 1970, resultando em um rápido aumento no nível dos preços do petróleo e, conseqüentemente, na economia.

Ainda nessa linha, além da oferta e demanda e a pressão inflacionária, dado o crescimento econômico, Krugman e Wells (2015) destacam a relação entre a moeda e a inflação como o principal fator para indicar a dinâmica do nível de preços. Isso porque o nível de preços acaba sendo determinado pelas modificações existentes na oferta de moedas no longo prazo.

Mas quais seriam os motivos para ampliar a oferta de moeda, se o excesso de oferta desta acaba gerando inflação? Uma possível resposta pode ser compreendida por um dos modelos macroeconômicos básicos: a Curva de Phillips. Antes, porém, observe o funcionamento da moeda e inflação, segundo os conceitos clássicos, por meio da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), ou seja, o aumento na oferta de moeda acarreta apenas no aumento da inflação. A fórmula é apresentada a seguir.

$$M * V = P * Y \quad (1)$$

A letra “M” representa a oferta de moeda, “V” a velocidade de circulação da moeda, “P” o nível de preços e “Y” nível do produto agregado. Como “V” e “Y” são relativamente estáveis, aumentos em “M” resultam em aumentos em “P” de maneira proporcional. Contudo, a curva de Phillips modificou essa questão, ao menos para o curto prazo. Assim, observe a Figura 3.5 sobre a Curva de Phillips de curto prazo.

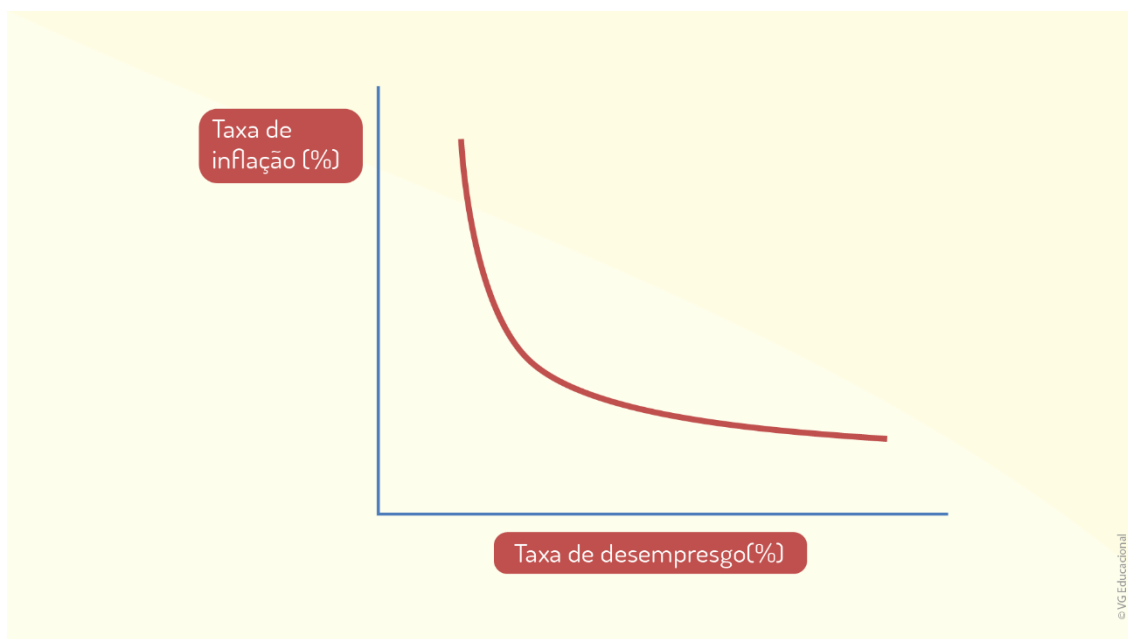


Figura 3.5 - Curva de Phillips

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por meio da figura anterior, é possível observar que existe o *trade-off* entre a inflação e o desemprego, ou seja, o aumento no nível de preços diminui a taxa de desemprego. Contudo, como apontam Krugman e Wells (2015), no longo prazo, não existe o *trade-off* (Curva de Phillips vertical), portanto, modificações na oferta de moeda são as maiores responsáveis pela elevação no nível geral de preços.

Um outro motivo para existir incentivos de avanço da inflação nas economias por parte do governo é por meio da arrecadação via imposto inflacionário. Quando o governo amplia a oferta de moeda para pagar por seus gastos (déficits públicos) ou quitar parte de dívidas já existentes, o valor da moeda retida pelos agentes econômicos privados é reduzido (KRUGMAN; WELLS, 2015).

Isso posto, a inflação pode ser um sério problema para as economias, quando está subindo rapidamente ou, até mesmo, de forma descontrolada, visto que, conforme o nível geral de preços aumenta, existem incentivos cada vez menores para que os agentes econômicos retenham moedas (moeda está perdendo valor). Além disso, como a moeda está

“perdendo” valor, devido ao rápido aumento no nível geral de preços, os agentes econômicos acabam ficando mais pobres, em decorrência de conseguirem comprar cada vez menos produtos com a moeda retida em mãos (KRUGMAN; WELLS, 2015).

ATIVIDADE - Sistema Financeiro Nacional e Inflação

O setor monetário possui grande importância nas economias modernas para a ampliação da atividade econômica. Contudo, também existem problemas ligados ao lado monetário da economia, como é o caso do processo inflacionário, que pode ocorrer em qualquer país. Assim, qual modelo macroeconômico relaciona a inflação e o desemprego? Assinale a alternativa correta.

- a) Oferta e demanda.
- b) Curva de Phillips.
- c) Política fiscal.
- d) Banco Central.
- e) Intermediário financeiro.

Os Objetivos da Política Econômica: Crescimento, Desenvolvimento Econômico, Estabilidade Econômica e Distribuição Equitativa da Riqueza (IDH e Coeficiente de Gini)

Neste momento do estudo, chamamos a sua atenção para dizer que, do ponto de vista macroeconômico, a sociedade e o país, de um modo geral, precisam de um planejamento econômico. Vale lembrar que o planejamento é de médio, longo e curto prazo, portanto, as ações econômicas e sociais, a partir do planejamento governamental, refletem o que será o país no futuro.

Pedimos a sua atenção, mais uma vez, para relembrar a interação econômica com outras áreas do conhecimento da ciência, ou seja, a melhoria das condições de vida, bem como

a qualidade, que se dará se houver uma evolução paralela de todas as áreas, isto é, o mesmo que dizer que ganhar muito e não saber investir e poupar pode ter um resultado desastroso.

No tocante às políticas econômicas, o Estado tem bastante importância para conseguir melhorar o bem-estar social no país, permitindo uma maior equidade entre os agentes econômicos domésticos. Isso ocorre porque fatores políticos, econômicos e sociais acabam por influenciar a atuação dos agentes econômicos nacionais (como o Estado). Portanto, essas características refletem habitualmente a necessidade de expansão de alguns setores da economia (indústria pesada, indústria de armamentos e exportações) considerados vitais para o desenvolvimento do país.

De acordo com a conceituação teórica, os planos econômicos visam a melhoria das condições econômicas (crescimento econômico), bem como o bem-estar da população (desenvolvimento econômico). Esses conceitos, apesar da proximidade, possuem diferenças importantes de serem ressaltadas para a plena compreensão sobre as questões econômicas e sociais em uma economia de mercado.

O crescimento econômico tem relação próxima com o aumento da produção agregada (Produto Interno Bruto - PIB) da economia ao longo de determinado período de tempo, normalmente um ano. Já o desenvolvimento econômico está relacionado à melhoria do bem-estar social, acesso a uma maior gama de bens e serviços pela população, de maneira geral, ao longo do tempo, normalmente ocorrendo durante um planejamento eficiente de longo prazo.

Nesse contexto, o crescimento econômico é uma condição necessária para que exista o desenvolvimento econômico. Seria possível ocorrer o desenvolvimento de um país, com ampliação do acesso aos bens e serviços por toda a população, sem o aumento da produção agregada (crescimento econômico)? Contudo, o crescimento econômico não é uma condição suficiente para o desenvolvimento, dado que se pode, muitas vezes, ocorrer com elevada concentração de renda, sem aumento da produtividade do país e sem aumento na complexidade econômica (produção de bens e serviços sofisticados).

Por essa lógica trabalhada, Vasconcellos (2017, p. 421) apresenta, de maneira bastante didática, os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia).

Para que o crescimento econômico de longo prazo ocorra de maneira contínua e com certa estabilidade, faz-se necessário que os recursos econômicos escassos sejam utilizados de maneira eficiente também no âmbito macroeconômico. Krugman e Wells (2015) destacam fontes ligadas ao crescimento econômico de longo prazo: I) capital humano (trabalhadores); II) capital físico (construções e máquinas), que aumenta a produtividade do trabalhador; e III) progresso tecnológico (desenvolvimento de novas tecnologias). Ainda nessa linha, Vasconcellos (2017) também destaca a importância da eficiência organizacional por meio da interação entre os diversos insumos produtivos.

O progresso tecnológico corresponde às alterações nos processos de produção ou à introdução de novos bens ou serviços. As invenções de processo que aumentaram muito a produção foram a máquina a vapor, a produção de eletricidade, os antibióticos, o motor a combustão interna, os grandes aviões a jato, o microprocessador e o fax. Entre as invenções de produto fundamentais, contam-se o telefone, o rádio, o avião, o toca-discos, a televisão, o computador e a câmera de vídeo (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 445).

Nessa perspectiva analisada, o crescimento econômico é decorrente do aumento da produção agregada, contabilizada pelo Produto Interno Bruto (PIB), que é o somatório dos bens e serviços finais produzidos em determinado período de tempo (um ano). Por meio da utilização dos recursos (capital físico e humano), é possível manter uma trajetória

de crescimento econômico no longo prazo. Esse crescimento estável, quando aliado ao progresso tecnológico, permite que os fatores de produção (capital, terra e trabalho) tenham maior produtividade.

O aumento na produtividade permite que uma maior parcela de produção seja possível, utilizando a mesma combinação de capital e trabalho, por exemplo. Desse modo, é possível chegar ao desenvolvimento econômico, dada a elevação da complexidade econômica e políticas que envolvam uma maior distribuição de renda no país. Assim, observe a Figura 3.6, a seguir, que apresenta o crescimento econômico de longo prazo para a economia brasileira, por meio do PIB, considerando os preços de 2010, sendo apresentado o crescimento real da economia brasileira entre 1950 e 2019.

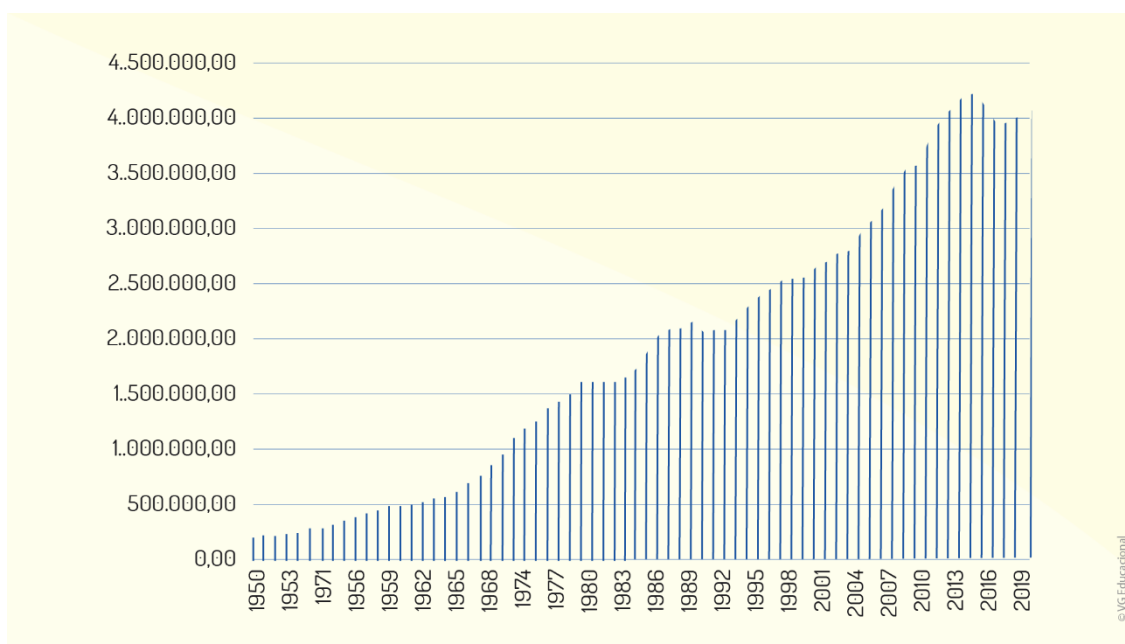


Figura 3.6 - Produto Interno Bruto (PIB) - preços de mercado (preços 2010 - R\$)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como é possível observar, a economia brasileira tem uma trajetória positiva de crescimento econômico no longo prazo, enquanto existem pequenas flutuações negativas de curto prazo, como no início da década de 1980, entre o final de 1980 e início de 1990,

e, mais recentemente, o período entre 2015 e 2016, decorrente da crise política e econômica recente.

Como consequência desse crescimento econômico de longo prazo, a economia brasileira tornou-se mais rica, ampliando o bem-estar social da população ao longo do tempo. Contudo, a desigualdade social ainda é realidade no país, dado que existem agentes com elevadas fortunas, enquanto outros sobrevivem com muito pouco dinheiro, inclusive ajuda governamental, por meio de programas de assistência social, como é o caso do bolsa família. Por falar nisso, você conhece o programa?

FIQUE POR DENTRO

O bolsa família é um importante programa de distribuição de renda para as famílias mais pobres, ampliando a renda disponível para a aquisição de bens e serviços fundamentais, como alimentação, remédios, material escolar, dentre outros. Assim, a população mais carente consegue manter um padrão mínimo para a sua sobrevivência.

Fique por dentro acessando o *link* disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Agora que já compreendemos as questões relacionadas ao crescimento econômico, além de sua importância para alcançar o desenvolvimento econômico, vamos avançar no conhecimento de índices que permitem compreender o padrão de desenvolvimento dos países.

Índices de Qualidade de Vida

Por meio dos índices de qualidade de vida, é possível avançar no entendimento sobre o desenvolvimento econômico dos países. Isso porque, quanto melhores forem os índices de qualidade de vida, mais próxima a nação está da equidade entre os agentes econômicos: I) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e II) Índice de Gini.

Segundo Gamboa, Vasconcellos e Turolla (2016), é um índice responsável por medir o grau de desenvolvimento socioeconômico de diferentes países, considerando uma média

ponderada de três outros índices: I) índice de expectativa de vida ao nascer; II) índice de educação; e III) índice da renda nacional bruta (RNB) *per capita* em dólares, “Paridade Poder de Compra” (PPC).

O índice de expectativa de vida (anos de esperança de vida ao nascer) demonstra indiretamente as condições de saúde e saneamento do país. Já o índice de educação é uma média ponderada, composta pelos anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) e pelos anos de escolaridade esperados (expectativa de vida escolar). Por fim, o índice da RNB *per capita* contabiliza as rendas dos residentes do país, incluindo aquela recebida do exterior, e exclui a renda gerada no país, mas pertencente a estrangeiros, que é repatriada ao exterior (GAMBOA; VASCONCELLOS; TUROLLA, 2016, p. 43).

Por meio desse índice, é possível chegar a um valor entre “0” e “1”, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento econômico e social do país (GAMBOA; VASCONCELLOS; TUROLLA, 2016). Segundo Feijó e Ramos (2013), os países podem ser divididos em três grupos distintos:

- I) baixo desenvolvimento humano: IDH menor que 0,5;
- II) médio desenvolvimento humano: IDH entre 0,5 e 0,7;
- III) alto e muito alto desenvolvimento humano: IDH superior a 0,7.

Desse modo, os países desenvolvidos estão situados com o IDH próximo a um, para compreender a relação entre IDH e desenvolvimento econômico, que apresenta países selecionados por meio dos dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o ano de 2018, os quais foram expostos no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019.

Como é possível observar na tabela a seguir, países como Noruega, Austrália e Suíça são considerados os mais desenvolvidos por esse critério, enquanto países como Níger, República Centro-Africana e Chade são os que possuem menor desenvolvimento (CONCEIÇÃO, 2019, *on-line*).

Classificação IDH	País	Classificação IDH	País
1	Noruega	67	Panamá
2	Suíça	68	Costa Rica
3	Irlanda	72	Cuba
4	Alemanha	76	México
5	Hong Kong, China (RAE)	77	Tailândia
11	Dinamarca	79	Brasil
12	Finlândia	81	Arménia
13	Canadá	82	Argélia
14	Nova Zelândia	85	China
15	Reino Unido	85	Equador

Tabela 3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para países selecionados

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ainda sobre a tabela, é possível ver que, apesar de o Brasil possuir um contínuo crescimento econômico, inclusive sendo um dos países com o maior PIB do planeta, quando é levado em consideração, outras variáveis relativas ao desenvolvimento econômico e a história são bastantes diferentes. Atualmente, o país encontra-se próximo a outros, como México, Tailândia, Arménia e Argélia, que possuem um produto agregado (PIB) menor, inclusive encontra-se atrás de países da própria América Latina, como Costa Rica, Panamá e Cuba.

Outro indicador social interessante para compreender a posição de desenvolvimento dos países é o Índice de Gini, sendo responsável por apresentar o grau de concentração de renda nos países. Nessa direção, Paulani e Braga (2007, p. 262) explicam o Índice de Gini como uma “avaliação de como a renda é distribuída na economia pode ser realizada a partir do índice de Gini. Esse índice varia de zero a um, ou de zero a cem. Quanto mais próximo de um, ou de cem, pior a concentração da renda”.

Desse modo, o Índice de Gini avalia as economias com o resultado contrário ao IDH. Enquanto este identifica os países com maiores índices como os mais desenvolvidos, o primeiro identifica os países com menor índice como os com distribuição de renda mais igualitária. Um destaque crítico e importante a ser feito é que países relativamente pobres, mas que distribuem, de forma equitativa, a renda, possuem baixo coeficiente de Gini, visto que o importante, a esse índice, é a distribuição da renda.

No entanto, o coeficiente de Gini pode ser utilizado como medida de bem-estar; vejamos o porquê. Segundo dados da PNDU (CONCEIÇÃO, 2019, *on-line*), que utiliza o Coeficiente de Gini para o período entre 2010 e 2017, países como Noruega (27,5), Islândia (27,8) e Finlândia (27,1) possuem baixo coeficiente e estão entre os primeiros com maior IDH.

Já o Brasil continua como um país intermediário, mesmo nesse critério, possuindo um Coeficiente de Gini com o valor de 53,3, próximo a países como Lesoto (54,2), Guiné-Bissau (50,7), Moçambique (54,0) e Honduras (50,5). Em relação à América Latina, o país encontra-se atrás de Colômbia (49,7), Peru (43,3), Costa Rica (48,3) e Panamá (49,9), como apontam os dados da PNUD (CONCEIÇÃO, 2019, *on-line*).

Como pode ser observado pelos dados do Coeficiente de Gini, o Brasil é um país com a renda bastante concentrada entre a parcela mais rica da sociedade, portanto, a grande maioria da sociedade não consegue usufruir do crescimento econômico ao longo do tempo, impedindo uma melhoria do bem-estar social mais substancial no país.

ATIVIDADE - Os objetivos da política econômica: crescimento, desenvolvimento econômico, estabilidade econômica e distribuição equitativa da riqueza (IDH e Coeficiente de Gini)

Os agentes econômicos dentro do país procuram o crescimento de sua riqueza, inclusive o próprio governo, devendo almejar a melhoria do bem-estar social da nação, ao longo do tempo. Para tal, são utilizadas diferentes políticas econômicas para o aumento da complexidade. Quando atinge um elevado nível de renda e distribuição, o país alcançou qual objetivo?

- a) Crescimento econômico.
- b) Desenvolvimento econômico.
- c) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- d) Índice de Gini.
- e) Política fiscal.

Os Instrumentos Usuais de Política Econômica: Fiscais, Monetários e Cambiais

Atualmente, existem diferentes políticas econômicas, as quais o Estado tem à disposição para influenciar na demanda agregada (Produto Interno Bruto - PIB), implicando em diferentes níveis de equilíbrio, ao longo do tempo. John Maynard Keynes foi um dos mais importantes pensadores econômicos do século XX, dedicando seus estudos para a importância da análise macroeconômica, com o Estado presente em seus modelos econômicos.

Para melhorar a compreensão do motivo de o Estado conseguir influenciar a economia por meio de políticas econômicas, observe a equação a seguir da demanda agregada (DA) de uma economia qualquer.

$$DA = C + I + G + X - M \quad (2)$$

Sendo que:

C = Consumo.

I = Investimento.

G = Gasto do governo.

X = Exportações.

M = Importações.

Segundo Blanchard (2017), o consumo (C) está relacionado às aquisições de bens e serviços pelos consumidores (famílias). O investimento (I) é a somatória entre o investimento residencial (casas novas) e não residencial (máquinas, equipamentos, dentre outros). Os gastos do governo (G) são os bens e serviços comprados pelo governo dos demais agentes econômicos da sociedade. Até aqui, estão relacionados à demanda agregada, referente a uma economia considerada fechada.

Quando a análise é voltada para a possibilidade da economia aberta, abre-se a análise para as exportações e importações ao longo do tempo. As exportações são os bens e serviços produzidos no mercado interno e vendidos para os agentes econômicos de outros países. As importações são os bens e serviços produzidos no mercado externo e comprados pelos agentes econômicos do mercado doméstico. O somatório das exportações e importações proporciona o saldo da balança comercial ou exportações líquidas (BLANCHARD, 2017).

Economia Fechada e Aberta

Nas análises econômicas, dois tipos de modelos podem existir: I) economia fechada; II) economia aberta. No primeiro caso, a análise é focada apenas nas relações econômicas de um país, sem relação com o mercado internacional. Já no segundo, os países possuem relações comerciais e financeiras por meio das exportações e importações de bens, serviços e capital.

Os modelos abertos traduzem mais adequadamente a realidade, pois, por maior que seja a propensão nacional à autossuficiência, dificilmente uma economia pode manter-se em

estado de completo isolamento, com relação ao exterior, independentemente de suas dimensões territoriais.

A abertura ao exterior, em muitos casos, é fator de sobrevivência. Ainda que não seja assim, as nações praticam diferentes graus de padrões de abertura, procurando complementar suas cadeias de suprimentos, o escoamento de sua produção e a absorção de fatores produtivos. Como regra, a abertura é observada nos três momentos da cadeia produtiva: entradas de insumos, processamento e saídas de produtos.



Figura 3.7 - Economia Externa

Fonte: gopixa / 123RF.

Basicamente, as relações de uma economia aberta são dadas pelo Balanço de Pagamentos (BP), o qual envolve relações comerciais de bens (balança comercial), serviços (balança de serviços) e rendas (balança de renda), a partir da conta de transações correntes. Ainda, o BP é responsável por contabilizar o fluxo de capital internacional por meio da conta capital e financeira, sendo as principais contas para a entrada de capital externo para o país via Investimento Estrangeiro Direto (IED) e investimento em carteira.

Nas economias de mercado, é muito difícil que a sociedade produza tudo o que necessita, sem manter uma relação de troca com outra sociedade, levando em conta as condições climáticas, bem como o posicionamento do país, ou seja, trata-se de um país com longa costa, voltado para o oceano, ou se sua fronteira é dada com outras nações. Considerando isso, vemos que determinados produtos desenvolvem-se bem em um ambiente e não têm condições desenvolvimento em outros locais.

Outro fator a considerar são os recursos naturais, os quais estão disponíveis na natureza. Porém, mudando de região para região, por essas e outras, o bacalhau está para Noruega, assim como o cacau está para o Brasil - Bahia.

Políticas Econômicas

Como ressaltado, as políticas econômicas do governo podem cumprir a função anticíclica de estabilização da economia em momentos de crise econômica, nos quais o setor privado acaba contraindo o nível de gastos decorrente das incertezas sobre os rumos econômicos. Por esta lógica, a política fiscal e a monetária podem ser utilizadas em uma economia fechada e aberta, com os efeitos semelhantes para ambas. Por outro lado, a política cambial só existe em economias abertas, ou seja, nas quais existam interação com outras economias.

Política Fiscal

Por meio da equação de demanda agregada (2), é possível observar que o Estado (governo) tem papel para a sua construção, portanto, em momentos nos quais o consumo das famílias ou os investimentos privados diminuem, o governo pode avançar com seus gastos, para que a demanda agregada não seja reduzida drasticamente, o que pode implicar no aumento do desemprego e na redução do bem-estar social.

Nesse sentido, o governo pode utilizar de sua política fiscal para conduzir a demanda agregada da sociedade. Assim, a política fiscal tem relação com a capacidade do governo de arrecadar tributos da sociedade (política tributária) e a possibilidade de gastos do governo. Com a política tributária, é possível ampliar (diminuir) a renda disponível, por meio da redução (aumento) dos tributos cobrados dos demais agentes econômicos privados, como as famílias e empresas (VASCONCELLOS, 2017).

Na mesma direção, Gamboa, Vasconcellos e Turolla (2016) ressaltam o gasto público e os impostos como partes da política fiscal que o governo tem à disposição e que, nos modelos econômicos, esse tipo de política econômica pode ser considerado exógeno. Assim, existe a possibilidade de a política fiscal ser expansionista ou contracionista, ao longo do tempo.

A política expansionista tem relação com o aumento dos gastos do governo e/ou a diminuição de tributos, de modo que seja possível expandir a demanda agregada do país ao longo do tempo. Apesar dessa possibilidade de elevação dos gastos, dois cuidados devem ser tomados: I) dívida pública; II) importações.

Em relação a uma economia fechada, o aumento dos gastos do governo leva à elevação da dívida pública, o que pode resultar em receios do resto da população por aumento de tributos no futuro. Quando é considerada a economia aberta, uma parcela significativa do aumento dos gastos pode ser deslocada para a importação de bens e serviços, pressionando a balança comercial e contribuindo para a demanda agregada externa, ao invés do mercado local (GAMBOA; TUROLLA; VASCONCELLOS, 2016).

Política Monetária

A política monetária tem atuação diferente na economia, com relação à política fiscal (gastos do governo e tributação), procurando influenciar a composição de portfólios dos agentes, ao relacionar a oferta de moeda e seu impacto sobre o nível de taxa de juros nas economias de mercado.

Basicamente, a política monetária é desenvolvida e implementada pelo Banco Central (BC), como é o caso brasileiro. Em sua atuação, o BC consegue influenciar na quantidade de moeda, crédito e taxa de juros na economia, implicando nas relações econômicas dos agentes. Por exemplo, quando a quantidade de moeda aumenta, a taxa de juros tende a ser reduzida. Com a taxa de juros mais baixa, o crédito disponível para a sociedade pode ter o custo reduzido, influenciando no investimento e consumo das famílias em bens duráveis.

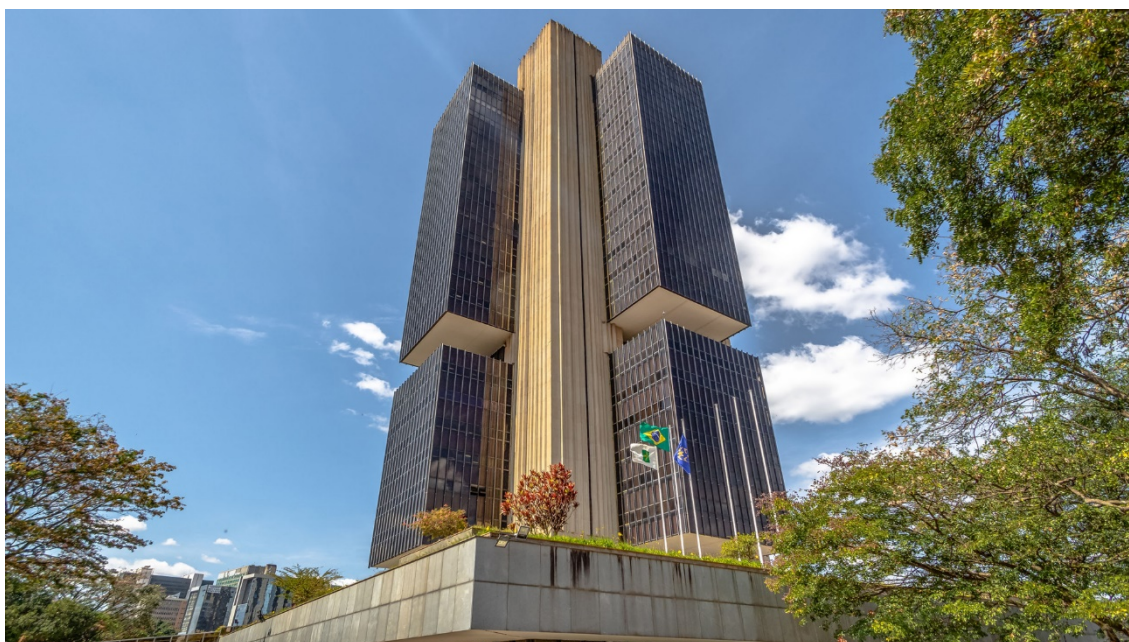


Figura 3.8 - Banco Central do Brasil

Fonte: Diego Grandi / 123RF.

Nessa perspectiva, para conseguir influenciar na quantidade de moeda disponível na sociedade, o BC pode atuar por diferentes instrumentos, por exemplo: I) depósitos compulsórios (bancos comerciais devem manter parcela de seus depósitos guardadas com o BC); II) compra e venda de títulos públicos no mercado (*open market*); III) operações de redesconto (empréstimo do BC para os bancos comerciais); IV) emissões monetárias (criação de maior quantidade de moeda); e V) regulação sobre o crédito e taxa de juros (VASCONCELLOS, 2017).

No Brasil, a política monetária tem sido guiada pelo Regime de Metas de Inflação (RMI), em que é definida uma taxa de inflação para o período de um ano, e o BC deve procurar chegar à meta definida, regulando e controlando a taxa de juros de curto prazo (Selic) por meio de operações de *open market*. Essas operações de compra e venda de títulos são os modelos mais utilizados de controle sobre a oferta de moeda nas economias de mercado modernas.

Portanto, quando o BC considera que a inflação está fugindo da meta pré-definida, ocorre o aumento da taxa de juros, por meio de uma política monetária contracionista (retirada de dinheiro da economia). Já quando a inflação está caminhando para baixo da meta, o BC pode atuar com uma política monetária expansionista (ampliando o dinheiro na economia). Por meio do aumento ou redução na taxa de juros, a dinâmica de crédito também é afetada, o que, por sua vez, acaba impactando em toda a dinâmica da economia (GAMBOA; VASCONCELLOS; TUROLLA, 2016).

Política Cambial

Enquanto as políticas fiscal e monetária podem ser utilizadas em economias fechadas e abertas, a política cambial somente existe quando são consideradas as relações comerciais e financeiras entre os países. Principalmente após a década de 1970, os países passaram a ampliar a globalização comercial e financeira, fazendo com que a política cambial tivesse cada vez mais importância.

A política cambial refere-se ao controle do governo sobre a taxa de câmbio (câmbio fixo, flutuante etc.). A política comercial diz respeito aos instrumentos de incentivo às exportações e/ou estímulo/desestímulo às importações, sejam fiscais, creditícios, seja estabelecimento de cotas etc. (VASCONCELLOS, 2017, p. 203).

Dentro da própria política comercial, o câmbio deve ser considerado, dado que é uma variável chave para as exportações e importações. No passado, muitos países utilizaram a taxa de câmbio fixa, ou seja, não existe variação (ou muito pouca variação) entre as moedas. Nos dias atuais, a maioria dos países utilizam da taxa de câmbio flutuante, logo, as forças do livre mercado de oferta e demanda são as responsáveis por definir a cotação da taxa de câmbio.

Na realidade, os países, mesmo adotando a taxa de câmbio flutuante, não as deixam flutuar livremente, visto que pode ocasionar impactos sobre toda a economia. Portanto, apesar de a taxa de câmbio ser flutuante, a maioria dos países procura manter certo controle sobre esta, para evitar fortes valorizações ou desvalorizações.

Nesse contexto, o objetivo da política cambial deve ser o de manter o equilíbrio externo do país exposto pelo balanço de pagamentos (inclui as transações comerciais e financeiras), com estabilidade de preços no mercado doméstico. Assim, como na política monetária, o BC atua no mercado cambial para regular a oferta e demanda de divisas estrangeiras (normalmente, o dólar), como apontam Gamboa, Vasconcellos e Turolla (2016).

Assim, quando o país possui a intenção de ampliar suas exportações, o BC pode atuar no mercado, para manter, como política cambial, a moeda nacional desvalorizada em relação ao dólar, permitindo que a produção nacional esteja relativamente mais barata no mercado externo (aumento da exportação).

De maneira contrária, se a ideia é controlar os preços no mercado interno (controle da inflação), o país pode atuar com uma política cambial da moeda nacional valorizada, ampliando o nível de importações. Contudo, as empresas no mercado local podem ser prejudicadas. Durante a estabilização inflacionária, proposta pelo Plano Real, o país utilizou, como política cambial, o regime de câmbio fixo, com a moeda nacional valorizada, ampliando a importação e melhorando o controle de preços na economia doméstica.

ATIVIDADE - Os instrumentos usuais de política econômica: fiscais, monetários e cambiais

Como responsável pela política econômica do Brasil, João Victor atua na economia, aumentando a taxa de juros, quando a inflação está crescendo, e diminuindo a taxa de juros, quando a inflação está diminuindo, em relação aos objetivos pré-estabelecidos. Nessa perspectiva, qual política econômica João está utilizando no exemplo descrito?

- a) Política comercial.
- b) Política monetária.
- c) Política fiscal.
- d) Política cambial.
- e) Política inflacionária.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Nome do livro: Macroeconomia para gestão empresarial

Editora: Saraiva

Autores: Ulisses Monteiro Ruiz de Gamboa, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Frederico Araujo Turolla

ISBN: 978-85-472-1109-7

Comentário: O livro aborda questões essenciais da macroeconomia para gestores privados que desejam aliar conhecimentos macroeconômicos e a estratégia empresarial ao longo do tempo, passando por questões desde a oferta e demanda, papel das famílias, investimento e setor externo, até mesmo a questões ligadas ao setor monetário e financeiro.

INDICAÇÃO DE FILME

Nome do filme: Real: O plano por trás da história

Gênero: Drama político

Ano: 2017

Elenco principal: Emílio Orciollo Netto (Gustavo Franco), Bemvindo Sequeira (Itamar Franco), Norival Rizzo (Fernando Henrique Cardoso), Tato Gabus Mendes (Pedro Malan), Guilherme Weber (Pérsio Arida) e Giulio Lopes (Edmar Bacha).

Comentário: O filme é bastante interessante, por apresentar o Plano Real, programa de estabilização econômica da década de 1990 (1993/1994), que reduziu e controlou a inflação brasileira, proporcionando estabilidade macroeconômica para o país, desde então.

UNIDADE IV

Os Grandes Desafios Econômicos do Mundo Atual

Mestre Vicente Afonso Gasparini

Mestre Leonardo Aparecido Santos Silva

Introdução

As economias de mercado foram responsáveis pelo rápido avanço no desenvolvimento da sociedade nos últimos séculos, principalmente após a Revolução Industrial, que aumentou a produtividade dos agentes econômicos fazendo uso de máquinas e equipamentos. Já nas últimas décadas, o avanço da globalização e maior integração econômica por meio de blocos econômicos permitiu o crescimento do comércio entre países do mesmo bloco e das negociações internacionais.

Por outro lado, novos desafios começaram a surgir nas últimas décadas também, como o problema da poluição gerada pela sociedade em seu processo produtivo, sendo uma externalidade negativa da produção de bens e serviços. Consequentemente, nos últimos anos diferentes medidas têm sido tomadas no âmbito nacional e internacional para que a economia seja voltada para a produção de bens e serviços sustentáveis, permitindo o avanço do desenvolvimento sustentável.



Fonte: Igor Zakharevich / 123RF.

A Nova Tendência: Os Blocos de Integração Econômica

Após a Segunda Guerra Mundial, dois grandes blocos econômicos se formaram: I) capitalista (liderado pelo Estados Unidos — EUA); II) socialista (liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS). Contudo, com a deterioração do regime socialista nas últimas décadas do século XX e o avanço da globalização comercial e financeira nas economias capitalistas desde a década de 1970, os países passaram a optar por formação de blocos econômicos regionais e avanço na integração econômica com as demais nações.

Como ressalta Seitenfus (2013), a globalização comercial conseguiu promover o avanço no comércio de produtos entre as economias, permitindo um maior número de negociações entre os países.



Figura 4.1 - Globalização comercial

Fonte: Hanohiki / 123RF.

Por outro lado, a integração econômica regional proporcionou o surgimento de blocos econômicos e comerciais entre países, aumentou o comércio entre países pertencentes ao bloco, impactando as relações comerciais guiadas pelo livre comércio.

O comércio entre os países da União Europeia, que alcançava 25% do total do comércio exterior em 1948, já atinge mais de 60% das trocas. O caso do Mercosul é igualmente significativo, pois o comércio no interior do bloco triplicou após a assinatura do Tratado de Assunção (SEITENFUS, 2013, p. 160).

O processo que envolve maior sinergia de atuação entre diferentes países tem relação com a integração comercial e econômica, permitindo tomadas de decisão conjuntas de países. Por meio da integração entre países, até mesmo decisões políticas e econômicas podem ser tomadas conjuntamente, reduzindo assimetrias e fricções no comércio, política e atuação dos agentes econômicos (SEITENFUS, 2013).

Em termos estritamente econômicos, a integração econômica entre diferentes Estados permite uma alocação dos fatores de produção e recursos econômicos escassos de forma superior, levando à diminuição dos custos de produção decorrentes da elevação das escalas de produção, por exemplo (SEITENFUS, 2013).

Um dos aspectos mais importantes da nova realidade é a tendência de formação dos blocos econômicos regionais – o regionalismo –, que aponta para uma nova reorganização do espaço político global até aqui dominado pela onipresença dos Estados-Nações. A tendência mundial de formação dos blocos econômicos integra uma nova divisão internacional do mercado dentro de uma perspectiva globalizada, na qual o aumento da competição contribui para acelerar o processo de regionalização. Os blocos econômicos constituídos empreendem um esforço concentrado pela liderança política, econômica, comercial e tecnológica das regiões onde estão inseridos [...] (DIAS, 2010, p. 192).

Desse modo, existem diferentes blocos que possuem diversos níveis de integração comercial e econômica entre os países. São exemplos de blocos dos dias atuais: União Europeia (UE), Mercado Comum do Sul (Mercosul), Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean),

Associação para a Cooperação Regional do Sul da Ásia (Saarc), Comunidade Andina das Nações (CAN) e União Africana, dentre outros blocos econômicos existentes nas economias de mercado.

Nos últimos anos, outro bloco que ganhou relativa importância política e econômica — em decorrência do crescimento econômico, economia com grandes áreas territoriais e densidade demográfica — foi o BRICS. Esse grupo é formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, esses países procuram atuar com certa sintonia para ter maior poder nas negociações existentes no âmbito global. Inclusive, nos últimos anos foi desenvolvido o banco dos BRICS, para auxiliar nos projetos de investimentos dos países, por exemplo.

Como ressaltado, quando os blocos são analisados, cada um possui diferentes tipos de integração para sua formação e estão em diferentes estágios evolutivos. Cada um desses estágios possui vantagens e desvantagens que devem ser levadas em consideração em sua montagem. Os principais modelos de integração são apresentados pelo Quadro 4.1.

Modelo	Características	Vantagens	Desvantagens
Zona de Livre Comércio (ZLC)	O essencial dos bens (80%) circulará sem gravames alfandegários entre os Estados signatários como se fossem nacionais.	Especialização e complementação da cadeia produtiva com diminuição de custos e aumento da qualidade.	Sem a clara definição de regras de origem dos bens, poderá ocorrer que importados de Estados terceiros venham a ser considerados indevidamente nacionais.
União Aduaneira (UA)	Além da livre circulação dos bens, haverá também a imposição de uma tarifa externa comum (TEC)	Elimina-se a tentação do comércio triangular, tornando inútil a definição de regras de origem.	O Estado que apresentar menores custos de importação (portos equipados etc.) será beneficiado.

	para os bens oriundos de Estados terceiros.		Indefinição quanto ao destino do imposto de importação.
União Comercial (UC)	Além das anteriores, haverá adoção de uma política comercial comum e a coordenação de posições em foros econômico e comerciais regionais e internacionais.	As taxas alfandegárias recolhidas das importações de terceiros serão distribuídas equitativamente.	Abandono completo de políticas de comércio exterior por parte dos Estados nacionais
Mercado Comum (MC)	Livre circulação dos bens e dos fatores de produção (capital, trabalho, serviços e tecnologia), adoção da Tarifa Externa Comum (TEC).	Alargamento do mercado; aumento da qualidade com o desaparecimento de setores não competitivos; ganhos de escala e produtividade.	Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais (comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial, de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações) e harmonização legislativa.
União Econômica e Monetária (UEM)	Além dos ingredientes do MC (as cinco liberdades), ela implica a definição e a aplicação de políticas	Adoção de uma moeda comum e harmonização das políticas públicas.	Abandono de duas prerrogativas de Estado: a moeda e o planejamento nacional.

	macroeconômicas por uma instância comum.		
União Militar (UM)	Além das anteriores, política de defesa externa comum.	Diminuição do orçamento militar; redefinição estratégica.	Abandono de um dos vetores tradicionais da ação externa dos Estados.
União Política (UP)	Executivo, Legislativo e Judiciário comuns, os dois primeiros eleitos pelo voto universal.	Coerência entre os propósitos econômicos e políticos.	Desaparecimento das fronteiras e do próprio Estado.

Quadro 4.1 - Tipologia dos processos de integração

Fonte: Seitenfus (2013, p. 169-170).

A partir do Quadro 4.1 é possível observar como cada nível de integração econômica possui suas características próprias que acabam por resultar em vantagens e desvantagens para todos os agentes econômicos que estão inseridos em cada tipo de integração econômica.

União Europeia (UE)

Dentre esses blocos apresentados, segundo Lins (2013), a integração econômica com maior profundidade e importância para a relação política, econômica e social é a União Europeia (UE), criada efetivamente em 1993, pois chegou a criar até mesmo uma moeda única para todos os países pertencentes ao bloco (Zona do Euro). Atenção estudante, vale destacar que nem todos os países que pertencem à UE também fazem parte da Zona do Euro.



Figura 4.2 - Parlamento europeu

Fonte: Paul Grecaud / 123RF.

Para maior compreensão do tamanho da UE, os Estados-membros dessa integração econômica são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Suécia (COMISSÃO EUROPEIA *apud* LINS, 2013).

Esses 27 países que compõem a UE representam praticamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países do planeta; contudo, existem diferenças no tocante ao peso de cada economia para a composição do PIB da UE. Por exemplo, países como Alemanha, França e Itália têm participação relativa muito maior do que Luxemburgo, Portugal e Bulgária (LINS, 2013).

A UE foi sendo construída logo após a Segunda Guerra Mundial, passando por um longo processo de integração entre as economias e países e criando regras comuns para todos os membros do país. Os países integrantes da UE possuem liberdade de movimentação de produtos, mercadorias, serviços, pessoas e trabalhadores e de capital (LINS, 2013).

FIQUE POR DENTRO

A União Europeia passou por um longo processo de formação que durou décadas até o Tratado de Maastricht em 1993, que resultou na formação da União Europeia. Até os dias atuais é o bloco com maior nível de desenvolvimento e integração entre as economias de mercado. Fique por dentro acessando o *link* disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt. Acesso em: 14 jul. 2020.

Apesar de todos esses pontos positivos ressaltados de uma integração política, econômica e social tão aprofundada, também existem “custos” de atuar como um bloco na economia global. Por exemplo, a adoção de uma moeda única para todo o bloco (Euro) facilitou as transações e movimentos de produtos e capital entre os países ao custo de menor liberdade de adoção de políticas econômicas para os países domésticos.

Prezado(a) estudante, a política monetária é um importante instrumento de política econômica para períodos de instabilidades e crises econômicas e/ou financeiras, como é o caso da redução da taxa de juros, por exemplo. Contudo, como na UE a moeda dos países é o Euro, as economias domésticas não podem simplesmente expandir sua base monetária, impedindo a atuação da política monetária.

Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta)

No continente americano, mais precisamente na parte norte, também existiu o processo de maior integração econômica entre países como Canadá, Estados Unidos e México. Contudo, diferentemente da União Europeia, a ideia do Nafta é promover uma área de livre comércio para os produtos dos três países, sem existir livre circulação de pessoas pelos três países. Esse tratado foi negociado durante o início da década de 1990, passando a vigorar a partir de 1994.



Figura 4.3 - Nafta

Fonte: Fabrizio Annovi / 123RF.

Por meio de uma área de livre-comércio, é possível ampliar a sinergia produtiva entre os países pertencentes ao bloco. Especificamente sobre essa temática, Seitenfus (2013, p. 168) explica que o Nafta é uma “conjunção das riquezas naturais do Canadá, da tecnologia e do capital dos Estados Unidos com a mão de obra mexicana”. Desse modo, o acordo atua até como uma forma de os EUA manterem seu poder sobre a região.

Nesse contexto, o Nafta não teve negociações para criação de instituições comunitárias, políticas comuns ou orçamento comum. Assim, nunca teve a intenção de evoluir na integração econômica, sendo apenas uma integração comercial. Em relação às tarifas externas e livre circulação, como já ressaltado, não existiram diretrizes para avançar nessa direção. Portanto, o foco foi na área de livre comércio, com apontamentos na direção de política de comércio exterior a regra de origem, ou seja, foco na origem dos produtos que são negociados no Nafta (NIEMEYER; COSTA, 2013).

O Mercado Comum do Sul (Mercosul)

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi a tentativa de avançar na integração comercial e econômica de alguns países da América do Sul, são eles: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O bloco foi criado em 1991, a partir da assinatura do Tratado de Assunção, para existir uma Tarifa Externa Comum (TEC) entre os países ligados ao bloco (DIAS, 2010).

Ainda, com o passar dos anos, outros países da América do Sul entraram para o bloco como membros associados, como Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru (BAIA, 2013). A Venezuela também passou pelo processo de aderência (2012) ao bloco, contudo, em decorrência de problemas políticos no país, este acabou sendo suspenso do grupo no período recente.



Figura 4.4 - Países do Mercosul

Fonte: Pytyczek / 123RF.

Desse modo, o Mercosul, no tocante ao nível de integração econômica, é mais avançado do que o Nafta, por exemplo, mas está muito atrás de uma integração ao nível europeu. Dias (2010) ressalta que o relativo avanço na integração do Mercosul é pela intenção de existir um projeto de desenvolvimento para a região que vai além de questões puramente comerciais, por exemplo.

O nível de integração do Mercosul permite que exista certa liberdade para os países no tocante à relação com o mercado internacional e desenvolvimento de políticas econômicas ao nível nacional. Portanto, não existe interferência direta nas escolhas de atuação e desenvolvimento econômico pelos países. A ideia do bloco é ampliar as negociações comerciais entre os países do bloco, mas preservando a liberdade de desenvolvimento estratégico de cada um e tentando diminuir as assimetrias existentes (DIAS, 2010).

BRICS

O bloco dos países ligados ao BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na realidade não foi iniciado como os demais, tampouco é formado por países com proximidade, dado que os países pertencem a diferentes continentes. Na realidade, BRIC (África do Sul entrou apenas em 2010) foi um termo cunhado por Jim O'Neill em 2001 para designar os países com crescente importância na geopolítica internacional. Assim, a partir da década de 2000, passaram a atuar no mercado internacional com maior sinergia.



Figura 4.5 - BRICS

Fonte: Evgeny Gromov / 123RF.

Prezado(a) estudante, como é possível observar, o Brasil é um país atuante na questão de integração econômica com outros países por participar de diferentes blocos no mercado internacional. Em relação a sua política econômica externa, o país possui uma estratégia de exportação voltada para a venda de *commodities* no mercado externo, assim como a Rússia, enquanto países como China e Índia têm maior produção industrial.

Como ressalta Stuenkel (2017), existem muitas diferenças entre os países que compõem o BRICS, desde questões políticas — com governos em diferentes níveis democráticos e de atuação militar (Índia, China e Rússia possuem armas nucleares, por exemplo) — até econômicas — dado que Brasil e Rússia possuem pouca relação comercial, enquanto Brasil e China são grandes parceiros comerciais.

ATIVIDADE - A Nova Tendência: os blocos de integração econômica

Nas últimas décadas, os países em diferentes continentes passaram por um processo de ampliação na integração comercial e econômica ao longo do tempo, potencializando o comércio entre os países que fazem parte do mesmo bloco. Desse modo, o que é uma integração econômica que pode proporcionar a adoção de uma moeda única no bloco? Assinale a alternativa correta.

- a) União aduaneira.
- b) União econômica e monetária.
- c) Mercado comum.
- d) Zona de livre comércio.
- e) União comercial.

A Competitividade e a Geração de Empregos

As economias de mercado precisam produzir crescimento econômico ao longo do tempo para que seja possível ampliar o bem-estar social dos agentes econômicos (governo, famílias e empresas) que possuem relação de produção (alocação dos fatores de produção) na economia doméstica. Assim, a produção de bens e serviços permite que os produtos sejam negociados no mercado doméstico e/ou internacional, permitindo a expansão do crescimento.

No tocante às negociações no mercado internacional, esse foi um movimento que passou a ganhar cada vez mais força nas últimas décadas, iniciando desde a Segunda Guerra Mundial, como os investimentos para a recuperação dos locais afetados pela guerra, como a Europa e Japão, principalmente. Contudo, esse movimento foi reforçado após a década de 1970, com o avanço da liberalização dos mercados financeiros internacionais para o fluxo de capital e avanço na integração econômica das economias, isto é, ampliação do mercado internacional.



Figura 4.6 - Interligação dos mercados

Fonte: Pop Nukoonrat / 123RF.

Em decorrência do avanço da globalização comercial e financeira, ocorreram alguns movimentos de grande importância que precisam ser destacados para a compreensão da sociedade capitalista moderna. São eles:

- o avanço da globalização permitiu que as organizações domésticas pudessem atingir novos mercados por meio das negociações no mercado internacional.
- ao mesmo tempo, as empresas domésticas também passaram a ter maior concorrência no mercado doméstico, dada abertura das economias de mercado.
- como foram abertos novos mercados, a concorrência cresceu entre os agentes econômicos pelos mercados existentes pelo planeta.
- as empresas tiveram que se tornar mais competitivas na medida em que o processo de globalização retira fricções entre os mercados, ampliando a concorrência. Assim, a competitividade tende a aumentar.

Quando se considera apenas a economia doméstica (economia fechada), a competição no mercado depende apenas das empresas existentes no país. Consequentemente, a geração de empregos depende da produção das empresas domésticas que demandam trabalho para sua produção. Por outro lado, considerando a economia aberta, a dinâmica de emprego/trabalho não depende apenas das empresas domésticas, mas também das empresas externas. A fonte de dependência ocorre da seguinte forma:

- aumento da renda externa, que resulta no aumento da demanda pelos bens e serviços produzidos no mercado doméstico, tornando necessária a ampliação da produção e, por consequência, da utilização dos fatores de produção, como o trabalho (emprego).
- aumento dos investimentos de organizações transnacionais (multinacionais) na economia doméstica via Investimento Estrangeiro Direto (IED). Assim, a construção de novas plantas produtivas, ou ampliação das já existentes na economia doméstica, aumenta a demanda por trabalho no período de construção e para a “posta em marcha” da produção.

Nessa perspectiva analisada, pode-se argumentar que a globalização é uma realidade nos dias atuais, dificilmente podendo ser revertida, dadas as fortes interligações já existentes. Assim, Samuelson e Nordhaus (2012, p. 27) explicam a globalização como:

[...] um termo que é usado para indicar um aumento na integração econômica entre as nações. A crescente integração é observada no crescimento expressivo do fluxo de bens, serviços e fundos cruzando as fronteiras nacionais. Um dos principais componentes da globalização é o contínuo aumento da parcela do produto nacional correspondente a importações e exportações.

Por conseguinte, a globalização envolve, necessariamente, a maior interdependência para a produção de bens e serviços pelas economias domésticas. Esse processo ocorre porque parte dos insumos utilizados no processo produtivo é produzida no exterior e deve ser importada para o país. Portanto, a competitividade dos produtos não fica limitada apenas à utilização dos recursos locais. Já do lado do trabalhador, é possível ampliar seu bem-estar social por meio da especialização do trabalho nas atividades mais produtivas da economia local.



Figura 4.7 - Competitividade

Fonte: Imagesource / 123RF.

Em uma economia que está interligada com as demais no mercado internacional, a produção eficiente dos bens e serviços no mercado doméstico é essencial para que consiga competir no mercado nacional e internacional. Quando as empresas não são eficientes, seus produtos acabam possuindo uma relação de custo e qualidade ruim, abrindo espaço para produtos fabricados em outros países.

Nessa perspectiva, os trabalhadores domésticos são impactados pela produtividade doméstica. Quando as empresas são eficientes, os trabalhadores recebem melhor remuneração e maior garantia de seu emprego em decorrência das vendas no mercado doméstico e internacional, aumentando a geração de emprego na economia de maneira geral. Por outro lado, a falta de produtividade e eficiência na economia pode resultar em diminuição da produção e consequente queda no número de vagas de emprego e remuneração dos trabalhadores.

Em suma, a competitividade é essencial para que o país consiga produzir mais bens e serviços, aumentando a geração de empregos na sociedade. A partir dessa maior geração de empregos, um maior número de famílias tem sua renda ampliada pela quantidade de empregos disponíveis no mercado e, assim, consegue também ampliar seu consumo nos demais bens e serviços. Esse “ciclo virtuoso” permite uma maior dinâmica em relação à produção e consumo de bens e serviços na sociedade.

Outro ponto positivo de ampliar a competitividade é que uma economia mais produtiva costuma produzir um maior número de inovações tecnológicas. Essas inovações permitem que a economia esteja na fronteira tecnológica que, normalmente, fornece melhores remunerações (salário e lucros) para os agentes econômicos (famílias e empresas) que atuam nesses segmentos de mercado.

Nesse contexto, a geração de emprego também é deslocada para setores com a remuneração mais elevada, aumentando a renda média da sociedade e facilitando o caminho para o desenvolvimento econômico e social do país. Prezado(a) estudante, note que produtividade, inovações e desenvolvimento estão relacionados à questão da complexidade. Quanto mais complexa é uma economia, mais dinâmica se torna. E a geração de emprego é direcionada para setores mais competitivos e com melhores salários.

ATIVIDADE - A Competitividade e a Geração de Empregos

O crescimento econômico é um fator importante, a fim de que as possibilidades de atuação da economia sejam ampliadas e permitindo que o nível de desemprego seja modificado ao longo do tempo. Nas últimas décadas ocorreu um processo de maior interligação entre as economias, impactando a geração de emprego e competitividade das empresas e países. Assinale a alternativa de qual o nome desse processo.

- a) Bloco econômico.
- b) Globalização.
- c) União monetária.
- d) Política econômica.
- e) Estado-nação.

A Expansão Econômica x A Preservação Ambiental

Prezado(a) estudante, os agentes econômicos (famílias, empresas e governo) interagem na economia para produzir bens e serviços ao longo do tempo, correto? Por meio dessa interação é possível aumentar a produção agregada, garantindo o crescimento econômico, não é mesmo? Vamos a uma reflexão: um dos objetivos básicos das economias de mercado é expandir a economia e, assim, garantir que mais bens e serviços possam ser produzidos e disponibilizados para negociação no mercado?

Tanto a produção quanto o consumo frequentemente levam, como um subproduto, ao dano ambiental. As fábricas emitem poluição no ar e, às vezes, jogam efluentes nos rios. Os agricultores utilizam fertilizantes e pesticidas que acabam na água. Os consumidores dirigem carros que emitem poluição. Como resultado, com todos os parâmetros iguais, o crescimento econômico, que aumenta tanto a produção quanto o consumo, resulta em um maior dano ambiental (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015, p. 238).

No decorrer da produção de bens e serviços na sociedade, algum desses produtos ou processos produtivos podem apresentar externalidades em sua etapa produtiva. As externalidades são definidas por Samuelson e Nordhaus (2012, p. 240) como uma atividade que “impõe custos ou benefícios involuntários a outros, ou uma atividade cujos efeitos não se refletem completamente no seu preço de mercado”. Portanto, o mecanismo de mercado e livre negociação entre os agentes não levam ao melhor resultado possível, seja em externalidades positivas ou negativas.

REFLITA

Atenção, estudante! Pense bem, é possível utilizar recursos escassos de maneira não planejada? A queimada de combustíveis fósseis impacta as gerações futuras? Quais os possíveis impactos do desmatamento? A biodiversidade pode auxiliar a sociedade no encontro de novos componentes que permitam uma vida de melhor qualidade?

Vale destacar que o crescimento econômico é fundamental para que a maior parcela da sociedade possa ter acesso a bens e serviços importantes para a maximização do seu bem-estar, contribuindo para maior igualdade social. Contudo, também devem ser levados em consideração os possíveis impactos do crescimento econômico na sociedade; sem levar em conta questões ligadas à sustentabilidade da atuação das pessoas em relação à natureza, por exemplo.

Essa maior preocupação sobre o impacto da sociedade na natureza, apesar de bastante debatida nos dias atuais, começou a ganhar destaque nas últimas décadas. Desde a Revolução Industrial, no século XIX, a sociedade ampliou sua capacidade produtiva, principalmente utilizando combustíveis fósseis, como o carvão e petróleo. Portanto, a utilização massiva desses componentes permitiu o desenvolvimento econômico, contudo, às custas de maior impacto na natureza.



Figura 4.8 - Poluição

Fonte: Olga Gordeeva / 123RF.

Samuelson e Nordhaus (2012) apontam que uma das externalidades negativas da expansão econômica é a poluição. Isso porque, sem regulação, as economias de mercado tendem a produzir poluição superior ao socialmente ótimo, dado que os custos da “despoluição” tendem a ser elevados. Ainda nessa linha, também se pode argumentar que os custos pela utilização de energias renováveis ainda são elevados em determinados segmentos do mercado.

Por outro lado, nas últimas décadas, muitos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foram e estão sendo realizados para a mudança, ao menos em partes, da matriz energética em muitas nações. Atualmente, é possível observar desenvolvimentos de carros elétricos, energia solar e eólica, não é mesmo? Esses avanços ocorrem durante o próprio processo de globalização e integração econômica e financeira das economias. Portanto, atualmente existe elevada “preocupação de que a globalização possa permitir indústrias altamente poluidoras a mudarem para os refúgios da poluição, onde as regras são mais permissivas” (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015, p. 242).

Krugman, Obstfeld e Melitz (2015) ressaltam que, por mais que exista a poluição, os países tendem a poluir menos conforme aumentam o seu desenvolvimento econômico (aumento da renda *per capita*). Portanto, nos primeiros estágios de crescimento econômico ocorre a poluição e, com o tempo, seu nível vai se desenvolvendo e diminuindo. Esse processo é conhecido como curva ambiental de Kuznets, como aponta a figura a seguir.

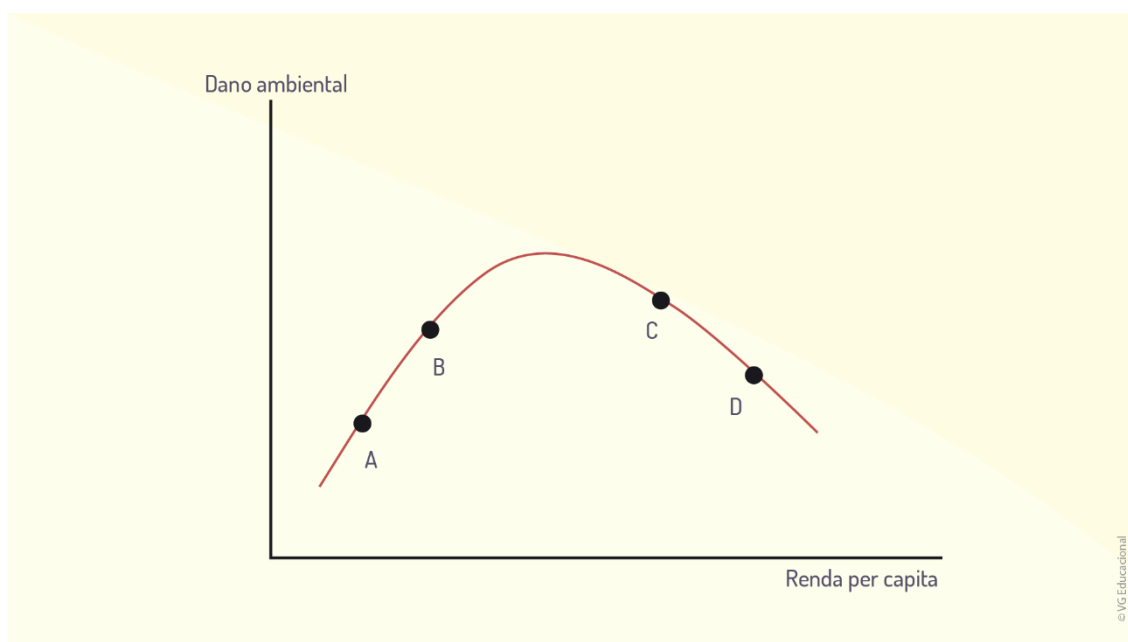


Figura 4.9 - Curva ambiental de Kuznets

Fonte: Adaptado de Krugman, Obstfeld e Melitz (2015, p. 239).

É possível observar, pela figura, que a busca pelo crescimento e desenvolvimento econômico dos países tende a aumentar o nível de poluição que resulta em dano ambiental para o planeta. No entanto, após chegar a certo nível de desenvolvimento, o nível de dano ambiental tende a diminuir, até começar o processo de diminuição do impacto ambiental na sociedade. Esse movimento é reforçado pela própria pressão que a sociedade costuma impor ao Estado pela busca de menor impacto ambiental em países desenvolvidos.

Um destaque importante apresentado por Krugman, Obstfeld e Melitz (2015) é que, até os dias atuais, ao menos em parte, a globalização tem prejudicado o meio ambiente. Por

exemplo, boa parte da produção industrial foi deslocada para a China, que nos últimos anos tem sido um dos principais países poluidores do planeta.

Prezado(a) estudante, nessa perspectiva, se formos observar o processo de crescimento chinês das últimas décadas pela curva de Kuznets, poderíamos dizer que o país ainda se encontra próximo do ponto “A”, talvez caminhando para o ponto “B” de dano ambiental no planeta.

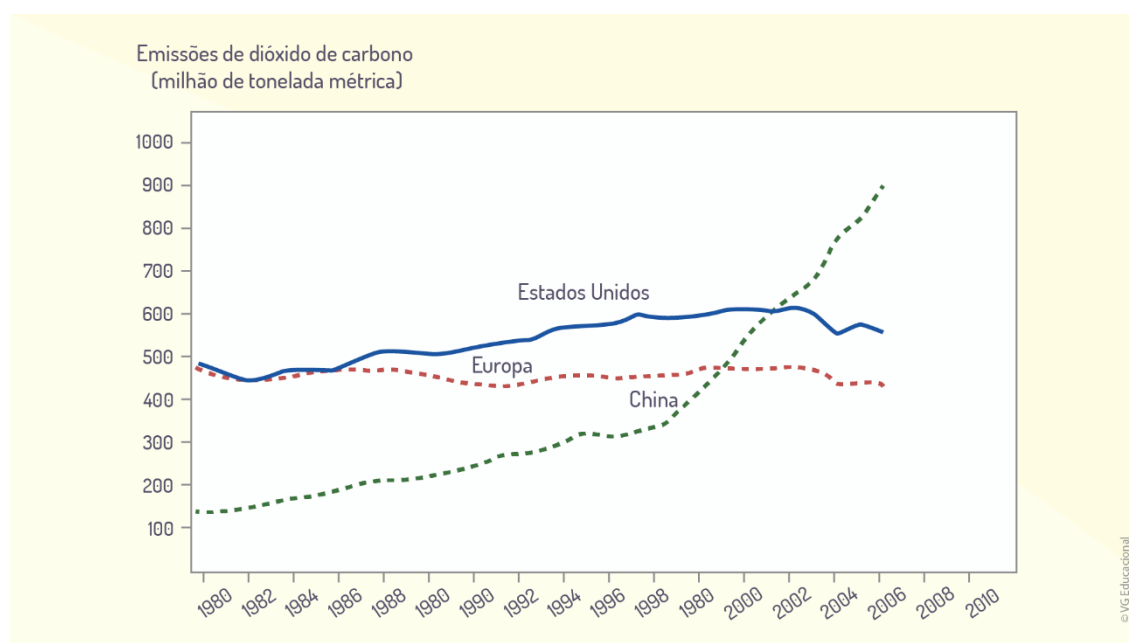


Figura 4.10 - Emissões de dióxido de carbono

Fonte: Agência de Informação de Energia dos EUA *apud* Krugman, Obstfeld, Melitz (2015, p. 240).

Um dos principais componentes negativos que impactam o meio ambiente é o dióxido de carbono, afetando toda a atmosfera do planeta e causando problemas respiratórios para a sociedade de maneira geral. Na figura anterior, é possível compreender o impacto do deslocamento da produção do resto dos países desenvolvidos para a China nas últimas décadas.

Enquanto Estados Unidos e Europa mantêm o nível de emissão de dióxido de carbono praticamente estável nas últimas décadas, com certa redução nos últimos anos, a China

tem aumentado exponencialmente o nível de poluição desde o início da década de 2000, passando Estados Unidos e Europa ainda na metade da mesma década. A China é, atualmente, o maior emissor de poluição do planeta, por meio dos gases do efeito estufa (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Nesse contexto, o Estado pode ser um importante agente econômico para direcionar a atuação dos demais agentes econômicos, permitindo que uma produção socialmente ótima ocorra, ou seja, continuar com o crescimento econômico, visto que é essencial para a melhoria do bem-estar social, mas considerando o impacto ambiental de atuação dos demais agentes. Desse modo, a regulação da atividade econômica pode permitir que métodos produtivos muito poluidores sejam desincentivados e outros métodos com consciência ambiental sejam incentivados.

Por exemplo, modelos produtivos altamente poluentes podem ser taxados pelo Estado, tornando a produção mais cara ao longo do tempo. Dessa maneira, é possível deslocar a produção para outros setores que, ao mesmo tempo, podem receber subsídios do Estado para que sua produção seja mais “barata”, incentivando que mais agentes direcionem recursos monetários e intelectuais para esse tipo de produção.

ATIVIDADE - A Expansão Econômica x A Preservação Ambiental

As economias de mercado buscam o crescimento econômico para ampliar a produção de bens e serviços que serão posteriormente disponibilizados para a sociedade e, assim, maximizar seu bem-estar ao longo do tempo. Contudo, nesse caminho podem surgir externalidades negativas nessa produção. Assinale a alternativa que indica um exemplo clássico dessa externalidade.

- a) Pesquisa e desenvolvimento.
- b) Poluição.
- c) Ótimo social.
- d) Países desenvolvidos.
- e) Bens públicos.

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Muitas vezes, o processo de crescimento econômico nas economias de mercado acaba criando externalidades negativas, não é mesmo? Essas externalidades precisam ser corrigidas para que o impacto da sociedade na natureza, por exemplo, não prejudique o bem-estar social das gerações futuras, certo?

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que a sociedade, de maneira geral, deve receber os frutos do crescimento econômico de maneira igualitária. Pense bem: as externalidades negativas, como a poluição, acabam afetando todos os agentes, portanto, o crescimento também deve afetar o máximo de agentes possíveis, correto? Quando o crescimento econômico é sustentável e bem distribuído por todos os agentes econômicos da sociedade, impactando a redução da pobreza e desigualdade, podemos argumentar que o país tem caminhado rumo ao desenvolvimento econômico, certo?

No último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas da ONU), publicado no primeiro semestre de 2014, estimou-se que, de 1970 a 2000, houve um crescimento médio anual das emissões de gases de efeito estufa de 1,3% e que, na primeira década do século XXI, essa taxa estava na direção de 2,2% ao ano. As emissões de gases de efeito estufa no século atual têm a seguinte composição: gás carbônico oriundo de combustíveis fósseis e processos industriais (65%), gás carbônico oriundo da agricultura e outros usos do solo (11%), metano (16%), óxido nitroso (6,2%) e gases fluorados (1,8%) (HADDAD, 2015, p. 243).

Nessa lógica analisada, o bem-estar da sociedade e sua maior sinergia com a natureza depende de seu maior desenvolvimento econômico (aumento da *renda per capita*, por exemplo). Ainda, o desenvolvimento econômico depende de políticas econômicas corretas que levem o país a um contínuo processo de aprendizagem e utilização eficiente dos recursos escassos. Quando esses recursos são utilizados corretamente, o crescimento econômico é uma realidade para a sociedade.

Outra reflexão necessária é sobre os componentes que envolvem o conceito de desenvolvimento econômico e os países que conseguiram alcançar esse patamar, melhorando o bem-estar social de seus residentes. Quando o desenvolvimento econômico é analisado a partir da perspectiva de países separados, como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Austrália, França, Japão, dentre outros, o acesso a bens e serviços, bom ambiente de trabalho, governança pública eficiente, baixa desigualdade social e concentração de renda são características essenciais.

Por outro lado, os recursos econômicos são escassos quando se considera o planeta de uma maneira geral. Muitas vezes, esses países desenvolvidos realmente poluem menos que os demais ou possuem maior consciência ambiental por parte das famílias, empresas e governo. Entretanto, muitos dos produtos comercializados no território desses países, em um ambiente de globalização, acabam sendo importados de países que não possuem a mesma consciência ou restrições ambientais.

Nesse contexto, Samuelson e Nordhaus (2012) apresentam um exemplo bastante didático sobre essa questão por meio do mercado de reciclagem de navios. Os navios, quando não estão mais em estado ótimo para sua utilização, acabam sendo levados para locais apropriados para seu desmanche e reaproveitamento de peças. Uma atitude sensata. Contudo, a reciclagem envolve diversos passos importantes, desde a limpeza até a separação de todas as peças.

Em países desenvolvidos e com alta restrição ambiental, o custo é demasiado, logo, o que fazem os países donos dos navios (normalmente desenvolvidos)? Eles levam os navios até a Índia, por exemplo, que possui restrições muito menores e podem acabar poluindo as águas locais e, por consequência, atingindo a própria população (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

Desse modo, em um ambiente de maior globalização e conhecimento dos recursos escassos a nível do planeta, o desenvolvimento também deve almejar mais uma questão para que seja viável no curto prazo e também para as gerações futuras (longo prazo). A palavra-chave para esse avanço na questão do desenvolvimento é a **sustentabilidade**, ou seja, considerar se as práticas econômicas dos países podem ser empregadas no longo prazo sem mudanças drásticas e externalidades negativas para o meio ambiente.



Figura 4.11 - Sustentabilidade

Fonte: Man As Thep / 123RF.

O conceito de sustentabilidade pode ser retirado da Comissão para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1987, que apontou para as questões ambientais, recursos naturais e sistemas ecológicos, incluindo a importância de as mudanças serem feitas no âmbito internacional. Desse modo, o desenvolvimento sustentável é um modelo de desenvolvimento responsável por suprir as necessidades da sociedade no período atual e, ao mesmo tempo, não afetar a capacidade da sociedade futura de satisfazer a suas próprias necessidades (REIS; FADIGAS; CARVALHO, 2019).

[...] pode-se visualizar que o modelo mais adequado do desenvolvimento sustentável deva ser capaz não só de contribuir para a superação dos atuais problemas, mas também de garantir a própria vida, por meio da proteção e manutenção dos sistemas naturais que a tornam possível. O que, certamente, implica a necessidade de profundas mudanças nos atuais sistemas de produção e organização da sociedade humana e de utilização de recursos naturais essenciais à vida no planeta (REIS; FADIGAS;

CARVALHO, 2019, p. 2).

Em um sentido de pensamento amplo, a sustentabilidade implica até mesmo um novo modo de agir, pensar e interagir das pessoas na sociedade em busca do desenvolvimento da nação e do planeta de maneira sustentável. Nesse sentido, o governo também pode auxiliar o processo de desenvolvimento sustentável por meio de políticas públicas direcionadas às áreas econômica, ambiental, social, cultural, dentre outras (SIMÃO *et al.*, 2010).

Claramente, uma mudança de paradigma da atuação dos agentes econômicos no mercado leva tempo e muitas negociações no âmbito internacional para que medidas concretas possam ser tomadas. Há décadas acontecem conferências para discutir os impactos ambientais, como a Conferência de Estocolmo e o bem conhecido Protocolo de Kyoto, por exemplo.

FIQUE POR DENTRO

Compreender os esforços e diretrizes para o desenvolvimento sustentável é de suma importância para avançar na temática. Por isso, organismos internacionais procuram auxiliar a sociedade nesse importante processo nos dias atuais. Fique por dentro acessando o *link* disponível em: <https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Nesse contexto, a utilização de dados matemáticos e estatísticos, por meio da criação de indicadores e índices, podem auxiliar a sociedade a melhorar sua compreensão sobre os esforços efetivamente empregados na direção do desenvolvimento sustentável em uma economia de mercado. Assim, o Quadro 4.2 apresenta as principais vantagens e desvantagens.

Vantagens	Limitações
Avaliação dos níveis de desenvolvimento sustentável.	Inexistência de informação-base.
Capacidade de sintetizar a informação de caráter técnico/científico.	Dificuldades na definição de expressões matemáticas que melhor traduzam os parâmetros selecionados.
Identificação das variáveis-chave do sistema.	Perda de informação nos processos de agregação dos dados.
Facilidade de transmitir a informação.	Diferentes critérios na definição dos limites de variação do índice em relação às imposições estabelecidas.
Bom instrumento de apoio à decisão e aos processos de gestão ambiental.	Ausência de critérios robustos para seleção de alguns indicadores.
Sublinhar a existência de tendências.	Dificuldades na aplicação em determinadas áreas, como o ordenamento do território e a paisagem.
Possibilidade de comparação com padrões e/ou metas predefinidas.	

Quadro 4.2 - Síntese de algumas vantagens e limitações de aplicação de indicadores e de índices de desenvolvimento sustentável

Fonte: Farfus *et al.* (2010, p. 97).

Como é possível observar no Quadro 4.2, existem vantagens e desvantagens da criação de índices e indicadores para a análise do desenvolvimento sustentável entre os países com base nas economias de mercado. Prezado(a) estudante, como ressaltado, as medidas tomadas isoladamente pelos países ajudam a contribuir para uma sociedade mais

sustentável, contudo, é importante que exista um movimento internacional em que diversos países caminhem simultaneamente em direção ao desenvolvimento sustentável.

Portanto, esses indicadores e índices devem ser utilizados como uma medida isolada para cada país, mas, também, como uma medida geral para compreender o impacto do homem no meio ambiente (ecossistema) do planeta de modo que a sociedade possa seguir em uma mesma direção. No tocante às dificuldades, o aumento de informação, melhor estrutura de dados, confiabilidade e homogeneidade desses dados devem ser levados em consideração nas tomadas de decisão, como apontam Farfus *et al.* (2010).

Por outro lado, os benefícios na utilização de indicadores estão relacionados ao maior nível de informação e possibilidade de atuação dos agentes, dadas as comparações que podem ser feitas, por exemplo. Ainda, também é possível identificar os elementos-chaves que devem ser levados em consideração rumo ao desenvolvimento sustentável, assim como utilizar a ciência para melhorar a atuação da sociedade nessa direção.

ATIVIDADE - Desenvolvimento Econômico Sustentável

O crescimento econômico é um elemento-chave para que a sociedade consiga maior nível de produção de bens e serviços que possam ser negociados no mercado interno e internacional, promovendo aumento na renda média da sociedade, por exemplo. Desse modo, avaliar, sintetizar e identificar as ações em direção ao desenvolvimento sustentável diz respeito a qual elemento?

- a) Avaliação subjetiva.
- b) Indicadores e índices.
- c) Criação de sistemas nacionais.
- d) Inexistência de informação.
- e) Sublinhar a existência de tendências.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Nome do livro: Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.

Editora: Saraiva

Organizadores: Christian Luiz da Silva e José Edmilson de Souza-Lima

ISBN: 978-85-02-12496-0

Comentário: O livro é uma coletânea de temas sobre o desenvolvimento sustentável elaborado por diversos autores que envolvem a possibilidade de atuação do Estado por meio de políticas públicas e a avaliação das medidas tomadas na direção desse tipo de desenvolvimento.

INDICAÇÃO DE FILME

Nome do filme: Oceanos plásticos

Gênero: Documentário

Ano: 2016

Elenco principal: Craig Leeson, Barack Obama, Tanya Streeter, dentre outros

Comentário: Enquanto a fumaça e o lixo terrestre são mais impactantes em decorrência de sua visibilidade, a ação das pessoas também tem causado impactos profundos nos oceanos, que atualmente estão repletos de plástico. Assim, esse documentário nos auxilia a pensar sobre todo o lixo que acabamos produzindo diariamente na atualidade.

CONCLUSÃO

Em decorrência dos fatos mencionados, pode-se concluir que a economia, com base em um sistema de mercado, procura a alocação eficiente dos recursos escassos. Ao compreender o comportamento humano nesse tipo de sistema econômico, é possível entender o funcionamento da sociedade para os problemas econômicos que surgem ao longo do tempo.

Diferentes foram os autores que voltaram seus estudos para a compreensão da relação entre o sistema de mercado e a sociedade, desde Adam Smith e seus seguidores clássicos, os quais voltaram a análise para uma vertente microeconômica da sociedade, até mesmo Karl Marx, que procurou avançar sua análise crítica sobre a sociedade, propondo um modelo de sistema econômico distinto, como é o caso do socialismo.

Contudo, a economia de mercado foi a que prosperou até os dias atuais, avançando com sua análise para o nível de comportamento agregado da economia, por meio do desenvolvimento teórico, proferido por John Maynard Keynes, a partir de 1929, com a análise macroeconômica. Assim, pode-se resumir a relação econômica em duas grandes áreas: microeconomia e macroeconomia.

Por fim, mas não menos importante, foram os avanços recentes da ideia da sociedade de que se faz necessário avançar no crescimento e desenvolvimento econômico dos países, mas que essa busca não pode ser dada a qualquer custo. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico deve ter preocupações voltadas à sustentabilidade no longo prazo, permitindo que gerações futuras possam ter um elevado bem-estar social.

REFERENCIAS

Unidade I

BARROSO, F. A. Economia para cursos de Administração e Contabilidade. **Portal Faculdades Cearenses.** Disponível em: http://portal.faculdadescearenses.edu.br/download_graduacao/Aula%2001%20-%20Conceitos%20Iniciais%20A.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.

BRUE, L. S. **História do pensamento econômico.** 6. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FERGUSON, N. **A ascensão do dinheiro:** a história financeira do mundo. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2017.

FUSFELD, D. R. **A era do economista.** São Paulo: Saraiva, 2001.

GENNARI, A. M.; OLIVEIRA, R. **História do pensamento econômico.** São Paulo: Saraiva, 2009.

KINDLEBERGER, C. P.; ALIBER, R. Z. **Manias, pânico e crises.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MANKIW, N. G. **Princípios de microeconomia.** 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia.** São Paulo: Atlas, 2000.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia.** 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** 9. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia micro e macro:** teoria e exercícios. Glossário com os 300 principais conceitos econômicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 2005.

Unidade II

MANKIW, N. G. **Princípios de microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Unidade III

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

CARVALHO, F. J. C. *et al.* **Economia monetária e financeira: teoria e política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CONCEIÇÃO, P. (Org.). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. PNUD, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 8 jul. 2020.

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. (Org.). **Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FERGUSON, N. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2017.

GAMBOA, U. M. R.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TUROLLA, F. A. **Macroeconomia para gestão empresarial**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia micro e macro: teoria e exercícios**. Glossário com os 300 principais conceitos econômicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Unidade IV

BAIA, P. Mercado Comum do Sul (Mercosul). In: MYAZAKI, S. Y. M. *et al.* **Integração econômica regional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, R. **Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

FARFUS, D. *et al.* Indicadores de desenvolvimento sustentável que não geram índices. In: SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HADDAD, P. R. **Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LINS, M. A. Del T. União Europeia (UE). In: MYAZAKI, S. Y. M. *et al.* **Integração econômica regional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NIEMEYER, L. M.; COSTA, M. P. Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta). In: MYAZAKI, S. Y. M. *et al.* **Integração econômica regional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REIS, L. B.; FADIGAS, E. A. A.; CARVALHO, C. E. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Manole, 2019.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SEITENFUS, R. **Relações internacionais**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2013.

SIMÃO, A. G. *et al.* Indicadores, políticas públicas e a sustentabilidade. In: SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

STUENKEL, O. **BRICS e o futuro da ordem global**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.